

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM
CAMPUS PALMEIRA DAS MISSÕES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS
(PPGAGR)

Sandro da Luz Moreira

**ESTRATÉGIAS E MODELOS SUCESSÓRIOS EM
PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA/RS**

Palmeira das Missões, RS
2018

Sandro da Luz Moreira

**ESTRATÉGIAS E MODELOS SUCESSÓRIOS EM PROPRIEDADES RURAIS
DO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agronegócios, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Agronegócios**.

Orientador^a : Prof^a Dr^a. Rosani Marisa Spanevello

Palmeira das Missões, RS
2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo autor.

Moreira, Sandro da Luz
ESTRATÉGIAS E MODELOS SUCESSÓRIOS EM PROPRIEDADES
RURAIS DO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA/RS / Sandro da Luz
Moreira.- 2018.
146 p. ; 30 cm

Orientadora: Rosani Marisa Spanevello
Coorientadora: Tanice Andreatta
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Campus de Palmeira das Missões, Programa de Pós
Graduação em Agronegócios, RS, 2018

1. Sucessão Geracional 2. Meios de Vida 3. Modelos
Sucessórios 4. Estratégias 5. Cruz Alta/RS I. Marisa
Spanevello, Rosani II. Andreatta, Tanice III. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

©2018

Todos os direitos autorais reservados a Sandro da Luz Moreira. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: sandromoreira_rs@hotmail.com

Sandro da Luz Moreira

**ESTRATÉGIAS E MODELOS SUCESSÓRIOS EM PROPRIEDADES RURAIS
DO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agronegócios, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Agronegócios**.

Aprovado em 13 de agosto de 2018

Profª Drª. Rosani Marisa Spanevello (UFSM)
(Orientadora)

Profª Drª. Alessandra Matte (UFRGS)

Profº Drº. Adriano Lago (UFSM)

Palmeira das Missões, RS
2018

AGRADECIMENTOS

A concretização desta dissertação, intitulada “*ESTRATÉGIAS E MODELOS SUCESSÓRIOS EM PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA/RS*” ocorreu, principalmente, pelo auxílio, compreensão, dedicação, apoio e suporte de várias pessoas especiais. Sou grato a todos, mas de uma maneira especial “Agradeço” e “Dedico”:

- em primeiro lugar a Deus, pela vida e saúde, tanto física quanto mental;

- aos meus avós, Eroni Fernandes da Luz, Dejanira Matos da Luz (in Memoriam), Joel Moreira e Clarice Carvalho Moreira;

- aos meus pais, Rosemary M. da Luz Moreira e Claudio R. Carvalho Moreira, por tudo que me proporcionam, apoio afetivo e financeiro, e à minha irmã Caroline da Luz Moreira pelo apoio afetivo;

- à minha orientadora, Rosani Marisa Spanevello, pela oportunidade recebida, pela confiança, dedicação, suporte, paciência e atenção. Sou muito grato pela orientação como um todo e sou muito fã do seu trabalho;

- à minha namorada, Thais Helena Seccon, por todo apoio, amor, confiança, carinho, paciência, força e compreensão diária;

- à minha família, Matos da Luz e Carvalho Moreira;

- aos meus padrinhos e meus afilhados;

- aos meus colegas e amigos que fazem parte deste processo, em especial Marcos e Sirineu, do Mestrado, e meu primo, Israel Júnior, pela amizade. Os guris do futebol, alguns “ex-colegas de Administração” que muitas vezes escutaram meus desabafos;

- à prezada Alessandra Matte, em especial por ter me apresentado uma nova abordagem na qual mudou totalmente o rumo do meu projeto de dissertação, qualificando e enriquecendo o conjunto do trabalho;

- às contribuições do Adriano Lago, com suas colocações cirúrgicas no trabalho;

- à Patrícia Mello e Michel Kraemer, minhas fontes de pesquisa e responsáveis pelas indicações de propriedades com sucesso.

- ao meu primo Gabriel pelas traduções feitas.

- à Universidade Federal de Santa Maria, gratuita e de qualidade, pela oportunidade de desenvolver e concretizar este trabalho;

- ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da UFSM, campus Palmeira das Missões.

Enfim, a todos que fazem parte da minha vida e são essenciais.

RESUMO

ESTRATÉGIAS E MODELOS SUCESSÓRIOS EM PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA/RS

AUTOR: Sandro da Luz Moreira
ORIENTADORA: Rosani Marisa Spanevello

Esta dissertação tem como tema central a reprodução social de propriedades rurais no município de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, tendo como recorte analítico a sucessão geracional em propriedades caracterizadas pelos agronegócios. Trata-se de um estudo sobre a temática da reprodução social no meio rural, na medida em que se propõem fazer uso da abordagem dos meios de vida, que tem como principal autor Frank Ellis (2000), em conjunto com a abordagem dos modelos sucessórios de Ruth Gasson e Andrew Errington (1993). A proposta deste trabalho está centrada em compreender os processos sucessórios em propriedades rurais do município de Cruz Alta. De maneira mais específica, foram analisadas as estratégias utilizadas pelos pais para estimular a permanência dos filhos e a forma como estas motivações ou estratégias são fomentadas pelos pais dentro das propriedades. A partir desta análise das estratégias, apresentaram-se os tipos ou modelos sucessórios encontrados. Os modelos são construídos a partir da forma como os pais constroem autonomia sobre o trabalho, gestão e renda dos sucessores, seguindo o modelo proposto por Gasson e Errington (1993). A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa, o instrumento de coleta de dados foi entrevistas semiestruturadas e o procedimento utilizado para análise de dados foi a análise de conteúdo. A escolha dos produtores se deu a partir da indicação nos Sindicatos Rurais do referido Município e os critérios utilizados de seleção seguiu os propostos no trabalho de Spanevello (2008): ter pelo menos um (a) filho (a), independentemente do sexo; agricultores com idade de 50 anos ou mais. Esse recorte etário justifica-se pelo fato de a pesquisa centrar-se em casos de situação definida ou encaminhada de sucessão. Foram realizadas 31 entrevistas, abarcando distintas propriedades em termos de tamanho, sistemas produtivos e locais de residência dos gestores. Os resultados apontaram que quanto maior o portfólio de capitais e da quantidade de ativos disponível nos meios de vida dos produtores, maior a facilidade de manter um sucessor na propriedade rural. Portanto, estes ativos e capitais são usados como estratégias mobilizadoras de sucessão geracional nas propriedades rurais. Foram encontrados seis tipos de estratégias: estratégia motivacional ligada à ocupação; estratégias de autonomia; estratégia de novos investimentos; estratégia de fornecimento de estudo; estratégia de ocupação urbana; e, estratégia de doação de bens. A partir das estratégias de mobilização dos capitais de Ellis, foram encontrados os modelos sucessórios existentes nas propriedades rurais de Cruz Alta/RS. Encontrou-se seis modelos sucessórios distintos, onde as principais variáveis levadas em consideração foram: o local de moradia – propriedade rural ou cidade; gerenciamento dos negócios (gestão burocrática, produtiva) – parcial ou total; e gerenciamento da renda – autonomia de renda ou dependente dos pais.

Palavras-chaves: Sucessão Geracional. Meios de Vida. Estratégias. Modelos Sucessórios.

ABSTRACT

STRATEGIES AND SUCCESSIVE MODELS IN RURAL PROPERTIES OF THE MUNICIPALITY OF CRUZ ALTA / RS

AUTHOR: Sandro da Luz Moreira
ADVISOR: Rosani Marisa Spanevello

This dissertation has as central theme the social reproduction of rural properties in the municipality of Cruz Alta, Rio Grande do Sul, analyzing the generational succession in rural properties characterized by agribusiness. It is an innovative study, advancing on the theme of social reproduction in rural areas, in so far as they propose to make use of the livelihoods approach, whose main author Frank Ellis (2000), together with the approach of the succession models of Ruth Gasson and Andrew Errington (1993). The proposal in this work is centered in understanding the succession processes in rural properties of the municipality of Cruz Alta. More specifically, it was analyzed the strategies used by parents to encourage the permanence of the children and the way these motivations or strategies are fostered by parents within the properties. From this analysis of the strategies, the types or succession models found were presented. The models are built from the way parents infer autonomy over work, management and income of the successors, following the model proposed by Gasson and Errington (1993). The methodology used was a qualitative research, the instrument of data collection was semi-structured interviews, and the procedure used for data analysis was content analysis. The choice of producers was based on the indication in the Rural Unions of the Municipality and the criteria used for selection followed those proposed in the work of Spanevello (2008): Have at least one child, regardless of gender; farmers aged 50 years old or more. This age cut is justified by the fact that the research focuses on cases of a defined or directed situation of succession. There were 31 interviews, covering different properties in terms of size, productive systems and places of residence of managers. The results showed that the greater the portfolio of capital and the quantity of assets available in the producers' livelihoods, the greater the ease of maintaining a successor in the rural property. Therefore, these assets and capital are used as strategies to mobilize generational succession on rural properties. Six strategies types were found: Motivational strategy linked to occupation; Autonomy strategies; New investment strategy; Study supply strategy; Strategy of urban occupation and Strategy of donation of goods. From the strategies of mobilization of Ellis capitals, the succession models found in the rural properties of Cruz Alta / RS were found. It was found seven distinct succession models, where the main variables considered were: the place of residence - rural property or city; business management (bureaucratic, productive management) - partial or total; and income management - income autonomy or dependent on parents.

Keywords: Generational Succession. Livelihoods. Strategies. Successive Models.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Número de pessoas da família que trabalham na propriedade.....	64
Gráfico 2-	Busca de inovações.....	66
Gráfico 3-	Contabilidade ou controle de custos.....	67
Gráfico 4-	Oportunidades de lazer na propriedade.....	67
Gráfico 5-	Relação com os(as) filhos(as).....	70
Gráfico 6-	Participação em organizações.....	71
Gráfico 7-	Assistência técnica.....	72
Gráfico 8-	Área própria e arrendada em hectares.....	74
Gráfico 9-	Área própria em hectares.....	75
Gráfico 10-	Manutenção da família.....	76
Gráfico 11-	Tipo de pastagem utilizada na criação de animais.....	80
Gráfico 12-	Condições adversas nas propriedades rurais.....	83
Gráfico 13-	Frequência de deslocamento.....	84
Gráfico 14-	Renda mensal aproximada das atividades agropecuárias.....	88
Gráfico 15-	Renda fora da atividade agropecuária.....	89
Gráfico 16-	Setor priorizado no momento do investimento.....	90
Gráfico 17-	Meios para aplicar dinheiro.....	91
Gráfico 18-	Meios para obter moeda (dinheiro em espécie)	91
Gráfico 19-	Número de sucessores por propriedades.....	94
Gráfico 20-	Sexo do sucessor.....	94
Gráfico 21-	Estado civil dos sucessores por propriedades.....	97
Gráfico 22-	Local de residência dos sucessores.....	98
Gráfico 23-	Atividade atualmente exercida pelos sucessores.....	98
Gráfico 24-	Tempo que o sucessor dedica às atividades agropecuárias.....	99
Gráfico 25-	Dedicação às atividades.....	100
Gráfico 26-	Momento da transferência do patrimônio.....	102
Gráfico 27-	Acertos em torno da herança.....	104
Gráfico 28-	Desejo e motivação dos pais pela sucessão.....	106
Gráfico 29-	Estratégia pela qualificação profissional.....	119

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Composição dos meios de vida (<i>livelihoods</i>) segundo Ellis (2000)	36
Figura 2-	Síntese dos modelos sucessórios.....	51
Figura 3-	Síntese da metodológica da dissertação.....	61
Figura 4-	Síntese das estratégias paternas.....	126
Figura 5-	Variáveis dos modelos sucessórios de Cruz Alta/RS.....	129
Figura 6-	Síntese dos modelos sucessórios de Cruz Alta/RS.....	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Quadro síntese dos cinco capitais proposto por Ellis (2000)	35
Quadro 2-	Fatores que implicam diretamente na falta de mão de obra.....	41
Quadro 3-	Modelos sucessórios.....	50
Quadro 4-	Principais atividades produtivas.....	77
Quadro 5-	Implementos agropecuários.....	85
Quadro 6-	Desejo a respeito da filha sucessora.....	96
Quadro 7-	Qualificação e preparação do sucessor para a atividade.....	100
Quadro 8-	Estratégia ligada à ocupação.....	110
Quadro 9-	Estratégias ligadas à autonomia.....	114
Quadro 10-	Estratégias ligadas a investimento.....	118
Quadro 11-	Estratégias ligadas aos bens materiais.....	122
Quadro 12-	Síntese das análises dos ativos e da formação das estratégias facilitadoras da sucessão geracional.....	123
Quadro 13-	Modelos sucessórios do Município de Cruz Alta.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Representação da população jovem brasileira e do Estado do Rio Grande do Sul (15 a 24 anos) segundo os Censos Demográficos.....	42
Tabela 2-	Número propriedades e área de propriedades por utilização de terras e agricultura familiar em Cruz Alta.....	56
Tabela 3-	Pessoas ocupadas por setor em Cruz Alta de 2007-2013.....	57
Tabela 4-	População jovem rural e população rural de Cruz Alta, de 15 a 24 anos.....	58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	26
1.2 OBJETIVOS	26
1.2.1 Objetivo geral	26
1.2.2 Objetivos específicos	26
1.3 JUSTIFICATIVA	27
2 REFERENCIAL TEÓRICO	29
2.1 MEIOS DE VIDA	29
2.1.1 Os capitais que constituem os meios de vida	31
2.1.1.1 <i>O capital natural</i>	31
2.1.1.2 <i>O capital físico</i>	31
2.1.1.3 <i>O capital humano</i>	32
2.1.1.4 <i>O capital financeiro</i>	32
2.1.1.5 <i>O capital social</i>	33
2.2 SUCESSÃO GERACIONAL.....	37
2.2.1 Modelos sucessórios	48
2.3 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DA PESQUISA	54
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	53
3.1 TIPO DE PESQUISA	53
3.2 LOCAL DA PESQUISA	53
3.3 COLETA DE DADOS	59
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	60
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	63
4.1 CAPITAIS E OS ATIVOS QUE CARACTERIZAM AS FAMÍLIAS E AS PROPRIEDADES	63
4.1.1 O capital humano	63
4.1.2 O capital social	69
4.1.3 Capital natural	74
4.1.4 Capital Físico	83
4.1.5 O capital financeiro	88
4.2 ESTRATÉGIAS DE FOMENTO A SUCESSÃO GERACIONAL	92
4.2.1 Caracterização dos sucessores	93
4.2.2 Sucessores e a ocupação agrícola	98
4.2.3 Transferência do patrimônio aos sucessores	102
4.2.4 Estratégias paternas e a consolidação do processo sucessório	106
4.2.4.1 <i>Estratégia motivacional ligada a ocupação</i>	109
4.2.4.2 <i>Estratégias ligadas à autonomia</i>	112
4.2.4.3 <i>Estratégia de novos investimentos</i>	117
4.2.4.4 <i>Estratégia de fornecimento de estudo</i>	118
4.2.4.5 <i>Estratégia de ocupação urbana</i>	120
4.2.4.6 <i>Estratégia de doação de bens</i>	121
4.3 MODELOS SUCESSÓRIOS	127
4.3.1 Modelos sucessórios propostos por Gasson e Errington (1993)	127
4.3.2 Modelos sucessórios propostos a partir dos dados da pesquisa	129
5 CONCLUSÃO	141

REFERÊNCIAS	145
APÊNDICE	152
APÊNDICE A - Roteiro entrevista	152

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como tema central a reprodução social de propriedades rurais no Município de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, tendo como recorte analítico a sucessão geracional em propriedades rurais caracterizadas pelo agronegócio.

Os estudos relativos à temática da sucessão geracional realizados mais recentemente na região sul do Brasil tratam de compreender as razões que levam os jovens a sair do meio rural e as perspectivas de permanência destes jovens nas propriedades rurais na condição de agricultores. É o caso dos estudos realizados por diferentes pesquisadores no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No estado do Paraná, destacam-se os estudos Soares da Silva et al., (2011), Kischener (2015) e Perondi (2016), que apontam uma série de fatores que facilitam a saída dos filhos das propriedades e da ocupação paterna, tais como: o trabalho na produção agropecuária, os incentivos governamentais e a motivação familiar. Os referidos trabalhos também citam o casamento com pessoas do meio urbano, acesso ao estudo e, conseqüente, o trabalho nas cidades e o acesso aos meios de comunicação como fatores capazes de fomentar a saída dos jovens do campo.

Em Santa Catarina destacam-se os trabalhos Silvestro et al., (2001); Mello et al., (2003); Stropasolas (2004) e Savian (2011) que também apontam os fatores que dificultam a permanência dos jovens no meio rural nas propriedades paternas na condição de sucessores, semelhantes aos estudos do Paraná. Entre os principais fatores citados por esses estudos estão os fatores estruturais das propriedades e da família dificultando o acesso a terra, a geração de renda, a ausência de motivação familiar. Fatores como maior escolaridade, o rural visto como espaço de pouco lazer e isolado em contraponto a “vida urbana” com mais liberdade e maior espaços de entretenimento estão entre os fatores capazes de levar os jovens ao meio urbano.

No caso dos estudos do Rio Grande do Sul – estado em que se desenvolve esta dissertação –, destacam-se os trabalhos de Carneiro (2001), Siqueira (2004), Anjos; Caldas; Costa (2006), Costa (2006), Spanevello (2008), Weisheimer (2009) e Spanevello et al., (2011), que caminham na mesma direção dos estudos citados anteriormente. Este conjunto de trabalhos argui a existência de uma “crise de expectativas” sobre às possibilidades dos filhos em permanecer no meio rural, na condição de sucessores paternos, afirmando que a sucessão tende a ocorrer conforme as condições da propriedade e das famílias, além das motivações dos próprios filhos.

De maneira geral, são citados como obstáculos à sucessão, a falta de estrutura produtiva e financeira (renda insatisfatória) das propriedades o que implica em restrições quanto à mecanização da produção, a impossibilidade de pagamento de mão de obra e compra de novas áreas para os filhos, limitação de buscar crédito agrícola, dependência climática e de preços, entre outros. Ressalta-se, também, a falta de autonomia dos filhos no trabalho e na gestão da produção agropecuária (gestão sob o comando do pai, não incluindo os filhos como gestores ou tomadores de decisão e não remunerando seu trabalho), ausência do reconhecimento do trabalho feminino, excluindo-as do processo sucessório, o que potencializa a migração feminina para a cidade, conduzindo à masculinização do campo (muitos jovens do sexo masculino também migram em razão das dificuldades de formação de novas famílias). O discurso negativo dos pais sobre a agricultura e sobre o modo de vida no meio rural incentiva a busca de estudos e, conseqüentemente, a busca por empregos urbanos.

As motivações para a realização dos estudos no Rio Grande do Sul, apontados acima, é a preocupação com a queda da população rural jovem do estado a cada novo Censo Demográfico. A queda da população jovem é mais acentuada a partir da década de 1990 com uma redução de 44,4% da população rural jovem, 15,6% em 2000 e 34,6% em 2010, ou seja, diminuiu 34,6% a população rural jovem em relação ao Censo de 1970. Considerando o Município de Cruz Alta, espaço geográfico de realização do estudo desta dissertação, os dados relativos à população jovem na década de 1980 apontam que a relação entre a população total rural e a população jovem não teve muitas variações, mas aumentou para 11%. Na década seguinte (1991) população jovem já representava 8% da população rural do município, e em 2000 aumentou para 15% sua representatividade. No último Censo populacional realizado (2010) caiu para 12% a representatividade da população jovem, com 271 jovens no meio rural num total de 2.227 pessoas que compõem a população rural.

Os efeitos da saída das novas gerações do campo, especialmente das propriedades rurais têm impactos diversos. Entre os principais estão, a permanência dos pais com idade avançada (envelhecimento), a redução da mão de obra jovem nas atividades agropecuárias, a possibilidade de venda ou arrendamento das propriedades e a masculinização do campo (FROEHLICH et al., 2011; SPANEVELLO et al., 2017; DE MERA e NETO, 2014).

Apesar da importância dos estudos destacados acima, realizados em distintas realidades geográficas, sociais, produtivas e econômicas, esta dissertação tem como foco tratar do tema da reprodução social visando ampliar os estudos sobre os processos sucessórios para além de compreender os fatores motivacionais de ficar ou sair do campo.

Considerando os estudos realizados até então sobre a sucessão propriamente dita no Rio Grande do Sul, os trabalhos de Spanevello (2008, 2011) retratam que as chances do processo sucessório se concretizar estão diretamente relacionadas com o potencial produtivo da propriedade, da possibilidade de modernização e da capitalização da família, além do “discurso” positivo dos pais sobre esse modo de vida e a agricultura e da inserção dos filhos na gestão e no trabalho da propriedade. Outros trabalhos como de Woortmann (1995) e dos autores Spanevello et al., (2014) reforçam que a sucessão não é um processo natural como nas gerações passadas. Para garantir um sucessor, segundo Woortmann (1995) é preciso cativá-lo. Para Spanevello et al., (2014) as formas de cativar um sucessor podem ser variadas e diversas, incluindo bens materiais e simbólicos. Estas questões sugerem que os pais buscam construir a sucessão das suas propriedades não esperando apenas a decisão de ficar ou sair dos filhos, mas podendo gerar outros modelos sucessórios distintos da sucessão tardia (aquele em que os pais passam os negócios apenas quando a capacidade física não permite mais).

Esta dissertação pretende ser um avanço nos estudos relacionados à reprodução social no meio rural, na medida em que se propõe fazer uso da abordagem dos meios de vida, baseada na obra de Frank Ellis (2000). Em sua abordagem dos meios de vida compreende-se um olhar para diversidade de estratégias de reprodução que um grupo familiar rural pode adotar, a fim de garantir a sua sobrevivência e os diferentes capitais que podem vir a ser mobilizados para reagir a diferentes situações, visando significativas melhorias nas condições de vida destas famílias. Associa-se, então, a teoria dos “meios de vida” de Ellis (2000) aos “modelos sucessórios” de Gasson e Errington (1993).

A análise proposta neste trabalho está centrada em compreender os processos sucessórios em propriedades rurais do Município de Cruz Alta. De maneira mais específica, busca-se analisar as estratégias utilizadas pelos pais para estimular a permanência dos filhos e a forma como estas motivações ou estratégias são fomentadas dentro das propriedades. A partir desta análise das estratégias, apresentam-se quais tipos ou modelos sucessórios podem ser encontrados. Os modelos são construídos a partir da forma como os pais inferem autonomia no trabalho e na gestão dos sucessores, seguindo o modelo proposto por Gasson e Errington (1993).

Tomando por base esse cenário, a estrutura desta dissertação contempla as seguintes seções: No capítulo primeiro encontram-se o problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa. O segundo capítulo é composto pelo referencial teórico, no qual destacam-se os “meios de vida”, os capitais que constituem os “meios de vida”, capital natural, físico,

humano, financeiro e social. Ainda ressalta-se a “sucessão geracional” e os “modelos sucessórios”. O terceiro capítulo é constituído pelos procedimentos metodológicos, dentre eles o tipo de pesquisa, local da pesquisa, caracterização socioeconômica e produtiva no município da pesquisa, coleta de dados e análise dos dados. No quarto capítulo encontram-se os resultados e discussão, distribuídos em capitais e ativos que caracterizam as famílias e as propriedades, estratégias de fomento a sucessão geracional e os modelos sucessórios. Por fim, o quinto capítulo contempla as considerações finais.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Que estratégias estão sendo realizadas pelos pais para permanência dos filhos na sucessão geracional da propriedade? Quais modelos sucessórios podem ser encontrados?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Compreender as estratégias e os modelos sucessórios em propriedades rurais no Município de Cruz Alta - RS.

1.2.2 Objetivos específicos

- Apresentar os capitais e os ativos que caracterizam as famílias e as propriedades analisadas;
- Analisar, a partir dos capitais disponíveis, quais estratégias são utilizadas pelos pais para fomentar a sucessão geracional das propriedades;
- Sistematizar, a partir das estratégias de mobilização dos capitais, os modelos sucessórios existentes.

1.3 JUSTIFICATIVA

Ao longo das duas últimas décadas, um conjunto de distintos estudos¹ retrataram a saída ou permanência dos jovens do ambiente familiar, abarcados pelo grande tema da sucessão geracional. No entanto, poucos estudos focam na forma ou na dinâmica atual de como ocorre à sucessão em propriedades rurais ou ainda das estratégias que os pais têm adotado para manter os filhos na mesma atividade produtiva. Ou seja, este é o aspecto inovador que tem o presente estudo.

O desenvolvimento deste trabalho proporciona contribuição ao arcabouço de conhecimentos do tema pelos estudantes e gera subsídios para o aprimoramento dessa temática. No entanto, deseja-se contribuir com trabalhos e ações que possam gerar meios que facilitem a permanência das novas gerações no campo quando for do interesse do jovem, sob a perspectiva da sucessão geracional.

O estudo justifica-se por contribuir com elementos das escolhas e ações por parte dos pais que possuem sucessores, na medida em que suas estratégias podem ser subsidiadas e estimuladas por ações, políticas e programas municipais de incentivo à permanência do jovem rural no campo. Aliado a isso, o presente estudo representa a concretização de um sonho pessoal, que consiste na obtenção do título de Mestre em Agronegócios, pela renomada Universidade Federal de Santa Maria, *Campus* de Palmeira das Missões, tendo como orientadora, uma das mais importantes referências sobre o tema da sucessão rural no Brasil.

¹ Entre alguns estudos, vale mencionar os trabalhos de GASSON; ERRINGTON, 1993; ABRAMOVAY, 1998; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998; SILVESTRO et. al., 2001; BRUMER, 2000; BRUMER, 2007; SPANEVELLO, 2008; WEISHEIMER, 2009; DE MERA, 2011; KISCHENER, 2015.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico compreende a apresentação dos principais conceitos que norteiam o problema e os objetivos da dissertação. O primeiro ponto trata da discussão sobre os meios de vida propostos, especialmente, por Frank Ellis; o segundo ponto versa sobre as dimensões conceituais da sucessão geracional, seguido da apresentação dos modelos sucessórios e, por fim, a contextualização da caracterização socioeconômica e produtiva do município foco desse estudo.

2.1 MEIOS DE VIDA

Os meios de vida ou *livelihoods*, denominação proposta pelo pesquisador londrino Frank Ellis, expandiu-se para além das fronteiras europeias, visando compreender a realidade rural como central no debate sobre o desenvolvimento em países menos desenvolvidos. Segundo Ellis (2000), o desenvolvimento rural pode ser compreendido como um conjunto de ações e práticas voltadas a diminuir a pobreza em áreas rurais por meio de um processo de participação que empodera a população rural, tornando-a capaz de definir e controlar suas prioridades frente às situações de mudança.

De modo geral, pode-se afirmar que Ellis propõe compreender o desenvolvimento rural por meio de abordagem que privilegia o que denomina de estratégias de sobrevivência familiares e diversificação dos modos de vida rurais (*household strategies and rural livelihoods diversification*), mostrando que as iniciativas e ações propostas geram impactos significativos nas melhorias das condições de vida destas populações e que as perspectivas de garantir sua reprodução social e econômica estão, na maioria das vezes, nas próprias localidades e territórios em que vivem. O autor pondera que a diversificação não implica apenas em ampliar as possibilidades de obtenção de ingressos, tais como rendas agrícolas e não agrícolas, mas representa, sobretudo, uma situação em que a reprodução social, econômica e cultural é garantida mediante a combinação de repertórios variados de ações, iniciativas, escolhas ou estratégias (ELLIS, 2000).

O foco da argumentação não é a discussão da questão do desenvolvimento rural ou da forma como a população rural participa e se empodera para atingi-lo. A proposta da discussão do desenvolvimento manifesta-se apenas como pano de fundo, sendo central aqui a arguição sobre a forma como as famílias acionam as estratégias de sobrevivência e diversificam os

meios de vida rurais para garantir a sua reprodução social, que é definida como o “processo de transmitir, repor, manter os mecanismos sociais de geração para geração” (SPANVELLO, 2008, p. 41). Aqui, a reprodução social é compreendida como sendo a sucessão geracional. Por isso, usa-se a perspectiva de Ellis para compreender as estratégias usadas pelos pais para garantir a manutenção dos filhos nas atividades e nas propriedades, ou a sucessão geracional a partir da mobilização de ativos que os produtores rurais acessam para fazer com que seus sucessores permaneçam.

Segundo Ellis (2000, p. 10), “um meio de vida compreende os bens (natural, físicos, humanos, financeiro e capital social), as atividades e o acesso a estas (mediados pelas instituições e relações sociais) que juntos determinam os ganhos vida pelo indivíduo ou pelo grupo familiar”. Ellis (2000) parte da premissa de que para muitas famílias de produtores rurais, a agricultura por conta própria não fornece meios suficientes de sobrevivência nas áreas rurais. Por esta razão, as famílias rurais dependem de um portfólio diversificado de atividades e fontes de renda, entre as quais destacam-se a produção agrícola, pecuária e outras atividades. O engajamento em um portfólio diversificado de atividades permite nutrir as redes sociais de parentes e comunidades que aceitam que essa diversidade seja assegurada e sustentada. Assim, a diversidade dos meios de subsistência tem dimensões econômicas e sociais.

Para Ellis (2000, p. 17), “a diversificação de meios de vida rural é definida como o processo pelo qual as famílias rurais constroem um portfólio cada vez mais diversificado de atividades e ativos para sobreviver e melhorar seu padrão de vida”. Os meios de vida são constituídos por um conjunto de capitais formados por diversos ativos, na qual a condição em que os ativos apresentam influência na forma como serão acessados e mobilizados, tendo como objetivo principal a demanda pela sustentação da propriedade rural e autonomia da família do produtor rural (SCOONES, 1998; ELLIS, 2000; MATTE, 2013).

Segundo Schneider (2010 *apud* FREITAS; RAMBO; SARTORELLI, 2015) a soma dessas atividades representa as estratégias dos meios de vida que provocam ou não melhoria de qualidade de vida e conseqüente desenvolvimento rural.

Na perspectiva de Ellis (2000), são cinco as principais categorias de capital que constituem os ativos: capital natural, físico, humano, financeiro e social, conforme detalhado a seguir.

2.1.1 Os capitais que constituem os meios de vida

2.1.1.1 O capital natural

O capital natural “refere-se à base de recursos naturais disponível, estando relacionada à qualidade e quantidade de bens como terra, água, solo”, pastagens, recursos biológicos entre outros e são utilizados pelas pessoas para gerar meios de sobrevivência (MATTE, 2013, p. 33). Às vezes, estes são chamados de recursos ambientais e são considerados conjuntamente como compreendendo o “ambiente”. O capital natural não é estático, nem a sua utilização para fins de sobrevivência confinados a atividades de coleta, como a de vegetais selvagens ou a caça de animais selvagens. O capital natural é aumentado quando é trazido sob controle humano que aumenta sua produtividade, como ocorreu desde o início da agricultura, com a evolução dos sistemas agrícolas.

Para alguns fins da análise dos meios de vida, pode ser útil pensar que a variação gradativa entre um potencial agroecológico pode ser baixo e alto (ELLIS, 2000; PERONDI, SCHNEIDER, 2012; MATTE, 2013). “Assim, não basta somente dispor desses ativos, é necessário e fundamental ter condição de acessá-los e mobilizá-los, levando em consideração as possibilidades de aproveitamento” por parte dos produtores rurais (MATTE, 2013 p.64).

2.1.1.2 O capital físico

O capital físico é formado por ativos que são gerados pelo “processo de produção econômica ou outro meio de aquisição, utilizado como instrumento para o funcionamento das atividades, podendo ser exemplificado pelos equipamentos agrícolas, ferramentas, insumos, infraestrutura disponível” (estradas, água encanada, rede de comunicações, energia, etc.), edifícios, canais de irrigação, máquinas e assim por diante são ativos físicos. “Nesse conjunto de ativos está inserida a origem, formas de acesso e a quantidade de terra disponível para a realização das atividades produtivas” (MATTE, 2013, p. 69).

Vale ressaltar que capital físico ou “feito pelo homem” pode substituir o capital natural em muitas circunstâncias. Todo o processo de mudança tecnológica em longo prazo, aliado à industrialização e à urbanização, é aquele em que o capital físico substitui cumulativamente o capital natural ao longo do tempo. Esse processo de substituição pode potencialmente ajudar a tirar a pressão dos recursos naturais que estão sendo esgotados em

contextos locais; por exemplo, tubos de água que substituem por canais abertos, com consequentes reduções na perda de vazamento e evaporação (ELLIS, 2000).

2.1.1.3 O capital humano

O capital humano está associado aos atributos “individuais como o nível de escolaridade, conhecimento, habilidades e o próprio estado de saúde, bem como, ao trabalho familiar disponível” (MATTE, 2013 p.74). Logo, “permitir o acesso a esses ativos significa também promover o empoderamento, tendo implicações diretas na melhoria nas capacitações²” (MATTE, 2013 p.75). Costuma-se dizer que o principal bem dos pobres é o seu próprio trabalho. O capital humano refere-se à mão de obra disponível para o lar; é educação, habilidades e saúde (ELLIS, 2000). Segundo Ellis (2000) e Perondi e Schneider (2012), o capital humano é aumentado pelo investimento em educação e treinamento, bem como pelas habilidades adquiridas por meio da busca de uma ou mais profissões. O trabalho como um bem também é tornado mais efetivo por estar livre de doenças ou debilitar problemas de saúde. A importância do trabalho como recurso é enfatizada em circunstâncias em que há pouco ou nenhum mercado de trabalho. A composição do capital humano de uma família muda constantemente devido a razões demográficas internas (nascimentos, mortes, casamento, migração, crianças que envelhecem) e deliberar reestruturação para enfrentar eventos inesperados (por exemplo, divórcio) ou pressões externas conforme definido, o capital humano engloba pelo menos três das categorias de ativos listadas anteriormente; do trabalho, do humano e das relações domésticas. A educação pública e os serviços de saúde são políticas macro destinadas a aumentar o nível de capital humano. As teorias modernas do crescimento econômico enfatizam o importante papel do aumento do capital humano na sustentação do crescimento rápido e sustentado dos Países (ELLIS, 2000).

2.1.1.4 O capital financeiro

O capital financeiro faz referência “ao estoque de dinheiro, poupança, crédito, animais que as famílias têm acesso, os quais podem ser acessados a fim de adquirir bens tanto de produção como de consumo” (MATTE, 2013 p.33). Nem a poupança de dinheiro, nem os empréstimos são formas de capital diretamente produtivas, eles devem seu papel na carteira

² A respeito das capacitações, ver Sen (2010) e Matte (2013).

de ativos das famílias à sua convertibilidade para outras formas de capital ou, de fato, diretamente no consumo. O que significa facilidade de mudança entre usos, é uma característica fundamental do capital na forma de caixa. Em muitas sociedades, a ausência de mercados financeiros ou a desconfiança de tais instituições financeiras, levam a considerar economias em outras formas. Na África subsaariana rural, a manutenção de gado muitas vezes desempenha um papel crítico como uma reserva de riqueza e como um amortecedor contra os maus momentos. Enquanto o gado e outros animais são consideravelmente menos líquidos como uma forma de poupança do que um depósito em dinheiro em uma instituição financeira rural, possuem o mesmo atributo quando vendidos de conversíveis em outras formas de capital ou no consumo. Argumentos similares aplicam-se também ao ouro, joias e estoques alimentares como meios alternativos de retenção, por períodos variados, de excedentes entre produção e consumo atual (ELLIS, 2000).

2.1.1.5 O capital social

O capital social refere-se às relações de reciprocidade e confiança derivadas dos laços sociais, sendo as relações que os produtores rurais alicerçam com sindicatos, associações e vizinhos (MATTE 2013). “A discussão do capital social ajuda a entender como se formam redes sociais que podem facilitar o acesso dos indivíduos e dos grupos familiares a outros ativos, pois o capital social representa, ele próprio, o meio fundamental para atingir os fins e obter novos ativos” (MATTE, 2013, p. 82). O termo capital social tenta capturar a comunidade e reivindicações sociais mais amplas sobre as quais os indivíduos e os agregados familiares podem se unir em virtude da sua pertença a grupos sociais de graus variáveis de inclusão na sociedade em geral. Ele também direciona a atenção para redes pessoais ou familiares, geralmente compreendendo parentes próximos e remotos, bem como amigos familiares próximos, que oferecem meios potencialmente diversos de suporte quando os favores passados são recuperados. O capital social é composto por ambas as redes de relações comuns e eletivas entre indivíduos, que podem ser verticais (organizações políticas, chefe) como nas relações de autoridade, ou horizontais (associação de agricultores) como nas organizações de voluntários e da confiança e das expectativas que fluem dentro dessas redes (ELLIS, 2000).

Em síntese segundo Ellis (2000), entre estas categorias, o capital físico e o capital humano obedecem à definição econômica ortodoxa (fiel aos princípios) do capital, pelo que

um investimento é feito para alcançar um fluxo futuro de retornos e uma taxa de retorno convencional ao investimento pode ser calculada. No caso do capital humano, esse investimento é frequentemente de caráter público (educação e serviços de saúde são fornecidos pelo estado), embora os benefícios tenham dimensões privada e pública, permitindo que os indivíduos comecem a obter rendimentos mais altos, como resultado da melhoria da saúde ou maiores habilidades, bem como aumentar a produtividade do trabalho de forma mais geral. A base de recursos naturais, ou meio ambiente, tem sido recentemente considerado como um estoque de capital nesse sentido econômico puro.

O termo capital financeiro carrega uma ambiguidade e é designado um ativo no contexto de subsistência, porque as ações financeiras (por exemplo, poupança) podem ser usadas para consumo ou investimento; além disso, os empréstimos obtidos por meio de contratos de crédito podem ser utilizados para uma variedade de fins dos quais o investimento destinado a aumentar a capacidade produtiva futura é apenas um. No entanto, o status de acesso de um indivíduo ou de uma família com respeito à poupança, empréstimos ou outras formas de financiamento ou crédito claramente fazem uma grande diferença para as escolhas de subsistência que lhes são abertas e, portanto, o capital financeiro é reconhecido como um componente importante do indivíduo ou ativos familiares (ELLIS, 2000).

O conceito relativamente recente de capital social se afasta ainda mais das definições econômicas estreitas. O capital social é objeto de debate contínuo sobre a sua definição, a cobertura de redes personalizadas em comparação com manifestações mais formais de organização comunitária, como cooperativas, associações de agricultores, aldeias comitês e assim por diante, e sua eficácia como veículo para descrever mudanças políticas, sociais ou econômicas (ELLIS, 2000).

No entanto, as famílias rurais nos países em desenvolvimento dedicam muita atenção às redes personalizadas, estabelecendo sistemas de direitos e obrigações complexos, mas informais, destinados a melhorar a segurança futura dos meios de subsistência. Seja ou não compatível com definições específicas de capital social, é certamente considerado pelos particulares e pelos próprios agregados como um bem que exige investimento com vista a garantir futuros retornos futuros (ELLIS, 2000). O Quadro 1 a seguir trás uma síntese dos capitais.

Deste modo, o meio que o produtor rural possui para viver envolve os ativos que ele contém, suas atividades e as formas de acesso e uso, que determinam a sua maneira de viver (MATTE, 2013).

Quadro 1: Quadro síntese dos cinco capitais proposto por Ellis (2000).

Capital	Definição
Capital Natural	Relacionado à qualidade e quantidade de bens como terra, água, solo, árvores entre outros, que produz produtos utilizados pela população humana para sua sobrevivência.
Capital Físico	Ativos trazidos à existência por processos de produção econômica, e pode ser exemplificado pelas ferramentas, maquinários, melhorias na terra como terraços ou canais de irrigação e insumos disponíveis.
Capital Humano	Nível de educação e estado de saúde de indivíduos e populações, está relacionado ao trabalho doméstico disponível, às atribuições dos indivíduos como nível de escolaridade, conhecimento, habilidades e o próprio estado de saúde.
Capital Financeiro	“Ações de caixa”, estoque de dinheiro, poupança, os quais podem ser acessados para comprar bens tanto de produção como de consumo e o acesso ao crédito também pode ser incluído nesta categoria.
Capital Social	Refere-se às redes e associações sociais, as quais as pessoas participam e a partir dos quais podem obter apoio que contribua para seu meio de subsistência. Ou seja, redes de reciprocidade e confiança às quais as pessoas participam, e a partir dos quais podem derivar apoio que contribuem para seu sustento

Adaptado de Ellis (2000).

A conjunção destes cinco capitais e dos ativos que o compõem cada, forma um pentágono acerca dos meios de vida, conforme Figura 1 a seguir.

Segundo Matte (2013), as famílias produtores rurais desenvolvem suas estratégias de reprodução social fazendo a ligação entre os ativos e as atividades que o grupo familiar estabelece para sobreviver. Assim, a autora afirma que os ativos são componentes fundamentais dos capitais que sustentam as estratégias criadas pelos produtores rurais. Esta soma de capitais dá vida aos meios de vida dos produtores rurais, sendo que a forma como esses ativos serão mobilizados fica a cargo da capacidade e habilidade individual dos produtores rurais (MATTE, 2013).

Este conjunto de ativos servirá de base e darão “vida às alternativas de manutenção e sobrevivência da família” do produtor rural, possibilitando a reprodução social e “agindo sobre as estruturas institucionais que estabelecem relação” com estes produtores rurais (MATTE, 2013 p.32). A “diversificação dos meios de vida (capitais e ativos) refere-se ao processo pelo qual as famílias rurais estabelecem um conjunto de atividades e capacidades de sobreviver e melhorar suas condições de vida” (ELLIS 2000; FREITAS; RAMBO; SCHNEIDER, 2016).

Figura 1 – Composição dos meios de vida (*livelihoods*) segundo Ellis (2000).



Fonte: Adaptado de Matte (2013).

Os produtores rurais desenvolvem ações para manter a família na propriedade rural, possibilitando que realizem a reprodução social, tanto a curto quanto a longo prazo. As mudanças no interior do núcleo familiar procedem de fatores internos e externos, estes desorganizam os ativos podendo até eliminá-los, uma vez que cada família tem um perfil de ativos e pode variá-los, assim como tem a capacidade de trocá-los quando defrontar-se com mudanças. Nesta lógica, não basta apenas ter ativos, mas é necessário construir meios de acessá-los e mobilizá-los no alcance em que for necessário, promovendo o desenvolvimento do capital social e as capacidades individuais e coletivas (NIEDERLE, GRISA, 2008; MATTE, 2013).

Segundo Matte (2013), os produtores rurais e as suas famílias possuem diferentes formas de acesso aos distintos capitais, atribuindo heterogeneidade e diversificando o leque de suas estratégias de reação, estando diretamente relacionada à capacidade individual ou coletiva de controle e uso sobre os ativos. Nesse sentido, Perondi e Schneider (2012, p. 118) afirmam que “fortalecer os meios de vida implicaria criar mecanismos de diversificação das opções e estratégias de trabalho e renda, estimulando assim sua resiliência para lidar com crises, choques ou vulnerabilidades”.

Segundo Perondi e Schneider (2012), nestas condições, é importante observar a família como uma unidade de multipropósitos, em que seus entes são na verdade, indivíduos dotados de identidade e os meios de vida da família rural dependem e envolvem um contínuo processo de renegociações e redefinições da relação familiar, gênero, poder e propriedade.

Compreender que a importância do processo de diversificação é resultante de um interesse particular em explicar a relação entre as atividades agrícolas e não agrícolas rurais. Esse assunto emerge quando observa-se que o desenvolvimento agrícola estimula as atividades não agrícolas no meio rural (por exemplo agroindústrias, hotéis fazenda, pluriatividade) dos países desenvolvidos, e cresce de tal forma que os recursos decorrentes desta nova atividade iniciam por induzir novas transformações na agricultura, levando o crescimento das atividades não agrícolas a se tornar um agente das mudanças agrícolas.

A criação de estratégias de diversificação pode contribuir de forma decisiva na construção de ações para o desenvolvimento regional e rural, a fim de fortalecer os meios de vida dos produtores rurais (FREITAS; RAMBO; SARTORELLI, 2015; FREITAS; RAMBO; SCHNEIDER, 2016). Essas ações podem ser percebidas, por exemplo, por uma renda melhor distribuída (tanto entre as famílias, como entre os membros de cada família – homens e mulheres), pelas fontes de rendimentos diversificadas, pelo aumento da produtividade com uso de rendas não agrícolas, pela conservação do meio ambiente e por maior segurança em relação aos efeitos das oscilações dos mercados. Além disso, o conceito de diversidade se expressa também pelas distintas formas de renda, atividades, ocupações, sistemas de produção, condições de trabalho, dependência produtiva, humana, entre outras (FREITAS; RAMBO; SARTORELLI, 2015; FREITAS; RAMBO; SCHNEIDER, 2016).

Portanto, compreender os meios de vida, ou seja, os capitais e seus respectivos ativos e as estratégias dos agricultores, representa um importante meio de análise para interpretar a sucessão geracional.

2.2 SUCESSÃO GERACIONAL

Conforme Errington (2002), em seu estudo na Inglaterra, França e Canadá, a reprodução social dos agricultores acontece por meio de três processos distintos, mas inter-relacionados, conhecidos como herança, sucessão e aposentadoria. A herança denota a transferência legal da propriedade e dos ativos do negócio (incluindo terra e cota), a aposentadoria é a retirada do atual gestor do controle gerencial do ativo ou do envolvimento em trabalho manual na propriedade rural.

Conceitualmente, segundo Gasson e Errington (1993), Spanevello (2008) e Weisheimer (2009) a sucessão é definida como a passagem da gestão, do negócio, do poder (e da capacidade) de utilização do patrimônio para as novas gerações, ou seja, transferência do

controle ou do gerenciamento sobre o uso do patrimônio da família aos filhos sucessores ou à próxima geração. Isso significa dizer que é por meio da sucessão geracional que as propriedades e os descendentes asseguram a manutenção da população do campo, da renovação da mão de obra e da produção agropecuária.

A sucessão geracional pode ser vista como um dos principais elementos quando se refere à reprodução da mão de obra em propriedades. Segundo Gasson e Errington (1993) os filhos assumem o lugar dos pais como agricultores tocando as atividades, ou seja, renovando a mão de obra, uma vez que com o avanço da idade dos pais, torna-se necessário incorporar nova força de trabalho na propriedade.

A sucessão nas atividades agropecuárias é baseada em dois fatores centrais: “A sucessão é fundamentalmente um processo com diferentes estágios/fases” (SPANEVERELLO, 2008, p. 44). E o segundo é que a sucessão é marcada pelo processo de socialização dos filhos desde pequenos com as atividades agrícolas das propriedades rurais (GASSON et al., 1988; SPANEVERELLO, 2008).

Uma nova geração de agricultores, segundo Gasson e Errington, (1993, p. 217) é formada por diferentes estágios divididos em socialização, aprendizado técnico, parceria e o controle pelo gestor. O processo começa pela socialização se estende desde o nascimento dos filhos até a fase de realização do trabalho na propriedade em tempo integral. Os filhos desenvolvem sua personalidade e atitudes em relação à vida familiar e agrícola e, como resultado, podem aprender/desenvolver muitas das habilidades básicas do trabalho da propriedade. Ou seja, a sucessão é fomentada desde muito cedo por meio de um processo denominado socialização para o trabalho em que muitos filhos e filhas apreendem o ofício ajudando os pais nas atividades da propriedade rural da família, e vão assumindo a responsabilidade sobre a propriedade até conquistarem a gestão plena (GASSON et al., 1988; SILVESTRO et al., 2001; SPANEVERELLO; LAGO, 2007).

Outro estágio importante é o aprendizado técnico. Este estágio é marcado pelo envolvimento dos filhos no trabalho da propriedade como mão de obra e também na gestão. Segundo Gasson e Errington (1993) é o estágio marca o início do envolvimento dos filhos não apenas no trabalho, mas também na gestão, embora seu papel como gestor fique limitado a um percentual que gira em torno de 30 a 40% das atividades, tendo em vista que o pai ainda possui grande participação nas decisões das propriedades, pois neste estágio possui em média 50 anos ou menos. As atividades dos filhos como gestores envolvem o trabalho geral da

propriedade rural, o planejamento do dia a dia, a supervisão do pessoal e a ajuda com máquinas e equipamentos (GASSON E ERRINGTON,1993).

A parceria é um estágio dividido em dois momentos, segundo Gasson e Errington (1993): o primeiro, começa quando o pai tem por volta de 50 anos, período em que os filhos estão cada vez mais envolvidos em decisões técnicas de gestão, particularmente relacionadas aos tratamentos de culturas, estoque e ao planejamento de projetos de longo prazo; o segundo, começa quando o pai tem em torno de 60 anos, período em que os filhos assumem mais responsabilidade pelo pessoal, planejamento de culturas e sobre o saldo da propriedade. Neste estágio, até 65% das responsabilidades gerenciais são assumidos pelos filhos (GASSON E ERRINGTON,1993).

O último estágio é marcado pela passagem do controle da propriedade para o filho (novo gestor). Neste estágio, o filho está cada vez mais envolvido nos negócios da propriedade, gerenciando e tocando a produção agropecuária. Trata-se de um processo natural de envolvimento dos filhos tendo em vista a idade e a saúde do pai tendem a diminuir no final dos 60 anos. No entanto, como reforçam as autoras, a transferência final se dá pelas condições de saúde e pela idade de aposentadoria do pai (GASSON E ERRINGTON,1993).

Os estágios identificados acima se concentram nas mudanças de responsabilidades do sucessor; assim como as mudanças recíprocas do pai. A aposentadoria agora é cada vez mais considerada como a transição para um novo papel do pai. Em algumas áreas de decisão, como a compra de máquinas, os filhos, futuros sucessores, podem “gradualmente” fornecer informações e conselhos para o julgamento na tomada a decisão do pai. Esse processo pode se inverter na sucessão do negócio da família e associar a propriedade rural cada vez mais à reversão de papéis, de modo que o pai agora se torne o conselheiro de seu filho na tomada de decisão. O gerente mais antigo passa ter um novo papel de aconselhar e ensinar em vez de controlar e dominar (GASSON E ERRINGTON,1993).

Para Gasson et al., (1988 p.23) é extremamente importante o treinamento que os pais passam aos futuros gestores, pois o negócio agrícola em que pais e filhos formam uma equipe de mão de obra e de gestão é essencial para manter a coletividade unidade familiar. Na verdade, em nenhum outro setor a interdependência entre a família e empresa é tão forte como na agricultura (GASSON et al., 1988; SILVESTRO, et al., 2001; SPANEVELLO; LAGO, 2007). O negócio agrícola em que pais e filhos formam uma equipe de gestão colabora para a transferência do controle da gestão para o filho e é essencial para manter a coletividade na propriedade rural (GASSON, et al., 1988 p.24).

Esta socialização no trabalho voltada pode ser bem-sucedida e muito benéfica para propriedade. Como o sucessor geralmente é filho do gestor, além dos bens tangíveis (físicos), são transferidos bens intangíveis, como o conhecimento tácito adquirido por meio da convivência durante as atividades cotidianas do gestor, que repassa o conhecimento explícito (KIYOTA; PERONDI, 2014). Isso pode minimizar os problemas oriundos da troca repentina de gestores de determinado empreendimento, pois o sucessor não precisara de um período para conhecer a atividade, a propriedade em si e os valores da família e, a partir disso, pode manter ou transformar a estratégia de gestão (KIYOTA; PERONDI, 2014).

Na sucessão geracional, a família é analisada como uma unidade neste processo, e é observada a partir da posição dos jovens, como possíveis sucessores, e dos pais, como aqueles que seriam sucedidos. Entre os jovens sucessores, é importante a discriminação entre os gêneros, pois o processo ocorre de forma diferenciada entre homens e mulheres (KIYOTA; PERONDI, 2014). Geralmente o filho homem tem prioridade no processo de sucessão, e a mulher busca novas oportunidades de vida, optando pela migração para centros urbanos o acesso à educação é um dos motivadores principais. Os padrões culturais do passado, baseados na tradição da preferência de sucessão para o filho homem mais novo ou mais velho, buscavam a indivisibilidade do patrimônio (não dividir o patrimônio ou herança), considerando o projeto de reprodução social da família em detrimento dos projetos dos filhos (KIYOTA; PERONDI, 2014).

Estudos mostram que estes padrões culturais de preferência pelos filhos homens têm levado as filhas mulheres a deixar o meio rural, mesmo quando demonstram habilidades e conhecimentos com a prática agropecuária. O desinteresse das famílias para que as filhas sejam a sucessoras gera o desinteresse das mesmas em ficar no campo. O trabalho de Lurhs (2016), realizado na Austrália, aponta que muitas filhas têm um grande interesse na agricultura, desenvolvem habilidades na propriedade e consideram viver da agricultura se tivessem a oportunidade. No entanto, as filhas são comumente ignoradas quando se trata de decisões sobre sucessão familiar das propriedades e/ou herança, o que significa dizer que o poder paterno continua fortemente influenciando na determinação da sucessão familiar das propriedades.

Conforme Carneiro (2001), as mulheres tendem a ser excluídas da herança, pois dificilmente são sucessoras, favorecendo os sucessores homens ou quem efetivamente trabalha nela, pois muitas vezes o trabalho das mulheres nas propriedades é visto sob o prisma da ajuda, devido a não importância econômica que as atividades domésticas e auxiliares

realizadas pelas mulheres têm na contabilidade ou na geração de renda das propriedades. Estes arranjos feitos pelas famílias (pais) de excluir as mulheres da herança como um modelo ou padrão cultural contradiz com o que está previsto no código civil brasileiro que garante o direito a todos os filhos a herança. Segundo Curia et al., (2015) os processos referentes a herança são definidos legalmente pelo Código Civil brasileiro, pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, tem direito a herança todos os filhos legítimos e testamentários.

De forma geral, embora as filhas apresentem maiores tendências à saída, isso não significa dizer que os filhos homens ficam para garantir a sucessão geracional das propriedades. Esta situação gera preocupação, pois muitos filhos de agricultores não estão mais construindo a perspectiva de suceder os pais como mão de obra nas propriedades, nem como gestores dos negócios e do patrimônio. As razões que fazem emergir estes processos são diversas. Segundo Kischener (2015), analisando trabalhos e resultados evidenciados por distintos autores³ resume oito fatores que diretamente aferem a falta de sucessão nas propriedades rurais, conforme exposto no Quadro 2.

Quadro 2: Fatores que implicam diretamente na falta de mão de obra.

(continua)

1) Culturais	Celibato, filhos e filhas optando pela vida religiosa;
2) Gênero	O filho herdava e a filha não;
3) Renda	A renda agrícola dos jovens menor em relação ao trabalho assalariado;
4) Escolaridade	O Estado brasileiro que não via de forma estratégica levar a educação ao campo, os jovens rurais deixavam a escola com poucos anos de estudos. Nesse processo, há a tendência de saírem mais mulheres do que homens para estudar, estabelecendo um processo de masculinização do rural;
5) Projeto de vida dos jovens	Maior acesso à escolaridade, de disseminação dos meios de comunicação em áreas rurais, de políticas públicas de acesso, da liberação cultural das regras aceitas pela tradição, da diminuição do número de filhos nas famílias, entre outros fatores, os projetos de vida dos jovens passam a se impor;
6) Sociabilidade urbana	Acesso aos meios de comunicação, as diferenças entre o rural e o urbano podem se tornar menores, diminuindo essa barreira entre rural e urbano;
7) Comunidade	O agrupamento de pessoas de determinada localidade e que mantém laços afetivos e de identidade próximos ou mesmo extremados, com ligações de parentesco, redes de troca, espaços de encontros, de continuidades e os seus aspectos sociais, culturais e psicológicos

³ GASSON et al., 1988; GASSON; ERRINGTON, 1993; ABRAMOVAY, 1998; CAMARANO & ABRAMOVAY, 1998; SILVESTRO et. al., 2001; BRUMER et al., 2007; SPANEVELLO, 2008; WEISHEIMER, 2009; DE MERA, 2011 .

	podem reforçar os sentimentos de pertencimento, confiança e bem estar dos jovens, tendo assim um papel tão importante quanto os econômicos na opção dos jovens em permanecer ou não na unidade de produção da família;
8) Trabalho	A penosidade e a falta de tecnologias poupadoras de mão de obra são fatores que podem contribuir para a saída dos jovens da agricultura.

Fonte: Adaptado de Kischener (2015).

Esta preocupação quanto à sucessão é reforçada quando se analisa os dados populacionais referentes ao meio rural brasileiro. Em 2010, a população rural representava 15,6% (em torno de 15 milhões de pessoas) do total da população brasileira com a perspectiva que em 2050 caia para 8% (ficando em torno de 8,2 milhões de pessoas) (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDO SOCIOECONÔMICOS, 2014). Ainda, considerando a ocupação nos estabelecimentos agropecuários, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos (2014), aponta que em 1985 havia quatro pessoas envolvidas no trabalho, já em 2006 reduziu para 3,2 e em 2013 chegou a 2,7 por estabelecimento. As projeções para 2050 demonstram que deveremos ter 1,7 ocupados por estabelecimentos agropecuários.

Tabela 1 - Representação da população jovem brasileira e do estado do Rio Grande do (15 a 24 anos) segundo os Censos Demográficos.

Brasil	1970	1980	1991	2000	2010
Total População	41.037.586	38.573.725	35.834.485	31.947.618	29.821.150
Rural					
(%)	100%	93,9%	87,3%	77,8%	72,6%
Redução (%)	-	6,1%	12,7%	22,2%	27,4%
Total População	4.540.106	4.344.708	3.859.831	6.333.199	6.629.250
Jovem					
(%)	100%	95,6%	85,01%	139,4%	146,01%
Redução (%)	-	4,4%	14,99%	(39,4%)	(46,01%)
Rio Grande do Sul					
Total População	3.110.602	2.523.825	2.142.128	1.869.174	1.593.088
Rural					
(%)	100%	81,1%	68,8%	60,09%	51,2%
Redução (%)	-	18,9%	31,2%	39,91%	48,8%
Total População	355.349	301.231	197.801	300.045	232.654
Jovem					
(%)	100%	84,7%	55,6%	84,4%	65,4%
Redução (%)	-	15,23%	44,4%	15,6%	34,6%

Fonte: (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – DADOS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Considerando a população jovem, conforme exposto na Tabela 1, verifica-se que desde o Censo populacional de 1970 até último Censo, realizado em 2010, o número de jovens residindo no meio rural tem diminuído. Esta diminuição é registrada tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul com registro mais acentuado a partir da década de 1980.

Este cenário descrito acima pode gerar implicações na reprodução da mão de obra no meio rural, especialmente por meio da sucessão geracional. A saída dos filhos de agricultores pode trazer a diminuição da força de trabalho derivadas das dificuldades de sua manutenção no campo. Portanto, há uma mudança nos ativos disponíveis para o rural. Estudos pioneiros como de Camarano e Abramovay (1998) já mostravam as tendências do meio rural brasileiro em apresentar processos sociais como o envelhecimento (quando saem os filhos e ficam apenas os pais) e a masculinização (quando saem mais as moças e permanecem mais os rapazes, os quais apresentam dificuldades em constituir novas famílias) do campo devido à saída expressiva dos filhos de agricultores do campo, a exemplo do que aconteceu com países europeus como a França ainda em 1960. De Mera e Neto (2014), em estudo na região do COREDE Alto Jacuí, no Rio Grande do Sul, também reforçam que a saída dos jovens representa a diminuição da mão de obra no campo e o fortalecimento do envelhecimento.

Andreatta (2009) reforça que a perspectiva dos agricultores poderem contar com a mão de obra dos filhos é um aspecto importante para a tomada de decisões quanto aos investimentos de médio e longo prazo a serem feitos nas propriedades. Quanto maior a perspectiva da permanência da mão de obra, maiores as chances de realização de investimentos em maquinários, terras, entre outros. Para Kischener (2015), a falta de mão de obra é um fator limitante inclusive para o futuro nas atividades agrícolas.

Uma das estratégias para superar as dificuldades com relação à falta de mão de obra familiar (filhos) na propriedade rural tem sido o investimento em tecnologia, visando simplificar e ganhar tempo e rendimento e facilidade nas operações. Segundo Garcia (2014) e Kischener (2015), a falta de mão de obra faz com que os gestores invistam em mecanização, possibilitando aumento de produção e produtividade em determinadas cultivos, basicamente grãos (soja), porém cultivos mais diversificados tendem a ser deixados de lado. Estão tentando suprir a falta de mão de obra com a tecnologia, porém, “[...] passam pelo crivo da viabilidade econômica, da competitividade e sustentabilidade em mercados cada vez mais exigentes” (GARCIA, 2014, p. 562).

No entanto, ainda que os agricultores consigam suprir a mão de obra com tecnologias, a ausência dos filhos representa também a perda do capital inovador, pois, geralmente, são as

novas gerações que tendem a estar à frente dos conhecimentos técnicos e de gestão que podem melhorar os rendimentos econômicos das propriedades (SILVESTRO et al., 2001; SPANEVELLO, 2008).

Gasson e Errington (1993) e Spanevello (2008) ainda apontam três fatores são considerados importantes para que ocorra a sucessão nas propriedades rurais: as características das famílias, a condição econômica da propriedade rural e a inserção na economia de escala. “Por outro lado, na percepção dos mesmos autores, há três razões para os filhos não seguirem a ocupação dos pais: 1) Propriedade pequena ou com dificuldade de viabilidade econômica; 2) Redução da probabilidade da herança; 3) Possibilidade dos filhos ficarem expostos ao trabalho não agrícola” (SPANEVELLO, 2008 p.59). Somada a estes fatores Gasson et al., (1988) reforçam a idade do agricultor, o valor do pai dado a ele mesmo em ficar no controle, a sua percepção sobre a capacidade do filho, tamanho da propriedade, o casamento do filho, a saúde do pai, a aposentadoria e os processos de herança como importantes para garantir ou não a sucessão das propriedades.

Considerando a condição sucessória em propriedades rurais a nível de Brasil, Moraes, Borges e Binotto (2017), apontam que o tamanho da propriedade influencia a intenção de sucessão, ou seja, quanto maior a propriedade rural, maior a intenção potencial dos sucessores assumir, pois são mais propensas a garantir renda segura, assim como a pressão social para assumir a propriedade ou seja fatores psicológicos influenciam intenção dos sucessores a assumir a propriedade, o apego emocional, desempenha um papel importante no desenvolvimento da identidade sucessora como proprietário rural. Os sucessores desejam trabalhar no setor agrícola, e seguir como tais, e percebem que têm capacidade para assumir a propriedade rural. O desejo de trabalhar na agricultura diminui a probabilidade de migrar para áreas urbanas, para tanto os autores evidenciam que esse estudo foi realizado em propriedades rurais maiores, não sendo basicamente as propriedades rurais familiares, mostrando as diferenças de resultados de outros trabalhos realizados no Brasil, que são basicamente feitos em propriedades de agricultura familiar (MORAIS; BORGES; BINOTTO, 2017).

Outros trabalhos realizados em universos específicos no Brasil como é o caso do trabalho de Spanevello et al., (2014) realizado no Rio Grande do Sul, aponta que os filhos estão mais dispostos a permanecer na propriedade rural quando os pais têm condições financeiras e materiais capazes de melhorar a capacidade produtiva da propriedade, adquirindo bens materiais para os filhos sucessores, ou mesmo trabalhar dimensões simbólicas de valorização dos sucessores, questões como autonomia seria um exemplo.

Segundo Gasson et al., (1988) as grandes propriedades mantêm melhor perspectiva de sucessão, pois oportuniza a geração de renda suficiente para que o filho junte-se a empresa “permanecendo na propriedade” assumindo gradualmente a gestão plena até se tornar o sucessor.

No trabalho de Spanevello et al., (2014) foram apontados fatores que levam a manutenção da sucessão nos estabelecimentos familiares, as estratégias utilizadas pelos pais são ligadas a possibilidades simbólicas (autonomia, a percepção positiva da propriedade rural, e o gosto pela terra) e materiais (terra, imóveis, automóveis, modernização da atividades e novas atividades geradoras de renda, garantem mobilidade social lazer tanto em comunidades rurais como urbana) que eles podem ofertar aos filhos e favorecer a permanência deles como sucessor.

Com relação à autonomia, os pais oportunizam os filhos a realizar investimentos para determinada atividade e a decidir sobre a compra de novas áreas e maquinários, também ser o responsável pelo atendimento e recepção de técnicos e vendedores na propriedade, decisões sobre a venda da produção, aplicações e investimentos, incentivo a pesquisar inovações tecnológicas para propriedade rural. Logo, são responsabilidades que fazem com que seja mais atrativa a perspectiva de permanência dos filhos na propriedade, pois esta autonomia é vista como um “voto de confiança”. Os incentivos monetários como salários e comissões de safra ou venda de animais são estratégias tanto simbólicas quanto materiais. A modernização das atividades é ligada a investimentos em animais de raças melhoradas, equipamentos e maquinários agrícolas, esses investimentos visam diminuir a “penosidade” do trabalho. No caso de o filho ser casado, este fator pode assegurar a permanência desde que seja contemplada a obtenção de uma casa separada a do pai, pois as gerações têm hábitos, ideias e modos de vida diferentes (SPANEVELLO et al., 2014).

As estratégias de dimensões materiais garantem a certo recurso patrimonial ao filho. Assim, os pais possibilitam certa independência aos filhos, antecipando o recebimento de parte do patrimônio, não sendo necessária a espera pelo fim da vida ou com idade avançada, aumentando as possibilidades de sucessão, não sendo o tal modelo sucessório vigente que é o da sucessão tardia (SPANEVELLO et al., 2014).

Trabalhos realizados fora do Brasil como, por exemplo, o trabalho de Kwanmuang (2011), na Tailândia, reforça a relação entre as condições econômicas e produtivas das propriedades com a sucessão. Segundo os resultados do trabalho do autor, propriedades rurais com maiores áreas de terras e com altos índices de irrigação são mais propensas a terem

sucessores, especialmente se tiverem filhos que trabalhem na propriedade rural e planejar a sucessão (KWANMUANG, 2011).

O trabalho Mishra e El-Osta (2007), desenvolvido nos Estados Unidos, levantou os fatores que provavelmente influenciam a sucessão familiar nas propriedades rurais dos EUA. Os resultados indicaram que grandes propriedades rurais são mais propensas ao processo de sucessão geracional. O nível de endividamento da propriedade rural, o grau educacional e ser envolvido por outras culturas, saindo do meio rural, relacionadas ao meio urbano, afetam as transferências intrafamiliares no negócio, ou seja, prejudicam a sucessão. Isso significa dizer que as grandes propriedades rurais apresentam maiores possibilidades de garantir a sucessão por oferecer ao sucessor a garantia de uma renda razoável e segura. Para os autores, o planejamento da sucessão deve estar no desenvolvimento de um plano de negócios na propriedade rural (MISHRA; EL-OSTA, 2007).

No entanto, outros estudos reforçam não ser apenas o aspecto econômico (renda) ou o tamanho das propriedades os principais fatores determinantes da sucessão das propriedades rurais. O estudo por Kerbler (2012), com propriedades rurais eslovenas sugere que não são apenas os fatores econômicos que afetam a sucessão, embora estes apareçam com mais significância. O autor analisou 48 fatores que afetam a sucessão e constatou que 13 têm um efeito significativo sobre a sucessão na propriedade rural. Entre estes, três fatores econômicos aparecem com mais significância: (1) tamanho da propriedade rural; (2) comercialização da produção pecuária; (3) quantidade de renda anual proveniente de fontes agrícolas. Outros dez fatores que têm um efeito significativo e são divididos em dois grupos: (1) Fatores que refletem a tradição ou padrões de pensamento e comportamentos: número de filhos do sexo masculino; idade do proprietário na transferência da propriedade; (2) Fatores que refletem a posição do proprietário, as percepções e opiniões: opinião do proprietário sobre o afastamento da propriedade rural; sobre se ele / ela se tornaria sucessor caso pudesse decidir novamente; sobre as mudanças no volume trabalho na propriedade no futuro; sobre mudanças o tamanho da propriedade no futuro; sobre o futuro da propriedade, se a renda aumentará; sobre a capacidade financeira da propriedade rural para investimento e desenvolvimento; opinião do proprietário sobre a capacidade da propriedade para seu desenvolvimento devido a empréstimos e outros encargos financeiros.

Outro estudo realizado na Escócia por Fischer e Burton (2014), sugere que a efetivação da sucessão nas propriedades passa pela criação de uma espécie de identidade dos filhos com o trabalho agrícola e com a propriedade. Este processo de identificação ocorre quando os

filhos ainda são crianças e passam a se envolver progressivamente no trabalho agrícola, nas tarefas e na hierarquia da tomada de decisão até o ponto em que mudanças são feitas na propriedade e nos negócios agrícolas em razão do novo sucessor passar a assumir os negócios. As condições de sucessão são essenciais para o desenvolvimento tanto da identidade do sucessor como da propriedade rural (FISCHER; BURTON, 2014). Abramovay et al., (1998) afirma que no sul do Brasil a garantia da sucessão nas gerações passadas ocorria, entre outros fatores, pela valorização da agricultura e do modo de vida no meio rural repassada aos filhos pelos pais. O autor também aponta outros fatores motivacionais: o amplo mercado de terras que favorecia a instalação dos filhos em novas propriedades, a baixa escolaridade dos filhos que limitava os horizontes profissionais e a pressão dos pais para um filho ficar na propriedade com a responsabilidade de ampara-los na velhice.

No entanto, Fischer e Burton (2014), reforçam que nutrir ou estreitar esta relação dos filhos com a propriedade e os negócios agrícolas de modo a fomentar a sucessão não tem sido um processo fácil. Segundo os autores, o aumento das preocupações com saúde, segurança, processos burocráticos, escolaridade e menor número de trabalhadores agrícolas levam os jovens a deixar o campo, por isso, o processo de construção de identidades sucessoras na primeira infância por meio do contato estendido entre o pai, a criança e a propriedade rural estão se tornando cada vez mais difíceis. Este processo parece ser inevitável à medida que a agricultura se moderniza e a sociedade muda. Mas é preciso, se desejarmos manter os agricultores na terra, levar em consideração aspectos que reforcem os filhos a nutrir a paixão, orgulho e conexão com a propriedade e com o trabalho agrícola para que os agricultores continuem na agricultura (FISCHER; BURTON, 2014). Champagne (1986) em trabalho realizado na França atesta a existência de uma crise de identidade que é justamente quando os filhos se negam a reproduzir o trabalho e a condição de agricultores dos pais. Esta negação está associada às condições econômicas (renda baixa ou falta de renda) e produtivas das propriedades (pouca terra, terra pouco produtiva) das famílias e das propriedades e das expectativas profissionais dos filhos que tendem a não considerar a sua instalação na propriedade e na agricultura, mas em profissões urbanas.

Na Itália destaca-se o estudo de Cavicchioli et al., (2015) sobre a agricultura familiar produtora de maçã, e a sua importância em áreas de montanha. Os autores identificam fatores que promovem ou desencorajam a sucessão intrafamiliar. O trabalho evidencia que quando a propriedade é administrada por mulheres com escolaridade de ensino médio, há mais chances de ocorrer sucessão. Em propriedades com maior número crianças possíveis sucessoras, é

maior a competição entre os irmãos e menor as chances de sucessão. Os proprietários rurais com nível médio têm mais chances de suceder do que os de nível fundamental, vendas agrícolas ou receitas maiores também influenciam a sucessão. Os autores explanam que o tamanho da propriedade e a disponibilidade de mão de obra familiar condicionam a sucessão. Contudo, a probabilidade de as crianças assumirem o negócio familiar aumenta à medida que o nível de educação do agricultor e a experiência de trabalho aumentam. Essas descobertas, embora misturadas, sugerem que as mulheres desempenham um papel fundamental na manutenção da agricultura familiar nas áreas de montanha na Itália, juntamente com a educação dos familiares, a melhoria da comercialização dos produtos agrícolas e, em geral, a competitividade e a rentabilidade da propriedade rural familiar (CAVICCHIOLI et al., 2015).

No entanto, foram evidenciados muitos fatores que influenciam a sucessão geracional em propriedades rurais não só do Rio Grande do Sul, mas como em diversas partes do mundo. Existem modelos sucessórios distintos, onde cada agricultor e sua propriedade rural possuem características próprias.

2.2.1 Modelos sucessórios

Os modelos sucessórios são caracterizados a partir de uma série de fatores. A forma como os pais conduzem este processo de passagem suas ações, estratégias de envolvimento dos filhos (sucessores) definem as características dos modelos sucessórios. Segundo o trabalho de Gasson e Errington (1993), os modelos sucessórios se diferenciam a partir das questões de autonomia e tomada de decisão dos filhos em relação aos pais quanto aos negócios da propriedade, independência dos filhos quanto à moradia, posse e uso da terra, divisão da renda ou individualização da mesma, tamanho de propriedade, cultura familiar e questões culturais relacionadas à região em que a família e a propriedade está inserida, entre outros.

Gasson e Errington (1993) mencionam que existem modelos sucessórios distintos entre os agricultores, ou seja, a permanências dos filhos nas propriedades e, principalmente, nas atividades agropecuárias ocorrem de maneiras diversas. No total, as autoras sugerem a existência de quatro modelos.

O primeiro modelo, o caso do “Stand-by holding” (espera segura) constitui-se de uma relação em que o filho potencial sucessor reside em uma propriedade rural separada do pai, trabalha por vários anos, desenvolvendo sua própria criação ou produção agropecuária e

consequentemente suas próprias habilidades de gestão e exerce o processo de tomada de decisão de forma independente. O filho pode compartilhar máquinas com a propriedade rural do pai de modo cooperativo em horários alternativos e até mesmo a questão financeira, mas com autonomia (GASSON; ERRINGTON; 1993; ERRINGTON, 2002).

A independência financeira é particularmente importante, uma vez que fornece uma fonte de renda e a “propriedade rural da família” não necessariamente suportaria duas gerações. Além disso, o filho assume a propriedade rural do pai em caso de aposentadoria, o sucessor pode até começar a construir uma base de capital separada para pagar os pais ou irmãos quando ele tomar posse da propriedade rural da família (GASSON; ERRINGTON; 1993; ERRINGTON, 2002).

O segundo modelo é caso do “negócio separado” em que o filho possui um negócio próprio em separado, pois a propriedade rural é grande o suficiente para suportar e desenvolver o empreendimento. O filho tem boa autonomia na atividade que realiza (aviário, criação de ovelha ou suínos), pois desenvolve as habilidades passadas pelo pai, com quem muitas vezes compartilha tomada de decisões, busca capacitação fora, e o negócio em separado também dá ao sucessor um grau de independência financeira e pode novamente permitir que ele desenvolva sua própria base de capital próprio. A frase francesa para descrever este arranjo, “*association et autonomie*”, fornece uma descrição adequada de seus dois componentes essenciais (GASSON; ERRINGTON; 1993; ERRINGTON, 2002).

O terceiro modelo retrata que o filho reside com o pai e eles trabalham em forma de parceria, permitindo que ele adquira uma responsabilidade considerável por alguns aspectos em particular na propriedade, como uma especialização em máquinas, por exemplo, podendo gradualmente aumentar sua responsabilidade na realização de algumas atividades na propriedade rural, com possibilidade de tomada de decisão em determinadas tarefas em comum acordo com o pai; como em discussões sobre substituição de máquinas e eventualmente deixar essas decisões para o próprio sucessor. Desta forma, o sucessor potencial e a forma de “parceria”, eventualmente poderá ser cimentada em um acordo formal de parceria (GASSON; ERRINGTON; 1993; ERRINGTON, 2002).

O quarto modelo sugere que o sucessor potencial pode gastar muitos anos trabalhando com (ou mais precisamente “para”) seu pai na propriedade rural da família, mas ele tem muito pouco envolvimento em atividades gerenciais e é usado principalmente como mão de obra, ou seja, o filho mora com o pai, mas participa muito pouco do processo de tomada de decisões das atividades da propriedade rural. Por isso, ele tem poucas oportunidades para desenvolver

as habilidades gerenciais que ele irá eventualmente, precisar para quando assumir o controle da propriedade rural. Para todos os fins, ele é simplesmente um substituto para um trabalhador contratado, embora ele nem sequer possa aproveitar ou ter um salário de trabalhador contratado e continua a ser um subsídio que terá como sua recompensa a eventual propriedade rural da família. O filho sua assumirá o controle gerencial em caso da morte ou aposentadoria de seu pai, podendo estar mal preparado para a gestão da propriedade rural (GASSON; ERRINGTON; 1993; ERRINGTON, 2002).

O Quadro 3 a seguir sintetiza os modelos de Gasson e Errington (1993).

Quadro 3: Síntese dos modelos sucessórios.

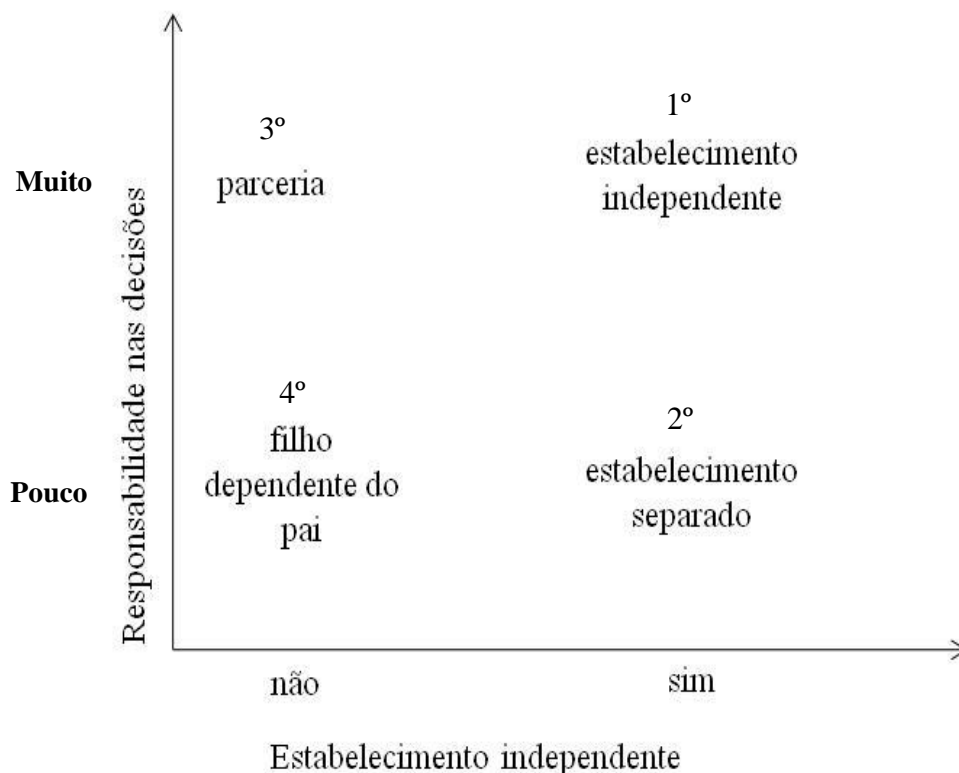
Modelo sucessório 1	<ul style="list-style-type: none"> - O filho sucessor reside em uma propriedade rural separada do pai. - Estabelece uma forma própria de gestão e exerce o processo de tomada de decisão de forma independente. - Também é independente financeiramente, mas assume a propriedade rural do pai em caso de aposentadoria do mesmo;
Modelo sucessório 2	<ul style="list-style-type: none"> - O filho possui um negócio próprio, na propriedade rural da família, porém em separado, reside nela e tem boa autonomia na atividade que realiza, podendo ser, por exemplo, uma criação de suínos ou criação de ovelhas. - O filho aprende a desenvolver ou aprimorar as habilidades que aprendeu com o pai e possui relativa independência financeira, o que lhe permite construir algum capital próprio;
Modelo sucessório 3	<ul style="list-style-type: none"> - O filho reside com o pai e eles trabalham em forma de parceria. - O filho vai gradualmente aumentando sua responsabilidade na realização de algumas atividades, com possibilidade de tomada de decisão em determinadas tarefas em comum acordo com o pai;
Modelo sucessório 4	<ul style="list-style-type: none"> - O filho mora com o pai, mas participa muito pouco do processo de tomada de decisões das atividades da propriedade rural, apesar de conviver e trabalhar com seu pai e sua família por muitos anos no mesmo estabelecimento. - O filho é tido como uma força de trabalho importante na propriedade rural e assume como sucessor em caso da morte ou aposentadoria do pai. - Nesse caso, o sucessor é menos preparado para assumir a propriedade rural em razão da pouca experiência administrativa realizada durante sua vida.

Fonte: adaptado de Gasson e Errington (1993, p. 205).

Este quarto modelo se assemelha ao encontrado na Região Sul do Brasil conhecido como sucessão tardia. Segundo Abramovay (1998) Spanevello (2008) este modelo tem como principal característica o encaminhamento e a divisão do patrimônio tende a ser um processo prolongado. O processo sucessório na agricultura é articulado sobre a figura do homem, e é marcada pelo poder paterno, que determina o momento e a forma da passagem das responsabilidades sobre a gestão da propriedade rural para próxima geração. Esta transição leva mais em conta a capacidade e disponibilidade de trabalho do pai, do que as necessidades do sucessor ou exigências econômicas ligadas ao próprio desenvolvimento da propriedade (ABRAMOVAY et al., 1998).

O que se pode dizer é que os modelos se diferenciam quanto a autonomia que os filhos dispõem dentro das propriedades e na gestão dos negócios. Neste sentido, pressupõe-se que o modelo 1 e 2 os filhos apresentam maior autonomia nas decisões dos negócios, enquanto o modelo 3 e 4 esta autonomia é menor, conforme representado na (FIGURA 2).

Figura 2: Síntese dos modelos sucessórios com relação à autonomia.



Fonte: Adaptado de Gasson e Errington (1993).

Os modelos sucessórios muitas vezes não são puros, ou seja, se misturam, pois o que move essas combinações são as particularidades individuais das famílias e dos filhos, também

região geográfica e a época, e é provável que o ambiente econômico (diversificação produtiva, tamanho da área) também favoreça ou defina as oportunidades ou restrições à sucessão nas propriedades rurais (GASSON; ERRINGTON, 1993; ERRINGTON, 2002; SPANEVELLO, 2008, 2014; WEISHEIMER, 2009). Estes exemplos citados, segundo reforçam as autoras, são exemplos derivados de estudos empíricos de sucessão em propriedades rurais em tempos e lugares diferentes. Parece haver duas distinções fundamentais em todos esses exemplos, o primeiro relacionado à quantidade de responsabilidade exercida pelo sucessor na tomada de decisões na propriedade rural familiar, e o segundo até que ponto ele é capaz de administrar uma empresa autônoma.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPO DE PESQUISA

O tipo de pesquisa proposto é a qualitativa. Nas Ciências Sociais, especialmente este tipo de pesquisa se preocupa com a realidade que não pode ser quantificado, pois busca se aproximar da realidade dos sujeitos analisados (DESLANDES, 1994; GOLDENBERG, 1995; MINAYO, 2007; 2011). A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações humanas e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (DESLANDES, 1994).

O pesquisador que trabalha com este modo de investigação não espera resultados semelhantes em pesquisas e sim compatíveis, que as conclusões de um estudo não contradigam implícita ou explicitamente as de outro. Neste caso, cada pesquisa tem seus enfoques teóricos e metodológicos (GOLDENBERG, 1995).

Segundo Minayo (2011) a pesquisa qualitativa segue um ciclo composto de três partes:

- a) A fase exploratória - consiste na produção do projeto e de todos os procedimentos para entrar em campo. Como definir objeto, problema, teoria, fundamentação, metodologia, hipóteses para seu encaminhamento, pensar no cronograma de ação, procedimentos exploratórios para escolha do espaço e da amostra qualitativa (MINAYO, 2011).
- b) O trabalho de campo – leva para prática empírica a construção teórica da primeira fase. Esta fase combina instrumentos como observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação ou interlocução (MINAYO, 2011).
- c) Análise e tratamento de material empírico e documental – depois da segunda fase ocorrem à compreensão e interpretação dos dados levantados, comparando com a teoria, portanto colocam-se em ordem os dados, classifica-se e, então, faz a análise (MINAYO, 2011).

3.2 LOCAL DA PESQUISA

A escolha do município de Cruz Alta está diretamente relacionada a dois aspectos: 1) A diversidade da realidade produtiva e social das propriedades e 2) Interesse do autor pelo município.

3.2.1 Caracterização socioeconômica e produtiva no município da pesquisa

O Município de Cruz Alta, está situado na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. A cidade teve sua oficialização política no final do século XVII, em que se inicia sua história, no momento em que uma grande cruz de madeira foi plantada a mando do padre jesuíta Anton Sepp Von Rechegg (Padre Antônio Sepp) em 1698, logo após a fundação de São João Batista nos Sete Povos Missioneiros (DE MERA, 2011; CAMPOS; MEDEIROS, 2012; IBGE, 2017).

O local consolidou-se ainda no final do século XVIII como Pousos dos Tropeiros, pois milhares destes, oriundos das fronteiras com a Argentina e Uruguai, se dirigiam até a Feira de Sorocaba para comercialização dos animais. Muitos dos tropeiros passaram a residir nas proximidades, até que, no início do século XIX depois de uma tentativa sem sucesso, mudaram-se então mais para o norte estabelecendo-se em que hoje está o município de Cruz Alta, cuja fundação deu-se no dia 18 de agosto de 1821 em resposta a uma petição feita pelos moradores (DE MERA, 2011; CAMPOS; MEDEIROS, 2012; IBGE, 2017).

O Distrito foi constituído com a denominação de Espírito Santo da Cruz Alta, pelo Decreto de 24-10-1832. Promovido à categoria de vila com a denominação de Espírito Santo da Cruz Alta, pela Resolução de 11-03-1833, desmembrado de Cachoeira. Sede na atual vila de Espírito Santo da Cruz Alta. Instalado em 04-08-1834. O Município de Cruz Alta foi criado oficialmente em 1833, porém a sua origem como povoado surge ao início da colonização no sul do Brasil, depois que os portugueses derrotaram os espanhóis na disputa pela dominação do território gaúcho, XVII. Cruz Alta foi elevada ao posto de cidade, pela Lei Provincial n.º 1.175, de 12-04-1879. O desenvolvimento do município de Cruz Alta começa a partir de 1894, pois começa a fazer parte do maior entroncamento ferroviário do sul do País (DE MERA, 2011; CAMPOS; MEDEIROS, 2012; IBGE, 2017).

O Município de Cruz Alta, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de acordo com o censo 2010, a população é de 62.821 habitantes, dos quais 96,5% residem em área urbana e 3,5% em área rural. Sua área é de 1.360, 289 Km², totalizando uma área de 136.028,9 hectares. Destes, a área utilizada pela agricultura familiar representa 5.396 hectares, a não familiar 99.416 hectares, onde encontram-se 617 estabelecimentos rurais⁴ (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006; DE MERA, 2011). A Tabela 2

⁴ Neste trabalho estabelecimentos rurais e propriedades rurais são usados como sinônimos

refere-se aos dados sobre o número de propriedades, tamanho da área⁵ e sua divisão entre agricultura não familiar e familiar no município (IBGE, 2010).

No entanto com base nos dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017⁶, no município encontram-se 580 estabelecimentos agropecuários, ocorrendo uma queda em relação ao Censo Agropecuário de 2006. Referente à questão de gênero do produtor por estabelecimento, em 514 são do sexo masculino, em 64 do sexo feminino e em 2 estabelecimentos não se aplica. Destes produtores, relacionando a escolaridade, em 3 estabelecimentos o produtor tem Mestrado ou Doutorado, em 109, ensino Superior, em 15 Técnico, em 98 ensino Médio, em 4 antigo científico, clássico (médio 2º ciclo), 3 EJA ensino fundamental, em 175 o ensino fundamental, em 58 antigo ginásial (médio 1º ciclo), em 105 antigo primário, em 4 classe de alfabetização, 4 nunca frequentou a escola e 2 não se aplica (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

Relacionando a idade dos produtores, em 16 estabelecimentos a idade do produtor é menor que 30 anos, em 330 de 30 a 60 anos e em 232 estabelecimentos, 60 ou mais. A assistência técnica, em 323 estabelecimentos, os produtores recebem e em 267 não recebem. Relacionando a adubação, em 380 estabelecimentos os produtores utilizam adubação química, em 55 adubação orgânica, em 60 adubação química e orgânica e em 82, não utilizam. Quanto a utilização de defensivos agrícolas (agrotóxicos) 421 estabelecimentos o produtor faz uso e em 154 não utiliza (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

A utilização de implementos no município tem 346 estabelecimentos que utilizam tratores, 286 plantadeiras e semeadeiras, 237 colheitadeiras e 134 adubadeiras ou distribuidoras de calcário (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

Estes estabelecimentos utilizam uma área 129.372,040 hectares. As lavouras permanentes ocupam 139,9 ha e as temporárias 102.339,185 ha. As pastagens naturais ocupam 4.836 ha e as plantadas 5.641 ha. Matas nativas de preservação permanentes ou reserva legal 10.635 ha e florestas plantadas 540 ha. O plantio direto na palha é feito em 105.034 ha no município (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

⁵ A classificação das propriedades rurais em relação ao tamanho da área é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o módulo fiscal (e não apenas a metragem) que varia de acordo com cada município, os imóveis rurais são classificados em: Minifúndio – é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal; Pequena Propriedade - o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; Média Propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; Grande Propriedade - o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais (BRASIL, 2017; INCRA, 2017).

⁶ Os dados do Censo Agropecuário de 2017 não foram totalmente disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, são apenas dados preliminares. O que explica em alguns casos apresentar dados referentes ao Censo Agropecuário de 2006 e não os dados atualizados de 2017.

O Município de Cruz Alta é considerado uma cidade do polo da Região do Alto-Jacuí, sua evolução explica-se por meio de duas trajetórias: uma economia alicerçada na exploração da pecuária bovina e agricultura de subsistência, em um segundo momento, transformou-se em exportadora de grãos, ensejada pela expansão das culturas de trigo, milho e soja (DE MERA, 2011). A maior parte das terras ocupadas no município apresentam como os principais produtos agrícolas as culturas de soja, milho e trigo. A maior parte das propriedades são caracterizadas como médias e grandes. Em áreas de agricultura familiar, inclusive em assentamentos de reforma agrária é percebido o mesmo tipo de cultivo que nas médias e grandes propriedades (CAMPOS; MEDEIROS, 2012). A Tabela 2 ilustra a caracterização das propriedades rurais do município e a área utilizada em cada um destes.

Tabela 2: Número propriedades e área de propriedades por utilização de terras e agricultura familiar em Cruz Alta.

Cruz Alta	Estabelecimentos	Hectares
Não Familiar	270	99.416
Agricultura Familiar ⁷	347	5.396
Total	617	104.812

Fonte: (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Percebe-se que aproximadamente 43% das propriedades rurais do município não são familiares, com média de 368 ha e 57% são familiares com média de 15,5 ha, ou seja, quanto à distribuição as propriedades são semelhantes, não há uma disparidade muito representativa, já com relação à divisão de área, 5% da área total do município é utilizada pela agricultura familiar e 95% pela não familiar.

As propriedades rurais segundo a Constituição Federal de 1988, no artigo 186 a função social da propriedade rural é cumprida quando atende, simultaneamente, aos seguintes critérios e graus de exigência estabelecidos em lei: aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

⁷ Conforme a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II- utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; IV- tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011) IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2017).

observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988).

Visando caracterizar a mão de obra existente nestas propriedades rurais, segundo o IBGE com base nos dados Cadastro Central de Empresas (2014), a Tabela 3 listada a seguir aponta que a agricultura, em 2007, tinha 895 pessoas ocupadas no setor, passando em 2013 para 1.368 pessoas ocupadas, ou seja, o número de pessoas ocupadas no setor da agricultura no município aumentou aproximadamente em 52% no período, demonstrando que a agricultura é um dos setores destaques, alavancado pelo Agronegócio Brasileiro principalmente pela produção de commodities. Assim como a indústria que cresceu 113% no município, isto pode ser explicado pela instalação da Cooperativa Central Gaúcha Ltda (CCGL) no município, porém o setor que mais emprega em Cruz Alta é Serviços.

Tabela 3: Pessoas ocupadas por setor em Cruz Alta de 2007-2013.

Setor	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Agricultura	895	964	1095	1048	1177	1342	1368
Comércio	2947	3263	3392	3568	3841	3903	4095
Indústria	662	775	1020	1287	1269	1229	1415
Serviços	4652	5005	4902	5112	5662	5677	5928

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; COM BASE NOS DADOS CADASTRO CENTRAL DE EMPRESAS (2014).

Em Cruz Alta pelo Censo Agropecuário de 2017, O rebanho bovino do município conta com 15.001 cabeças. Aproximadamente 196 estabelecimentos agropecuários produziram leite, com um rebanho de 1.762 vacas ordenhadas no ano 2006, produzindo nestes estabelecimentos 7.661 milhões litros de leite ano (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017). Em relação à produção de grãos, segundo dados da Pesquisa Agrícola Municipal de 2016 do IBGE, são aproximadamente cultivados no município 96.500 hectares de soja, 14.000 hectares de trigo e 4.500 hectares de milho, curiosamente a área utilizada pela cultura da soja, representa 92% do total de hectares do município (dados da Tabela 2).

Segundo o Censo Agropecuário (2017), o milho é produzido em 151 estabelecimentos, somando 7.127 ha, com uma produção de 65.744 toneladas. A soja é cultivada em 376 propriedades, em uma área 90.871 ha, com uma produção de 335.237 toneladas. E o trigo está presente em 109 propriedades, em uma área de 16.125 ha, com uma produção de 36.095 toneladas.

Com relação à população rural, considerando a população rural e urbana com mais de 65 anos no município de Cruz Alta no ano 2000, segundo os Censos Demográficos, no meio urbano eram aproximadamente de 5.078 pessoas e no meio rural aproximadamente 448 pessoas, depois de 10 anos no censo demográfico em 2010 a população urbana aumentou para 7.423 e a do meio rural diminuiu para 202 pessoas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017; DE MERA; NETTO 2012). Além dos idosos buscou-se os dados sobre a migração das pessoas no meio rural que podem ser vistos na Tabela 4 que demonstra a migração populacional jovem rural e população rural do município.

Tabela 4- População jovem rural e população rural de Cruz Alta (15 a 24 anos).

Município	1970	1980	1991	2000	2010
Cruz Alta	1.442	1.299	548	934	271
População jovem					
Moças	703	639	231	423	116
Rapazes	739	660	317	511	155
Total	13.500	11.237	6.303	5.887	2.227
População Rural					
(%)	100%	83,23%	46,68%	43,60%	16,48%
Redução	-	16,77%	53,32%	56,4%	83,52%
(%)					
Mulheres	6.315	5.318	3.288	2.796	1.011
Homens	7.185	5.919	3.015	3.091	1.216

Fonte: (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – DADOS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS 1970, 1980, 1991, 2000 E 2010).

O Município de Cruz Alta segundo os dados dos Censos Demográficos apresentou uma significativa diminuição da população rural, em que cerca de 83% da população deixou o campo entre os anos de 1970 e 2010. A população jovem rural representava 12% da população rural do município seu percentual foi menos elevado do que o da população rural, aproximadamente 81% dos jovens migraram ou saíram do meio rural entre 1970 e 2010, ou seja, saem jovens, e esse fato reflete a falta de sucessão e mão de obra e envelhecimento do meio rural do município. Segundo De Mera e Netto (2014), a saída ou migração da população jovem rural e população rural causam as implicações citada no próximo parágrafo.

Os autores apontam que os jovens têm saído do meio rural e tem ocorrido o fenômeno, envelhecimento do campo. Esse fato pode representar um aumento na qualidade de vida, porém para o campo pode acarretar em falta de mão de obra. Ainda, apontam a inviabilidade

de pequenos produtores e conseqüente busca por melhores condições de vida no meio urbano, a saída de jovens e de idosos aposentados para a cidade do seu município, parece transparecer um processo natural neste modelo de desenvolvimento, tendo como fio condutor o elevado preço da terra. Pode afetar o desenvolvimento rural, causando problemas de sucessão e a diminuição da população rural (DE MERA; NETTO, 2014).

3.3 COLETA DE DADOS

De acordo com Deslandes (1994), na coleta de dados primeiramente precisamos definir as técnicas que serão utilizadas tanto para a pesquisa de campo (entrevistas, observações, formulários, história de vida) como para pesquisa suplementar de dados, caso seja utilizada.

No caso deste trabalho, o instrumento de coleta de dados utilizado foi entrevistas semiestruturadas, o roteiro da entrevista está presente no (Apêndice A). A entrevista semiestruturada combina perguntas abertas e fechadas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a perguntas formuladas (MAY, 2004; MINAYO, 2007). O roteiro para entrevista semiestruturada deve desdobrar os vários indicadores considerados essenciais e suficientes em tópicos que contemplem a abrangência das informações esperadas. Os tópicos devem funcionar apenas como lembretes, devendo na medida do possível ser memorizado pelo investigador quando estiver a campo. Servindo de orientação e guia para andamento da interlocução, o roteiro deve ser construído de forma que permita flexibilidade nas conversas e absorver novos temas e questões traduzidas pelo interlocutor como sendo de sua estrutura de relevância (MINAYO, 2007).

A escolha dos produtores se deu a partir da indicação nos sindicatos rurais do município, o sindicato dos trabalhadores rurais e o sindicato rural patronal, e também por indicações dos técnicos da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). A escolha destas três entidades para indicar os entrevistados tem como razão o fato das mesmas atuarem nas mais diferentes propriedades dos municípios, facilitando a indicação de propriedades com sucessão ou propriedades que servem como lócus de estudo para este trabalho.

As entrevistas foram realizadas em propriedades rurais em que ocorre o processo de sucessão geracional, sendo entrevistado um dos pais sendo ou não o principal gestor da propriedade rural, obedecendo aos critérios de seleção propostos no trabalho de Spanevello

(2008 p.28): “Ter pelo menos um (a) filho (a), independentemente do sexo”; Agricultores com no mínimo 50 anos de idade. Esse recorte etário justifica-se “pelo fato de a pesquisa centrar-se em casos de situação definida ou encaminhada de sucessão. A literatura referente ao tema aponta que a sucessão é um processo tardio, ou seja, os pais encaminham ou realizam a transmissão do patrimônio quando atingem idade mais avançada”. Isto é fundamental para evitar o risco de entrevistarmos produtores rurais jovens ou recém-estabelecidos ou mesmo com filhos pequenos; Produtores rurais com sucessão: onde pelo menos um filho resida ou trabalhe na propriedade rural (ou em outra propriedade próxima) já definido ou encaminhado como sendo o sucessor.

No total, foram realizadas 31 entrevistas, abarcando distintas propriedades em termos de tamanho, sistemas produtivos e local de residência dos gestores. A definição do número de 31 entrevistados ocorreu pelo fato da amostra ser por conveniência, considerando que não é o tamanho da amostra que define se o estudo é confiável e de qualidade, e sim as informações e materiais coletados nos processos que responderão aos problemas do estudo.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados qualitativos foram descritos detalhadamente independente das situações, visando compreender os indivíduos em seus próprios termos. Estes dados não são padronizados como os dados quantitativos obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los (GOLDENBERG, 1995).

O procedimento utilizado para análise de dados foi a análise de conteúdo. Acredita-se ser o procedimento mais adequado para responder o problema e os objetivos desta dissertação. A análise de conteúdo é o conjunto de técnicas de análise das comunicações. O objeto de estudo é o registro em suma, presente em um texto, um documento, uma fala, um áudio ou um vídeo (BARDIN, 1977; CAMPOS, 2004; JÚNIOR, 2005).

Sintetizando, o método de análise de conteúdo nesta dissertação, seguiu os seguintes passos:

- 1) transcrição das entrevistas na íntegra;
- 2) leitura geral do material coletado (entrevistas e documentos);
- 3) formulação de categorias de análise, usando os quadros do referencial teórico e as indicações trazidas pela leitura geral;

- 4) recorte do material, em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos) comparáveis e com o mesmo conteúdo semântico;
- 5) estabelecimento de categorias ou classes que se diferenciam, tematicamente, nas unidades de registro (passagem de dados brutos para dados organizados);
- 6) agrupamento das unidades de registro em categorias;
- 7) inferência e interpretação, respaldadas no referencial teórico (SILVA, 2012).

A partir da análise do conteúdo das entrevistas, os resultados da pesquisa foram sistematizados de forma a seguir a proposta metodológica dos quatro modelos sucessórios propostos por Gasson e Errington (1993), o qual mostra de que forma a sucessão pode ocorrer nas propriedades. A Figura 3 ilustra uma síntese metodológica do trabalho, como foi estruturada.

Figura 3 – Síntese metodológica da Dissertação.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os modelos que serviram como espelho para construção dos novos modelos, são os modelos europeus de Gasson e Errington (1993), (mais especificamente pelo item 2.2.1) referenciados nas páginas 39, 40 e 41 desta dissertação.

A construção dos novos modelos ocorreu através da escolha de três variáveis.

- i. Local de residência;
- ii. Gerenciamento do negócio (gestão burocrática, produtiva e do trabalho);
- iii. Gerenciamento de renda.

No total, foram criados 6 modelos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CAPITAIS E ATIVOS QUE CARACTERIZAM AS FAMÍLIAS E AS PROPRIEDADES

Os resultados detalhados neste capítulo buscam responder ao primeiro objetivo desta dissertação que é apontar os capitais e os ativos que caracterizam as famílias e as propriedades analisadas. O capítulo está organizado em cinco seções, onde cada seção trata da descrição de um capital e dos seus ativos correspondentes, a saber: capital humano, capital social, capital natural, capital físico e capital financeiro desenvolvidos nas propriedades rurais.

4.1.1 O capital humano

O capital humano refere-se à mão de obra disponível na propriedade; é educação (nível de escolaridade), conhecimento, habilidades e condições de saúde disponíveis ao trabalho familiar (ELLIS, 2000). Segundo Ellis (2000), Perondi e Schneider (2012), o capital humano é aumentado pelo investimento em educação e treinamento, bem como pelas habilidades adquiridas por meio da busca de uma ou mais profissões. O capital humano engloba pelo menos três das categorias de ativos listadas anteriormente; do trabalho, do humano (educação e conhecimento “capacitação”) e das relações domésticas.

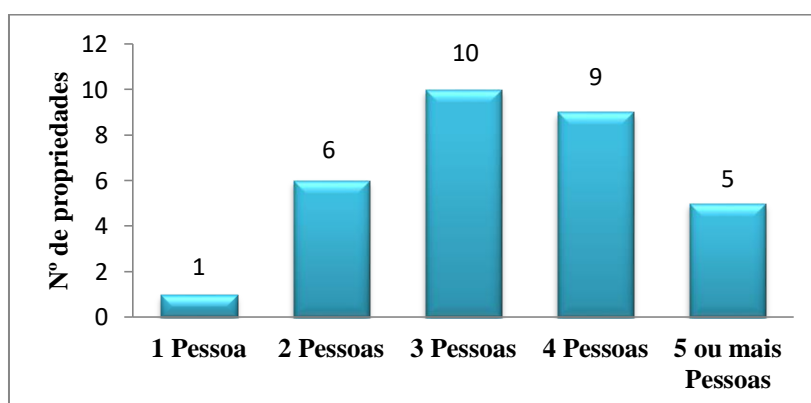
Nesta dissertação, foram entrevistados produtores rurais com idade de 50 anos ou mais. Esse recorte etário justifica-se pelo fato de a pesquisa centrar-se em casos de situação definida ou encaminhada de sucessão, seguindo a metodologia já usada por Spanevello, (2008).

A média aproximada de idade dos produtores rurais entrevistados é de 62 anos. Constata-se que das propriedades analisadas, pelo menos um membro da família trabalha na propriedade. No entanto, quando se analisa o local de residência destes membros, ressalta-se que em 16 propriedades os proprietários residem na cidade e vão à propriedade apenas para trabalhar, enquanto em 15 a família reside e trabalha na propriedade. Ressalta-se que os entrevistados que mantêm a propriedade como local de residência e trabalho são propriedades de menor porte (enquadradas como minifúndios ou pequenas propriedades), enquanto as propriedades maiores apresentam como característica o fato dos proprietários não residirem

nela. Segundo os entrevistados o motivo pelo qual optaram por morar na cidade é pelo fato das suas propriedades serem próximas a cidade, facilitando o deslocamento diário.

O Gráfico 1 apresenta informações de que a maioria das propriedades rurais tem no mínimo dois membros da família trabalhando nela, executando diversas funções, desde gestão (parte técnica) até os serviços relacionados a mão de obra, trabalho braçal, operacional. Assim, constatou-se que os entrevistados consideram suas propriedades como familiares, pois nela a família desempenha diversas funções, não levando em consideração o tamanho da propriedade nem a legislação vigente (como por exemplo, a que caracteriza a agricultura familiar), mas sim a forma como ela é trabalhada e gerida familiarmente.

Gráfico 1 – Número de pessoas da família que trabalham na propriedade.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando questionados sobre o tempo (em anos) que desempenham as atividades agropecuárias a maioria alegou estar nas atividades entre 30 a 45 anos. Aproximadamente 25 produtores dizem estar nas atividades desde que nasceu, que já veem de berço, a família sempre foi de produtores rurais. Neste caso, trata-se de uma ocupação passada de geração em geração.

Ademais, destacam-se as atividades agropecuárias (soja, milho, trigo, aveia e azevém, pecuária de corte e leite) desenvolvidas nesta região de pesquisa. Segundo os entrevistados, a soja é a principal cultura e a mais importante economicamente para as propriedades rurais onde maioria dos produtores afirma ser seu carro chefe.

Diante deste contexto, indagou-se se os produtores contratam mão de obra para as atividades agropecuárias e para quais atividades. Em 21 propriedades são contratados empregados permanentes para as atividades e em 10 não se contrata mão de obra, apenas a

família desenvolve as atividades agropecuárias. Na maioria das propriedades a família desenvolve funções relacionadas à gestão e mão de obra. Quando ocorre a contratação da mão de obra é para trabalhar na agricultura e pecuária desenvolvendo as seguintes funções: plantio, colheita, pulverização, manutenção de maquinário, armazenagem, pecuária leiteira, alimentação de animais, ordenha, pecuária de corte, manejo dos animais e alambrador, entre outras.

Nos resultados de Matte (2013), em propriedades com maior tamanho de área ocorre a contratação permanente de mão de obra de um empregado ou de uma família. Contudo, ainda é possível encontrar em 33% dos estabelecimentos o casal de proprietários (duas pessoas) residindo no estabelecimento e, em 18%, o casal e um filho (três pessoas), o que representa metade dos estabelecimentos investigados, ou seja, local de residência das famílias, metade reside na propriedade rural. Ainda nos resultados de Matte (2013) no que se refere à mão de obra familiar permanente, em 78% dos estabelecimentos há algum membro da família desenvolvendo a atividade pecuária, contudo em 22% dos estabelecimentos não há membros da família realizando as atividades de modo permanente, ficando a cargo de algum funcionário ou mesmo pela atuação esporádica familiar.

Corroborando com os resultados encontrados nesta dissertação onde as propriedades rurais do Município de Cruz Alta contam com no mínimo dois membros da família, desenvolvendo as atividades agropecuárias e atuando como mão de obra na propriedade de forma permanente.

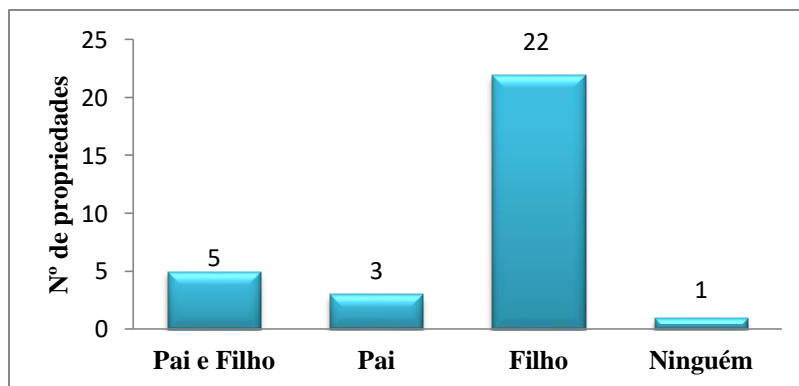
Destaca-se, outrossim, o grau de escolaridade entre os membros das famílias que trabalham nas propriedades rurais do município. Constata-se que 29 propriedades rurais com sucessão geracional têm membros com nível superior, técnico ou médio atuando nas propriedades. Identificou-se que em 14 propriedades, que perfaz 45%, contam com membros de escolaridade de nível superior.

Ressalta-se que no trabalho de Matte (2013), ocorreu o oposto, os resultados a respeito do grau de escolaridade, mostram que o ensino fundamental incompleto (57%) é o nível de escolaridade predominante, 13% fundamental completo, 20% ensino médio e 10% superior, ou seja, os entrevistados têm um baixo grau de escolaridade. Segundo Matte (2013), a concentração nessa proporção pode estar relacionada com possíveis dificuldades de acesso ao estudo, no período entre a infância e adolescência dos entrevistados em questão. Destaca-se a grande diferença entre as regiões quando levado em consideração este item.

No trabalho de Vieira (2016), o grau de escolaridade dos jovens pesquisados apresenta (nove) ensino médio, quatro médio incompleto, cinco fundamental completo, um fundamental incompleto, três médio técnico e dois superior incompleto. Se considerar há 14 informantes que (ensino superior incompleto, médio e técnico completos) representam juntos 58% dos entrevistados. Segundo Vieira (2016) a maioria dos jovens, quando questionados sobre seu grau de escolaridade, ou sobre a importância da educação, alguns mencionaram que a escola não corresponde à realidade rural.

O membro da família que mais participa das buscas de inovações (tecnologias, dias de campo, palestras, cursos, reuniões, entre outros), são os filhos sucessores. Tal fato acontece por serem mais jovens, dinâmicos, por terem contatos com colegas da área de formação, maior facilidade e acesso a informação, segundo os entrevistados no Gráfico 2.

Gráfico 2: Busca de inovações.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os responsáveis pela busca de inovações na maioria das propriedades é o filho (22 propriedades), pais e filhos (5), pai (três casos) e ninguém (um entrevistado).

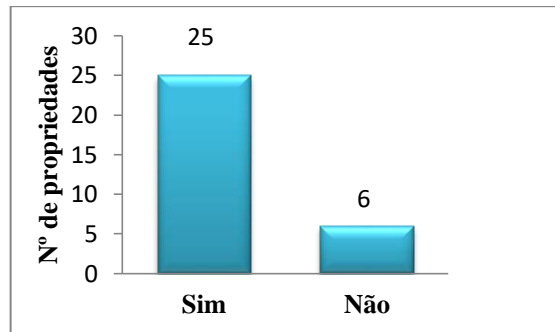
Outra questão está relacionada com a realização de um controle de custos de produção ou contabilidade da propriedade rural, a maioria dos pais afirmam que realizam, cerca de 25 propriedades conforme o Gráfico 3.

O membro da família responsável por esta tarefa na maioria das propriedades são os filhos sucessores, mas alguns entrevistados alegam ser o pai o responsável e outras dizem os dois, pai e o filho fazendo o controle.

A maioria das famílias tem um controle, e possuem contador para fazer suas declarações de imposto de renda.

Segundo os entrevistados, juntam as notas e entregam ao contador. E os custos de produção quem faz é o filho sucessor, na maioria das propriedades.

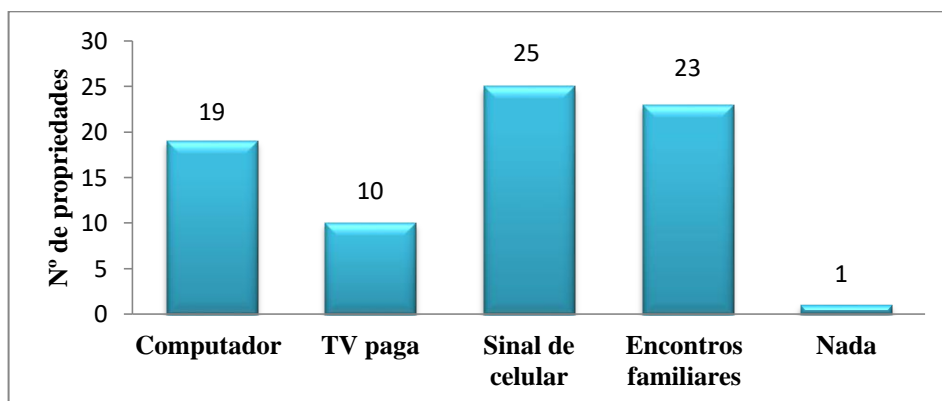
Gráfico 3: Contabilidade ou controle de custos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao contrário do trabalho de Matte (2013), na qual a maior parte dos entrevistados (68%) não realiza qualquer tipo de controle ou registro dos gastos e, segundo os pecuaristas, o principal argumento envolve a percepção de que a atividade não gera o lucro esperado, e um controle específico poderia ser um desestímulo a atividade, sem uma análise econômica que confirme tal fato.

Gráfico 4: Oportunidades de lazer na propriedade.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação às oportunidades de lazer que as famílias dispõem, destaca-se no Gráfico 4 que em 19 delas tem computador com internet; em 10 TV paga; 25 dispõem de sinal para funcionamento de celular e 23 fazem encontros com familiares, amigos ou vizinhos e em uma

não tem nada de oportunidades de lazer. Fora da propriedade, a maioria das famílias costuma tirar férias uma vez no ano, viajando para praia ou outros locais. Algumas famílias destacaram não tirar férias há anos.

No caso de Freitas (2015) na fumicultura em relação ao tempo que dedicam a ficar com a família, ou viajar, ou tirar férias, todas as famílias relataram que ao terminarem todo processo de secagem, sortição e manocagem do fumo, costumavam “fechar” o galpão e viajar visitar parentes, praia, etc.

A última questão relacionada ao capital humano trata de levantar se as famílias foram marcadas por algum evento durante a sua trajetória que mudou o rumo da produção ou mesmo da própria permanência da família na propriedade. Os eventos averiguados foram:

- 1) Mudança para cidade em prol dos estudos dos filhos; em cinco casos.

[...] Viemos para cidade para os filhos estudar [...] (Entrevistado 27).

[...] Sempre tivemos amor pelo que fazemos, moramos 17 anos lá fora, tendo o gosto por aquilo, viemos para cidade para os filhos estudar [...] (Entrevistado 29).

- 2) Dissolução de sociedade (ruptura, dissociação de parceria, término de sociedade), correspondendo a um caso.

- 3) Mudança tecnológica da agricultura uso do plantio direto, máquinas maiores, adubação, armazenagem, irrigação, GPS (*Global Positioning System*), sementes melhoradas, agricultura de precisão, pacotes tecnológicos (insumos e implementos diversificados), sendo este evento ressaltado em três casos.

[...] A sementes aurora sempre buscou o que tinha de melhor em termos de tecnologia para produção, a introdução do plantio direto que mudou, pois vinha sofrendo com chuvas intensas, se perdia muito solo, com isso começou a mudar o perfil das sementes Aurora, depois veio a transgenia, novas tecnologias intacta, a gente abraçou e tem nos dados resultados [...] (Entrevistado 6)

[...] A mudança ocorreu quando resolvi colocar um silo de armazenamento e irrigação na propriedade, ocorreu aumento de produtividade e lucratividade, ninguém me apoiou, fiz por conta própria. Eu trabalhava junto com o pai e o irmão, só faltaram me surrar. Coloquei goela abaixo dos sócios. E hoje é o diferencial [...] (Entrevistado 8).

- 4) Herança e passagem da pecuária para agricultura, correspondendo a três casos.
- 5) Problemas de saúde, ressaltado por três entrevistados.
- 6) Transferência de local da propriedade. Este evento é apontado por quatro dos entrevistados.

[...]A transferência de local da propriedade, nós éramos de área colonial. Viemos para essa região de Cruz Alta em 1998, aí modifíco o perfil da propriedade, assim começou a aumentar áreas de lavoura o que é crescente até hoje [...] (Entrevistado 26).

7) Pecuária leiteira como opção de renda em propriedades caracterizadas como pequenas propriedades e minifúndios. A introdução desta atividade foi ressaltada por dois dos entrevistados.

8) Nenhum evento. Cerca de 10 dos entrevistados apontaram não ter ocorrido nenhum evento significativo.

Os resultados apontam que o capital humano caracterizado por meio dos ativos existentes nas famílias com sucessão geracional. Os quais referem-se à mão de obra disponível para o lar (propriedade), onde as famílias trabalham exercendo funções de gestão e mão de obra. Os dados analisados apresentaram que as famílias têm membros com formação (nível de escolaridade), conhecimento, habilidades e condições saúde disponíveis ao trabalho familiar e as mudanças produtivas.

4.1.2 O capital social

O capital social refere-se às redes e associações sociais, as quais as pessoas participam e a partir dos quais podem obter apoio que contribua para seu meio de subsistência. O capital social corresponde às relações de reciprocidade e confiança derivada dos laços sociais (as quais as pessoas participam), sendo as relações que os produtores rurais estabelecem com sindicatos, associações e vizinhos e contribuem para seu sustento (sobrevivência).

A discussão do capital social ajuda a entender como se formam redes sociais que podem facilitar o acesso dos indivíduos e dos grupos familiares a outros ativos, pois o capital social representa, ele próprio, o meio fundamental para atingir os fins e obter novos ativos (MATTE, 2013).

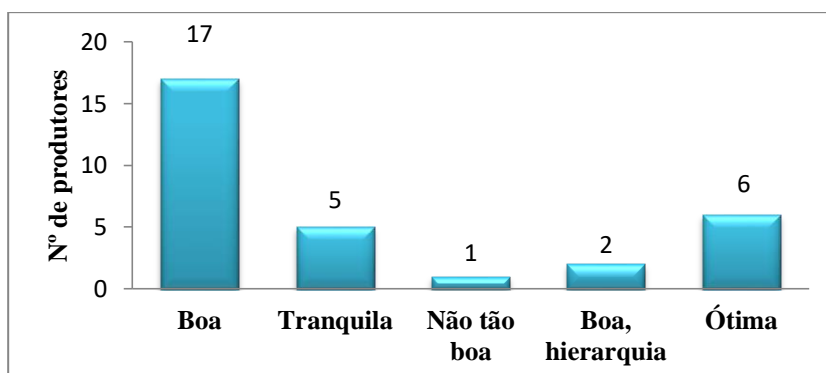
Destaca-se nestes dados como é a relação dos pais com seus filhos (as), a maioria dos entrevistados argumenta ter uma relação boa com os filhos (as) (17 entrevistados), considera-se tanto a relação familiar pessoal, como na propriedade rural ou no negócio da família.

Outra resposta que apareceu com maior frequência foi à relação ótima com os filhos (as) em seis entrevistados (GRÁFICO 5).

Outras respostas citadas com menor frequência é a relação não tão boa e relação boa. Nestes casos, os filhos trabalham mais na função de sócios dos pais, especialmente em

propriedades de maior porte, onde o gerenciamento é realizado de forma mais cuidadosa ou mais formal.

Gráfico 5: Relação com os filhos (as).



Fonte: Elaborado pelo autor.

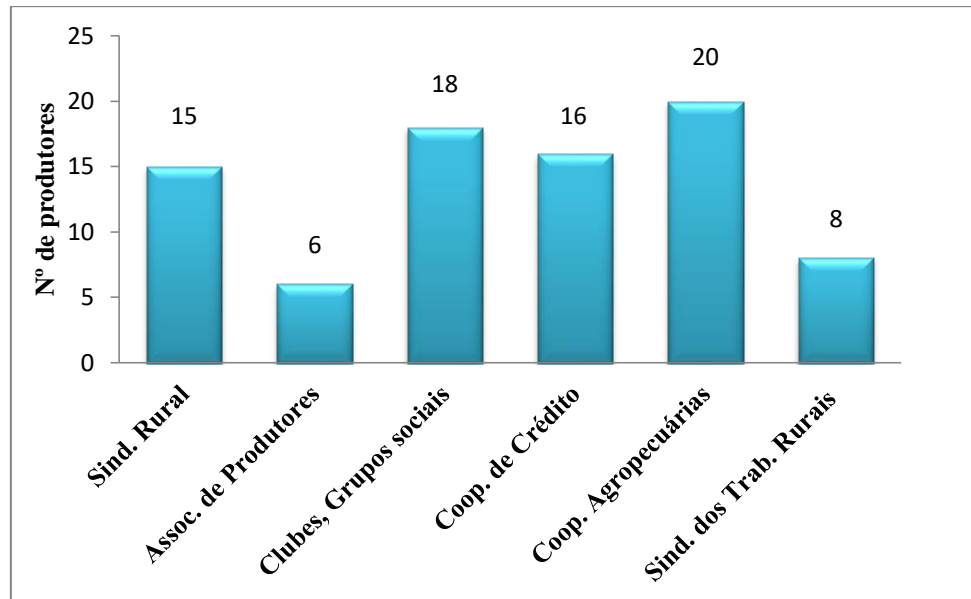
Conforme argumenta um dos entrevistados, nas propriedades a direitos e deveres ou com “direitos vêm os deveres”, os filhos têm cargos e responsabilidades e suas tomadas de decisões podem afetar as relações pessoais, pois envolvem o setor técnico e financeiro. Os entrevistados destacam a hora do chimarrão como horário de reunião familiar, à tardinha no final do dia, momento em que pais e filhos se reúnem para discutir questões pessoais, técnicas sobre suas responsabilidades, ou seja, o convívio diário é muito importante. Logo o outro entrevistado destaca que toda manhã se tem reunião na empresa, para discutir as tarefas diárias.

Segundo os entrevistados quando indagados sobre as organizações que participam e quais integrantes da família estão envolvidos, evidencia-se, no gráfico 6, que na maioria dos casos os pais participam e levam os filhos juntos, ou seja, a família participa dessas organizações.

Destaca-se, nesta questão, que 15 entrevistados participam do sindicato rural do município, este é o patronal, que tem colaboradores contratados (mão de obra de terceiros) e as propriedades na maioria serem médias e grandes. Ademais, seis participam de associação de produtores rurais e 18 frequentam clubes e grupos sociais para lazer e diversão, dentre estes, destaca-se igreja e Lions Club. Outra organização citada pelos entrevistados é as cooperativas de crédito (16 entrevistados participam) e cooperativas agropecuárias (20 entrevistados afirmaram ser sócios).

Outros oito entrevistados fazem parte do sindicato dos trabalhadores rurais, estes caracterizados pelas propriedades de pequeno porte e minifúndio.

Gráfico 6: Participação em organizações.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ressalta-se no estudo de Matte (2013) que a principal entidade representativa reconhecida pelos pecuaristas são os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (65%), pois contempla os pequenos produtores autônomos e o trabalhador assalariado agrícola. Para esses, o sindicato oferece benefícios e acessos à saúde da família, com a vacinação dos animais, na aquisição de sementes para o cultivo de pastagens e, em alguns casos, promovem cursos e capacitações com os pecuaristas. A menor participação de associados ocorre no Sindicato Rural Patronal.

Em contraponto ao trabalho de Matte (2013) elaborado na Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul, este na Região Noroeste à participação nas organizações é maior. Neste contexto, a maioria dos entrevistados participa de Sindicato Rural Patronal e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, perfazendo um total de 25 entrevistados, em que o enquadramento da participação é visto pelo tamanho das propriedades, onde os proprietários de grandes propriedades pertencem a Sindicato Rural Patronal e os pequenos em Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A seguir é relatado a importância dada pelos produtores rurais do município Cruz Alta/RS. A maioria acredita que é importante a participação, conforme retratado nas falas a seguir:

[...] Sempre participei de entidades de classes, porque me representa. Recebe as reivindicações, pois procuram atender nossas necessidades, nossos pleitos. Junto a governo, órgãos estaduais, meio ambiente [...] (Entrevistado 3).

[...] Considero importante à participação, porém nós estamos no trabalho formiga aqui em baixo, enquanto os líderes lá em cima fazem maracutáia, arrumam suas vidas e nós ficamos aqui, de bobo. Isso desanima bastante a gente se empenhar mais e participar [...] (Entrevistado 8).

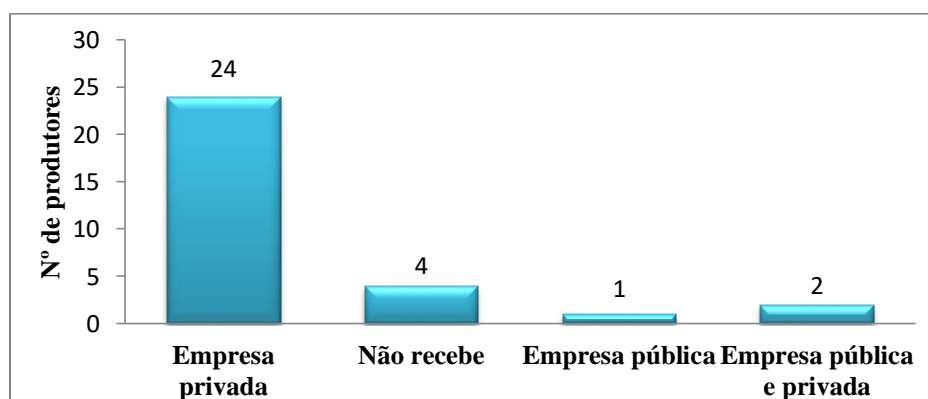
[...] Cooperativas agropecuária somos sócios e temos uma participação, formadores de opinião, considero importante para agregar conhecimento. Considero importante a participação [...] (Entrevistado 11).

[...] Acho importante à participação, pois quanto mais conhecida tu é, mais oportunidades têm. Mais evolui e é chamada para eventos sociais [...] (Entrevistada 14).

Os entrevistados ressaltam que a participação, a troca de ideias e informações agrega conhecimento e gera oportunidades, o que pode servir como um meio de alcançar certos objetivos. As relações sociais podem ter grande importância na constituição de um meio de vida.

Outra indagação importante feita aos entrevistados refere-se ao recebimento de assistência técnica, se os mesmos recebem e se considera importante (GRÁFICO 7).

Gráfico 7: Assistência técnica



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ressalta-se que 24 produtores recebem assistência técnica de empresa privada, motivada pela compra de insumos, onde os vendedores são os técnicos responsáveis pela

assistência. Isso é importante, pois é um ativo externo assegurado por empresa privada, estando presente na regulação do mercado. No entanto, quatro entrevistados alegam não receber assistência e apenas um recebe de empresa pública (Emater). Destaca-se que dois fazem uso de assistência técnica de empresa pública e privada, demonstrando grande interesse e grau de importância aos técnicos. Portanto, 27 entrevistados recebem assistência técnica, tanto pública como privada o que representa 87% dos produtores.

No caso de Freitas (2015) as famílias em geral possuem assistência técnica para a cultura do tabaco (através do instrutor da empresa a qual estão integrados). Nas outras atividades realizadas pela unidade familiar, como a criação de animais, agroindústria, artesanato, turismo, outros cultivos agrícolas, há a existência de assistência técnica de outros profissionais relativos a estas atividades. Em 92% das famílias Diversificadas; 77,5% das Quase Diversificadas; 65% das Pouco Diversificadas; e, 41% das Especializadas. O autor fez essa diferenciação a respeito das condições das famílias, mas não cabe destacar neste trabalho. Visto que o importante é destacar que as famílias possuem assistência técnica para sua principal atividade agrícola.

Destaca-se como principal resultado o recebimento de assistência técnica de empresas privadas. Os motivos são apontados nas falas a seguir:

[...] Os técnicos têm a capacidade, são mais preparados, estão atentos às novidades. Atuam em várias propriedades, têm mais conhecimento [...] (Entrevistado 3).

[...] É muito importante porque uma pessoa de fora vem com outra visão, estudo, outro trabalho. Pois eles vão a outras propriedades e veem outras situações. Outras realidades, e têm opções para gente [...] (Entrevistado 7).

[...] E é muito bom, nos participamos desses encontros, dias de campo, reuniões, palestras, isso é muito bom ajuda. A tecnologia sempre avança e se não acompanhar os técnicos a gente fica na poeira [...] (Entrevistado 15).

[...] De 3 mil litros de leite, passamos para 15 mil litros. Considero muito importante [...] (Entrevistado 16).

[...] Considero importante, sempre trazem novidades, situações novas de outras lavouras [...] (Entrevistado 25).

[...] É muito importante um veterinário, trocar ideias, com agrônomos, pois temos a técnica, já o teórico falta um pouco [...] (Entrevistado 30).

Os entrevistados relatam que a assistência técnica é muito importante pelas informações que trazem, pois os técnicos vivenciam realidades diferentes observadas no seu dia-a-dia de trabalho em diversas propriedades. Eles podem ajudar a resolver problemas que apareçam na propriedade, por meio do conhecimento e da troca de ideias. Ademais, mesmo

que os produtores rurais possuem experiência, a técnica e o conhecimento prático nas áreas que atuam, consideram importante o apoio técnico e teórico da assistência.

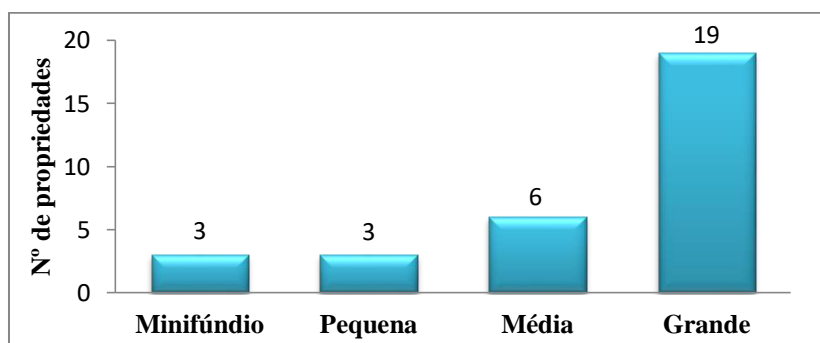
Assim, concluindo os entrevistados têm um capital social forte. Trocam informações na família, em espaços coletivos e interagem com profissionais da área. Mostra que são flexíveis e aptos à mudança. O que pode ser um indicativo sobre o porquê os filhos ficam: há diálogo e acesso à informação.

4.1.3 Capital natural

O capital natural refere-se à base de recursos naturais disponíveis, à qualidade e quantidade de bens como terra, água, solo, árvores entre outros, que produz produtos utilizados pela população humana para sua sobrevivência. O capital natural é aumentado ou aumentado quando é trazido sob controle humano que aumenta sua produtividade, como ocorreu desde o início da agricultura, com a evolução dos sistemas agrícolas (ELLIS, 2000; PERONDI, SCHNEIDER, 2012; MATTE, 2013).

Os produtores rurais entrevistados quando indagados sobre a quantidade de área⁸ que possuem para desenvolver suas atividades agropecuárias, foram classificados em quantidade de terra em hectares, destes a primeira classificação feita em área total própria e arrendada. A maioria dos produtores rurais com sucessão geracional se estabelece em médias e grandes propriedades rurais conforme o Gráfico 8.

Gráfico 8: Área própria e arrendada em hectares.

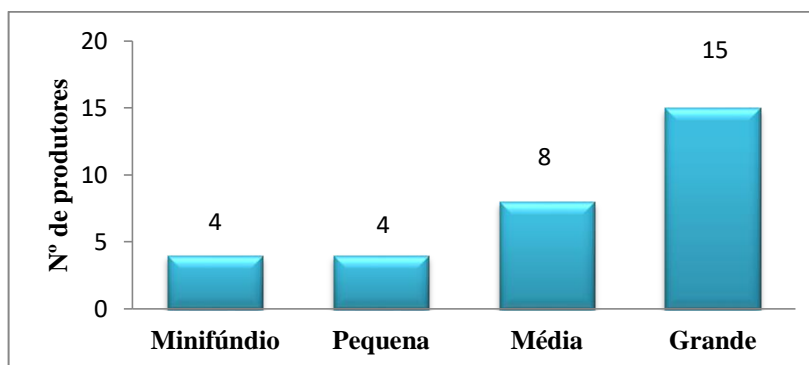


Fonte: Elaborado pelo autor.

⁸ Minifúndio até 20 hectares; pequenas propriedades de 20 até 80 hectares; médias propriedades de 80 até 300 hectares e grandes propriedades mais que 300 hectares (INCRA, 2017). O Módulo Fiscal no município é 20 hectares.

O tamanho médio das propriedades que serviram como base para este estudo foi de aproximadamente 899 hectares considerando área própria e arrendada. Em reflexo aos dados analisados anteriormente sobre a quantidade de terra que os produtores rurais dispõem, será analisada apenas a quantidade área de terra própria em hectares, e como se classificam os entrevistados no Gráfico 9.

Gráfico 9: Área própria em hectares.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Destaca-se, nestes dados, que a maioria dos entrevistados se enquadram entre médios e grandes produtores rurais⁹. A média das propriedades tem aproximadamente 480ha. Ao contrário do estudo de Vieira (2016) o tamanho das propriedades rurais, onde a área (em hectares) das propriedades em que os jovens estão inseridos são pequenas propriedades, sendo a menor três hectares, e a maior 30ha. Logo, a média é de 10,63 ha/propriedade. A grande maioria, 58% das propriedades, tem entre 06 a 10ha. Realidade totalmente diferente da encontrada neste estudo da região noroeste.

Segundo Ellis (2000), a terra tem propriedades que são bastante distintas de outros recursos e tipos de capitais. A propriedade é uma medida de status social, representa uma riqueza, seu valor como um ativo em uma economia de mercado, continua sucessivamente à medida que seu uso se torna mais intenso e sua escassez aumenta, e fornece garantias contra empréstimos que podem ser usados para melhorar os fluxos de renda futuros. Uma vez que a

⁹ Segundo Incra (2017), as propriedades são classificadas em Minifúndio – é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal; Pequena Propriedade - o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; Média Propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; Grande Propriedade - o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais (BRASIL, 2017; INCRA, 2017). O módulo fiscal em Cruz Alta é 20 hectares.

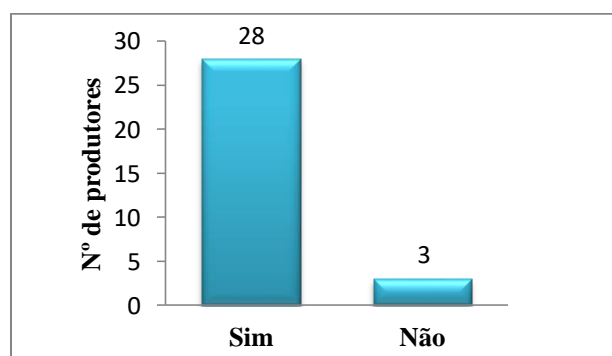
propriedade da terra é um dos meios mais poderosos de angariar fundos, desde educação a capital físico, servindo até para iniciar um negócio próprio.

Este ativo é muito importante, pois como Ellis (2000) afirma, ele tem a capacidade de se converter em diversos ativos e capitais. Usado pelos pais como estratégias para alcançar objetivos, como por exemplo, manter o sucessor. A maioria dos entrevistados afirma que 85% a 90% de suas áreas de terra são agricultáveis/ mecanizadas, sendo o restante áreas de reserva legal e áreas de preservação permanentes (banhados, nascentes e matas)

Estes dados corroboram com o estudo realizado por Freitas (2015) que revelam que a maioria, 47% das unidades familiares (117) utilizam a maior parte da sua área de terra, ou seja, mais de 75%. Para 26% das famílias (65) o uso ficou em mais da metade (entre 50% e 75%) da área e para 22% (54) esse valor permaneceu em quase metade, entre 25% e 50%. No entanto, mesmo em pequenos espaços de terra, as famílias conseguem utilizar grande parte de suas áreas para suas atividades agrícolas, característico da agricultura familiar brasileira.

Quanto ao fato da questão de a área de terra ser suficiente para manutenção da família conforme o Gráfico 10, a maioria afirma que sim.

Gráfico 10: Manutenção da família.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Portanto, aproximadamente 28 entrevistados consideram suficiente a área de terra que possuem para manutenção da família e três alegam que a área que possui não é suficiente. Os entrevistados que consideram suficiente afirmam que:

[...] Considero, está meio no limite. Do jeito que está hoje, produzindo bem dá, mas em ano de frustração fica apertado [...] (Entrevistado 8)

[...] Considero que é suficiente, só tem que trabalhar, vivemos bem, temos endereço, na cidade se você não tem dinheiro para ir ao mercado, você fica na falta, e aqui nós

produzimos tudo, se têm as coisa para comer, o básico produzimos aqui e compramos só o que precisa na cidade [...] (Entrevistado 15).

[...] Sim. Trabalhando certo, dá bem para sobreviver [...] (Entrevistado 17).

[...] Sim, suficiente para viver. Mas para sobrar não [...] (Entrevistado 21).

[...] Sim. Depende da escala. Sempre com bastantes projetos crescer verticalmente [...] (Entrevistado 31).

Nesta última fala, o entrevistado 31 relatou que aumentar tamanho de área no município de Cruz Alta é difícil, porque o mercado de terra está inflacionado, restando apenas o arrendamento que, por sua vez, também está inflacionado. A saída, segundo o entrevistado é crescer verticalmente, aumentando produtividade, investir em tecnologias e irrigação e a própria integração lavoura pecuária. O entrevistado 17 quando afirma que trabalhando certo permite viver bem.

As principais atividades produtivas desenvolvidas no município de Cruz Alta, nas propriedades com sucessão geracional estão divididas entre culturas de inverno, verão e culturas anuais como caso da pecuária, como pode ser observado no Quadro 4.

Quadro 4: Principais atividades produtivas.

Principais atividades produtivas	Propriedades
1.Pecuária de leite, soja, milho e pastagem.	3
2.Soja e Trigo.	5
3.Soja e pastagem (aveia, azevém).	6
4.Soja, milho e pastagem.	7
5.Soja, Milho e trigo.	5
6.Pecuária de corte.	2
7.Pecuária de leite, milho e pastagem.	3

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme o Quadro 4, apenas cinco produtores não cultivam soja. Os demais produtores todos cultivam soja e tem nela a principal atividade produtiva da propriedade rural. Além disso, vale destacar a presença da associação entre soja e pecuária, em que a criação pecuária acontece na área de cultivo da soja durante o inverno. A pecuária de corte aparece bastante nas falas dos entrevistados, porém sem muita representatividade econômica nas propriedades:

[...] Verão soja e inverno azevém, gado de corte e ovelha ano todo, principal atividade soja [...] (Entrevistado 2).

[...] Verão soja e inverno Aveia, criação de gado de corte, cria, recria e terminação. Ciclo completo e mais engorda adquirindo de terceiros. Mas a principal é soja [...] (Entrevistado 3).

[...] Verão soja e inverno aveia, azevém, pastagem para o gado e ano todo pecuária. Principal atividade produtiva soja [...] (Entrevistado 9).

[...] Verão soja e um pouco de milho, no inverno aveia branca para cobertura e colher um pouco de grão. E um pouquinho de gado de corte. Economicamente o que paga as contas é o soja [...] (Entrevistado 12).

[...] No verão soja e no inverno pastagem de aveia e azevém e pecuária de corte ano todo. Economicamente o principal é o soja [...] (Entrevistado 28).

[...] No verão soja e no inverno trigo, aveia e gado de corte ano todo. Economicamente o principal é o soja [...] (Entrevistado 29).

Corroborando com as falas em 20 propriedades rurais a principal atividade econômica é o soja. Logo, em cinco é a pecuária de leiteira, nas entrevistas muito criticadas, por questões relacionadas a custo de produção e preço do leite. No entanto apareceu com maior frequência nas propriedades caracterizadas minifúndios, pois é sistema de produção com renda mensal (salário), muito embora seja visto como um trabalho maçante, sem férias e final de semana para a família. Destaca-se que apenas duas apresentou a pecuária de corte como sua principal atividade econômica. No entanto, em dois arranjos os entrevistados indicam que três propriedades soja e leite empatam em grau de importância e em uma soja e corte.

A diversidade na propriedade rural refere-se à manutenção de uma variedade de atividades de produção agrícola e pecuária que se interligam de várias maneiras. Isso pode envolver práticas culturais especificamente projetadas aproveitar as complementaridades entre as culturas em seu uso de nutrientes do solo, luz solar e outros recursos. No entanto, os cultivos intercalados e mistos são sistemas agrícolas no qual as práticas de cultivo possuem vantagem espacial de microclimas diferentes dentro dos recursos da terra aos quais a família tem acesso. O oposto da diversidade na propriedade é a monocultura, por exemplo, a especialização em produção de cana ou chá. Em vista desses atributos, a diversificação implica, evidentemente, em decisões de uso de recursos para passar de uma posição de menor para uma maior diversidade na produção na propriedade (ELLIS, 2000).

No estudo de Freitas (2015), 164 famílias apresentam além do tabaco, o trabalho agrícola como principal, em 132 possuem trabalhos com pecuária e outros animais e 102 famílias têm as duas atividades em comum. Em relação à produção agrícola, segundo os respondentes, os principais cultivos depois do tabaco, eram o milho, o feijão e a soja (principalmente nos municípios de Segredo, Arroio do Tigre, Agudo). As atividades pecuárias, algumas famílias afirmaram que às vezes vendiam animais (vivos ou abatidos),

auferindo rendas esporádicas e que não poderiam ser contabilizadas porque eram pouco em relação ao tabaco. Ressalta-se no trabalho de Freitas (2015) que 104 famílias declararam ter alguma fonte de renda proveniente de trabalho (de um ou mais membros) da agroindústria familiar, geralmente organizado pelo sexo feminino das famílias. Também se percebeu a importância de rendas provenientes de aposentadorias ou pensões e transferências sociais, principalmente bolsa família (BF).

No caso de Vieira (2016), a principal atividade agrícola comercial da região estudada é a produção de banana, cultura que não demanda grande extensão de terra, permitindo o desenvolvimento das atividades agrícolas mesmo em pequenas propriedades. Na região, especialmente nas áreas planas, existe o cultivo do arroz irrigado, porém nenhum dos jovens entrevistados faz o plantio de arroz para a comercialização.

Os resultados trazidos por Ellis (2000) mostram a experiência da África subsaariana, a diversificação na propriedade pode ser combinada com a intensificação para fornecer novas e maiores fontes de renda para as famílias rurais. Esse processo é predominantemente orientado para o mercado. Um exemplo é o crescimento espontâneo da produção de leite com base em gado leiteiro alimentado por barricas (cocho, comedouros) que ocorreu em locais urbanos e rurais em países da África subsaariana. Nas áreas rurais, tende a ocorrer em zonas agrícolas densamente instaladas, onde a pecuária leiteira é adicionada ao cultivo intensivo de culturas de exportação, como café ou chá, juntamente com horticultura e produção de grãos. Outro exemplo é o cultivo doméstico de culturas vegetais, como tomates, cebolas e berinjelas. A diversificação da propriedade rural também é um meio de vida importante, centrado na agropecuária para redução da pobreza rural na pequena propriedade. E é uma alternativa estratégica para propriedades rurais.

Quanto à criação de animais, se os produtores, criam e se utilizam pastagem nativa e cultivada os entrevistados dizem que:

[...] Gado de corte e ovinos, campo nativo e no inverno pastagem de azevém para engorda [...] (Entrevistado 2).

[...] Tenho animais para o consumo próprio, utiliza campo nativo [...] (Entrevistado 5).

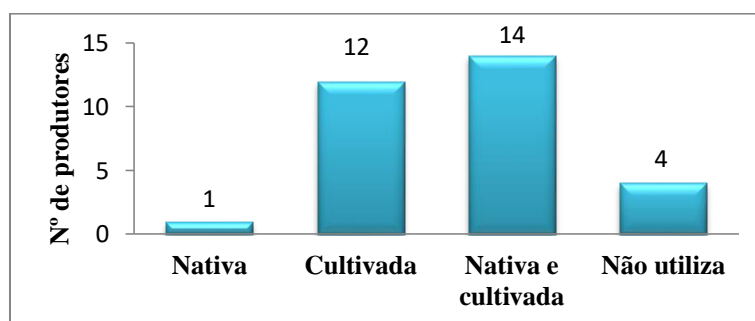
[...] Gado de Corte, campo nativo e no inverno pastagem de azevém para engorda [...] (Entrevistado 6).

[...] Sim, pastagem cultivada, mas tratamos no confinamento. Tinha gado de leite e abandonei, estava inviável, mão de obra precária, agora lido com gado de corte. E tratamos no cocho[...] (Entrevistado 11).

Destaca-se essa parceria da área de soja servir como pastagem no inverno para engorda de gado de corte, e também para os pecuaristas de leite. No entanto, no trabalho de Matte (2013), os produtores pesquisados da Região Sul produzem animais em (100%) pastagem nativa no bioma pampa onde foi considerado o principal alimento em 87% dos estabelecimentos. O campo nativo nesta região é um ativo natural muito importante para composição dos meios de vida dos pecuaristas. No inverno, onde a oferta de alimento é menor, os pecuaristas fazem uso de pastagens cultivadas em pequenas áreas ou mesmo sobressemeadura direta no campo nativo, (73%) dos estabelecimentos utilizam essas práticas. Reforçando em pequenas áreas cultivadas, permanecendo, assim o campo nativo como principal base alimentar dos animais.

Neste trabalho, verifica-se ocorre o contrário do que foi visto no estudo de Matte (2013), pois a estratégia adotada pelos produtores é manter o gado de corte em pequenas áreas (potreiros) no verão sobre o campo nativo e oferecer alguma alimentação suplementar no cocho, como eles afirmam “só para manter o gado”, pois no verão a principal atividade produtiva é o soja. No inverno fazer uso das pastagens cultivadas, pois há grande disponibilidade de forrageira (azevém e aveia) para engorda dos animais. Ainda, as pastagens servem para produção de palha para cobertura de solo servindo para rotação de culturas, evitando que ocorram erosão e infestação de plantas daninhas, pois é uma pratica usual do sistema de plantio direto. O Gráfico 11 demonstra os dados obtidos na pesquisa.

Gráfico 11: Tipo de pastagem utilizada na criação de animais.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ressalta-se que apenas um produtor rural afirma que cria e utiliza pastagem nativa, e 12 produtores cria animais e utiliza pastagem cultivada. A maioria, 14 produtores, cria e utiliza pastagem nativa e cultivada, ou seja, segundo eles utilizam o inverno com

disponibilidade de pastagem para engordar os animais e no verão o campo nativo para mantê-los. No entanto, quatro entrevistados não faz criação de animais.

Os estudos corroboram a respeito das pastagens cultivadas sendo utilizadas no caso da Matte (2013) as espécies de ciclo hibernar, estando entre as mais utilizadas a aveia ou azevém (70%), havendo em menor proporção o cultivo de cornichão e trevo (3%). O preparo de pequenas áreas de pastagens cultivadas parece não ser uma estratégia incomum entre os pecuaristas da região Sul.

Destaca-se outra indagação aos produtores rurais com sucessão de Cruz Alta, pretendendo analisar como é o acesso água nas propriedades, tanto para o consumo humano quanto para o uso das atividades agropecuárias. A maioria dos entrevistados afirma que a água da propriedade é de boa qualidade, tanto para o consumo humano como dos animais e tratamentos culturais. Para o consumo humano é oriunda de poço artesiano em 29 propriedades e para o uso nas atividades agropecuárias vindas de nascentes, açudes e barragens nas 31 propriedades. Conforme afirmam os entrevistados:

[...] Água de boa qualidade, nascentes, poço artesiano [...] (Entrevistado 1;2;3;4).

[...] Tem poço artesiano, açudes, canais de irrigação [...] (Entrevistado 5).

[...] Água de boa qualidade, poço artesiano e para animais e atividades agrícolas barragens e açudes [...] (Entrevistado 8).

[...] Poço artesiano de boa qualidade. E para os animais vertente [...] (Entrevistado 19).

[...] Poço artesiano para o consumo e para os animais açude, ambas boa qualidade [...] (Entrevistado 6; 7; 9; 10; 11; 12; 13; 15; 16; 26; 28; 29; 30).

[...] Poço artesiano para consumo e para os animais. De boa qualidade (Entrevistado 14; 27).

A maioria dos entrevistados afirma consumir e dispor de água de boa qualidade em suas propriedades, vindas de poço artesiano e para animais açudes. Para Matte (2013) o acesso ao ativo água, às fontes de fornecimento foram classificadas em água parada, água corrente e a presença de ambas. No primeiro grupo estão os açudes, barragens e os bebedouros, representando a principal fonte de água para os animais em 40% dos estabelecimentos e, o segundo grupo, é representado pelos rios, arroios ou sangas, encontrados em 28% dos estabelecimentos. A presença tanto de fontes de água corrente como parada é verificada em 32% dos estabelecimentos.

Ainda no estudo de Matte (2013), em um contraponto, ao se tratar da disponibilidade de água para o sistema produtivo e uso doméstico, o que se verifica é que a disponibilidade de

água se configura como não sendo um problema para 22% dos estabelecimentos. Contam com grande disponibilidade de recursos hídricos, como sangas, arroios, cacimbas, barragens assegurando, assim, o fornecimento de água para os animais e consumo doméstico. Confirmando que a realidade desse pequeno percentual de estabelecimentos é parecida com a região em destaque neste estudo (MATTE, 2013). O que na região noroeste não é problema.

Freitas (2015), sobre a região do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra, coberta por encostas e morros, nota a existência de muitas nascentes e cursos de água dentro das unidades (220 famílias tinham presença de água – nascente, vertente, sanga, arroio, etc.), ficando a mata nativa ao redor dessa área hídrica, com bastante disponibilidade.

Dentre os entrevistados questiona-se que condições naturais são consideradas adversas para produção agrícola de suas propriedades. Os dados demonstram que:

[...] Tem tudo um pouco, clima, estiagem, pragas agrícolas, invasoras, erosão [...] (Entrevistado 5).

[...] Clima, o resto hoje é controlado. Pragas nos temos um programa que passa de 15 em 15 dias fungicida, solo é o único bem que é garantido, temos que tratar com carinho [...] (Entrevistado 6)

[...] Clima, restrição hídrica ou inverno rigoroso, pragas agrícolas, invasoras, erosão, solo com baixa fertilidade [...] (Entrevistado 7).

[...] Acesso a propriedade esta sendo um problema. Nossa região é terra vermelha em épocas de chuva dificulta o acesso a propriedade [...] (Entrevistado 8).

[...] Clima, restrição hídrica ou inverno rigoroso, pragas agrícolas (fungos) [...] (Entrevistado 29).

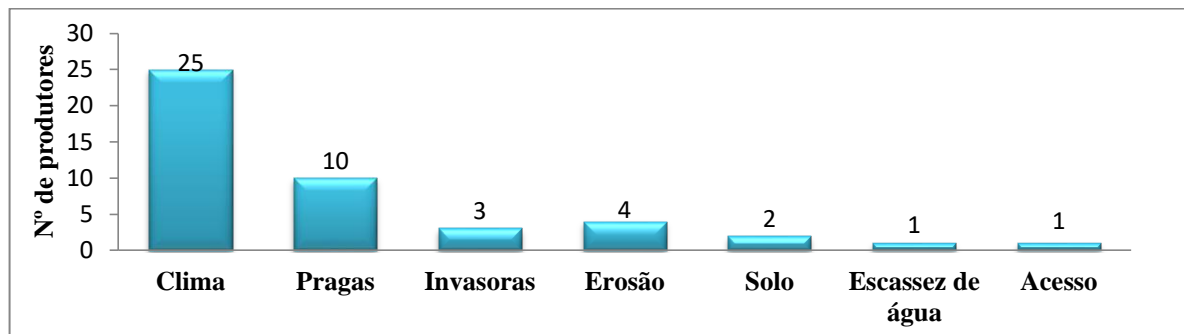
[...] Pragas (o carrapato) [...] (Entrevistado 7; 25; 30).

Algumas falas que exemplificam o que é observado no Gráfico 12, o que os entrevistados consideram adverso a suas produções agropecuárias.

Ressalta-se que 25 entrevistados considerou o clima: restrição hídrica ou inverno rigoroso como condição adversa a produção agrícola, muitos destacam que essa variável é incontrolável. As outras variáveis com tratos culturais têm controle ou prevenção. No entanto, outro item destacado com 10 entrevistados foi às pragas agrícolas. As outras variáveis consideradas adversas tiveram menor representatividade no cenário destacado.

As invasoras em três propriedades, em quatro a erosão, em duas o solo com baixa fertilidade, em uma a escassez de água e em uma o acesso à propriedade.

Gráfico 12: Condições adversas nas propriedades rurais.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Corroborando com o trabalho de Matte (2013) que de modo geral afirma que as alterações no clima em si não representam a principal incerteza, mas produzem incertezas na medida em que suas consequências representam uma redução no crescimento e na acumulação de ativos. Neste caso, representado em unidades animais e pelas pastagens e acesso a água. No caso deste estudo, pode ocorrer perda de produção e produtividade das atividades agropecuárias.

Portanto, os ativos que compõem o capital natural são baseados nos recursos naturais disponíveis como a qualidade e quantidade de bens como terra, água, solo, entre outros. Esses são utilizados para produzir produtos destinados a sobrevivência da população humana. Destaca-se, nas propriedades entrevistadas, que há uma relação entre o tamanho delas e sua utilidade no desenvolvimento das principais culturas desenvolvidas no cenário da pesquisa, visto que é o que sustenta as famílias.

4.1.4 Capital físico

Refere-se aos ativos trazidos à existência por processos de produção econômica, e pode ser exemplificados pelas ferramentas, maquinários, melhorias na terra como terraços ou canais de irrigação, equipamentos agrícolas, insumos, infraestrutura disponível (estradas, água encanada, rede de comunicações, energia, etc.), edifícios, implementos e assim por diante são ativos físicos.

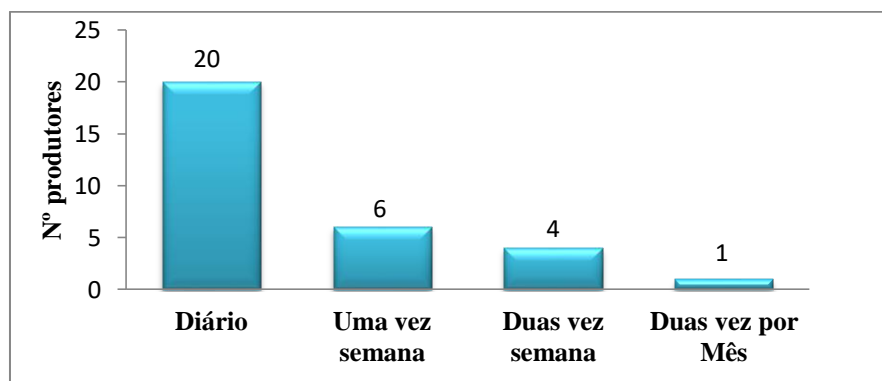
As propriedades rurais analisadas variaram de 3 km (quilômetros) a 62 km de distância do meio urbano. A distância média das propriedades entrevistadas foi de 19,8 Km.

No estudo de Freitas (2015) a distância média das propriedades até o meio urbano em 47,2% é de até 10 km da sede do município, 43,6% localizam-se entre 10 km e 30 km e 9,2% estão a mais de 30 km da sede municipal. Sobre as formas de transporte (além do particular/privado), 88% afirmaram ter acesso ao transporte coletivo (geralmente utilizado em horários escolares, duas a três vezes ao dia) e 12% só conseguiam deslocar-se pelo município com meios próprios. Apesar da existência de estradas no meio rural e de quase 50% das famílias residirem até 10 km da sede dos municípios, a percepção deste ativo foi o pior na dimensão física.

Não corroborando com Freitas (2015), compreende-se que a percepção sobre este ativo físico não foi o pior, porque os produtores alegam fazer a manutenção das estradas por conta própria, ou seja, fazem uso de maquinário próprio para arrumar as estradas de acesso a sua propriedade, pois servem para escoar a sua produção, não ficando na mão do poder público.

E como observado no Gráfico 13, o deslocamento até o meio urbano dá-se da seguinte forma:

Gráfico 13: Frequência de deslocamento para o meio urbano.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A maioria dos produtores realiza diariamente o deslocamento do meio urbano até a propriedade, isso explica-se pelo fato da maioria dos produtores residirem na cidade e pela proximidade das propriedades rurais com o meio urbano. Os pais e os filhos fazem esse deslocamento.

Relacionado ao capital físico destaca-se os bens referentes a maquinário existentes nas propriedades e as quantidades conforme exposto no Quadro 05 abaixo.

Verifica-se que os tratores são os principais equipamentos, além de plantadeiras e colheitadeiras. Estruturas que melhoram o desempenho tecnológico da produção e das propriedades tais como agricultura de precisão e infraestrutura para armazenagem também foram destacadas pelos entrevistados.

Quadro 5: Implementos agropecuários.

Implementos Agropecuários (máquinas e equipamentos)	Prop.	Qtd.	Média p/ Prop.	Média de Máq. por hectares (própria e arrendado 899 ha)	Média de Máq. por hectares (própria 480 ha)
Trator tracionado	23	79	3,4	1 para 261,7 ha	1 para 139,7 ha
Trator comum	24	63	2,6	1 para 342,4 ha	1 para 182,8 ha
Colheitadeira	21	54	2,5	1 para 349,6 ha	1 para 186,6 ha
Plantadeira	28	80	2,8	1 para 314,6 ha	1 para 168 ha
Pulverizador	27	38	1,4	1 para 638,7 ha	1 para 341 ha
Ordenhadeira	13	13	1	1 para 899 ha	1 para 480 ha
Silo de armazenamento e secagem de grãos	11	11	1	1 para 899 ha	1 para 480 ha
GPS	21	40	1,9	1 para 471,9 ha	1 para 252 ha
Equipamentos para agricultura de precisão	6	6	1	1 para 899 ha	1 para 480 ha
Caminhão	18	40	2,2	1 para 404,5 ha	1 para 216 ha
Outros (graneleiros, carreto, roçadeira, caçamba, quebrador de milho, grade, pé de pato, gobe, máquina de silagem)	1	1	1	1 para 899 ha	1 para 480 ha
Mangueira	3	3	1	1 para 899 ha	1 para 480 ha
Espalhador adubo	5	5	1	1 para 899 ha	1 para 480 ha
Galpão para maquinário	5	5	1	1 para 899 ha	1 para 480 ha
Armazém	2	2	1	1 para 899 ha	1 para 480 ha

Fonte: Elaborado pelo autor.

OBS. Prop. (propriedades); Qtd (quantidade); Maq. (máquinas).

O uso deste ativo é bem representativo nessa região de estudo, pois a agricultura na escala que é executada na região necessita destes implementos agrícolas. Diante desse contexto da quantidade de maquinário e quais maquinários os entrevistados possuem, exibe-se as práticas produtivas e tecnologias adotadas por eles nas propriedades.

Em contraponto no estudo de Matte (2013), os pecuaristas fazem pouco uso de equipamentos e implementos agrícolas. Dos estabelecimentos investigados, 37% possuem equipamentos e implementos agrícolas próprios. Dentre aqueles que não possuem os equipamentos que necessitam 37% contratam quem dispõe desses equipamentos e pagam por hora de serviço. Porém, esse tipo de acesso está diretamente associado à disponibilidade de capital financeiro para ser mobilizado.

Em contraste ao trabalho de Vieira (2015), 17 propriedades possuem tratores e micro tratores e sete implementos agrícolas (rotativa, arado, grade, gancho, roçadeira). Em alguns casos são compartilhados, tanto entre famílias, e até mesmo entre os sócios de uma associação. O que possibilita a algumas famílias com menor renda o acesso a maquinários, o que facilita o trabalho e amplia a produção, resultando assim, num maior aumento de suas rendas. Realidades estas de Matte (2013) e Vieira (2015) bem diferentes da encontrada neste estudo.

Entre as principais tecnologias é possível citar: sementes melhoradas; animais de genética diferenciada; irrigação; semeadura direta; adubação química; defensivos agrícolas e agricultura de precisão. Percebe-se que os entrevistados têm o domínio sobre as culturas que desenvolvem, procuram estar atualizados e utilizam os recursos disponíveis para o melhor desempenho das culturas que trabalham. Em algumas propriedades apareceu o uso do GPS, que seria uma tecnologia usada que se enquadra dentro da agricultura de precisão.

[...] Sementes melhoradas; GPS; Semeadura direta; adubação química; defensivos agrícolas; e agricultura de precisão [...] (Entrevistado 1).

[...] Sementes melhoradas; GPS; Semeadura direta; adubação química; defensivos agrícolas, animais de genética diferenciada, transferência de embrião; agricultura de precisão [...] (Entrevistado 3).

[...] Sementes melhoradas; irrigação; Semeadura direta; adubação química; defensivos agrícolas e agricultura de precisão [...] (Entrevistado 20)

[...] Vermífugo e banho uma vez por mês, animais de genética diferenciada, Touros Red Angus [...] (Entrevistado 7).

O entrevistado sete (único pecuarista de corte) não utiliza sementes melhoradas, semeadura direta, adubação química e defensivos agrícolas em suas práticas pecuárias. Justifica-se por não trabalhar com pastagem cultivada, mas só campo nativo.

Quanto aos bens e a infraestrutura disponível na propriedade rural e para o acesso a propriedade, os entrevistados destacaram como principais bens e infraestrutura das propriedades rurais do município: estradas em boas condições de trafegabilidade; rede de comunicações; rede de recebimento de energia elétrica; geração de energia na propriedade e canais de irrigação. As falas dos entrevistados reforçam as condições e a importância dos bens disponíveis:

[...] Estradas em boas condições feitas por nós mesmo, rede de comunicações, rede de recebimento de energia elétrica e canais de irrigação [...] (Entrevistado 7).

[...] Estradas em boas condições; poço; casa para empregados; água encanada; energia elétrica e rede de comunicações [...] (Entrevistado 2).

[...] Estradas em boas condições porque conservamos, rede de comunicações, rede de recebimento de energia, tem gerador em caso de necessidade [...] (Entrevistado 11).

Os entrevistados afirmaram que as estradas estão em boas condições por trabalho deles próprios, pois dizem fazer a manutenção usando seus próprios equipamentos e maquinários, tanto no lado de dentro da propriedade como as estradas fora da propriedade de uso comum, pois dependem delas como principais acessos para escoar a safra.

Corroborando com o estudo de Matte (2013), a rede de energia elétrica e rede de comunicações está presente nos estabelecimentos rurais da Região Sul. Assim como na Região Noroeste o acesso à irrigação também não está presente. Mesmo com o interesse dos produtores o acesso não é facilitado.

Logo em contraponto ao trabalho de Freitas (2015) onde para 39,6% das 250 famílias, a condição das estradas foi avaliada como “ruim”; 17,6% como “péssimas”; para 35,6% as estradas são “boas” e para 7,2% as estradas são “muito boas”, a maioria acha ruim ou péssimas as estradas. Portanto, segundo Sen (2010), a dificuldade de deslocamento “ir e vir” sejam ela temporária ou permanente traz limitações de oportunidades ligadas, por exemplo, a oportunidades sociais e facilidades econômicas. Pois as estradas são importantes para as famílias realizarem suas atividades, escoarem produção agropecuária, não ficando na dependência de condições climáticas e da manutenção pelos órgãos públicos.

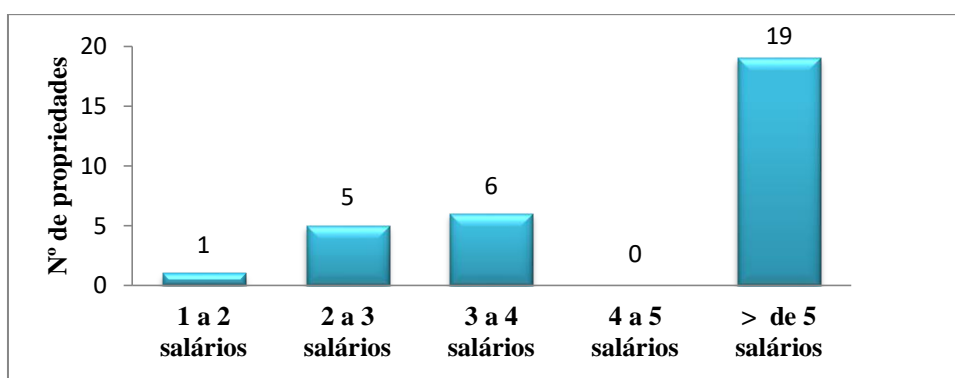
Portanto, a utilização de capital físico é bem presente nas propriedades rurais do município pelas famílias, pois as culturas desenvolvidas são muito dependentes desses ativos, maquinários, equipamentos agrícolas, insumos, infraestrutura disponível (estradas, água encanada, rede de comunicações, energia, etc.), edifícios, implementos e assim por diante são ativos físicos.

4.1.5 O capital financeiro

Refere-se às “ações de caixa”, estoque de dinheiro, poupança, animais que as famílias têm acesso, ou grãos estocados aos quais podem ser acessados para comprar bens tanto de produção como de consumo e o acesso ao crédito também pode ser incluído nesta categoria.

A renda mensal aproximada das atividades agropecuárias, segundo a maioria dos entrevistados, cerca de 61% ficou em mais que 5 salários mínimos, em 19 entrevistados, enquanto de outros 12 entrevistados, cerca de 39%, tem variações entre 1 e 4 salários mínimos mês. Destaca-se no (Gráfico 14) tais fatos.

Gráfico 14: Renda mensal aproximada das atividades agropecuárias.



Fonte: Elaborado pelo autor.

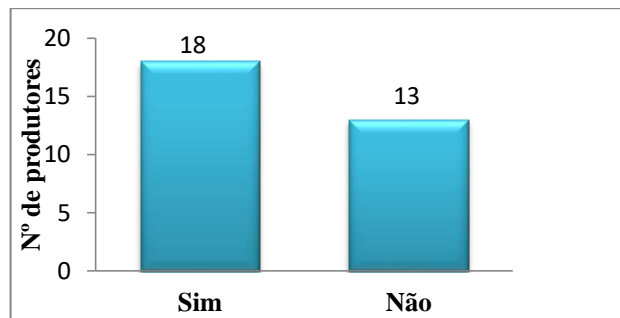
A maioria dos entrevistados cerca de 19 afirma ganhar mais que 5 salários mínimos por mês nas atividades agropecuárias. Este valor se justifica em razão de trabalhar em áreas de terras maiores, o que proporciona um maior ganho nas atividades como, por exemplo, no cultivo da soja, que é a cultura vista na maioria das propriedades, e os mesmos afirmam ser a principal cultura economicamente.

Com relação a existência ou não de uma renda de fora da atividade agropecuária, a maioria dos entrevistados dizem dispor de uma renda de fora da atividade agropecuária aproximadamente 18 produtores, enquanto 13 afirmam não dispor de uma renda fora da atividade agropecuária, como observado no Gráfico 15.

A maioria destes que possuem a renda fora da atividade, afirmam ser a aposentadoria como produtores rurais. Destaca-se outras fontes de renda como, por exemplo, empresários (revenda de pneus, empresas agrícolas, cerealistas), aposentados do exército e professores da

rede pública e professor universitário. Estes destacados foram pelo motivo de se diferenciarem dos demais, que é os pais recebendo aposentadoria como trabalhadores rurais.

Gráfico 15: Renda fora da atividade agropecuária.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Esses resultados relativos à aposentadoria corroboram com os encontrados por Matte (2013) na qual a aposentadoria e a bolsa família compõem a renda de transferências sociais, as quais estão presentes em 57% dos estabelecimentos, representando em média 27% da renda total dos estabelecimentos.

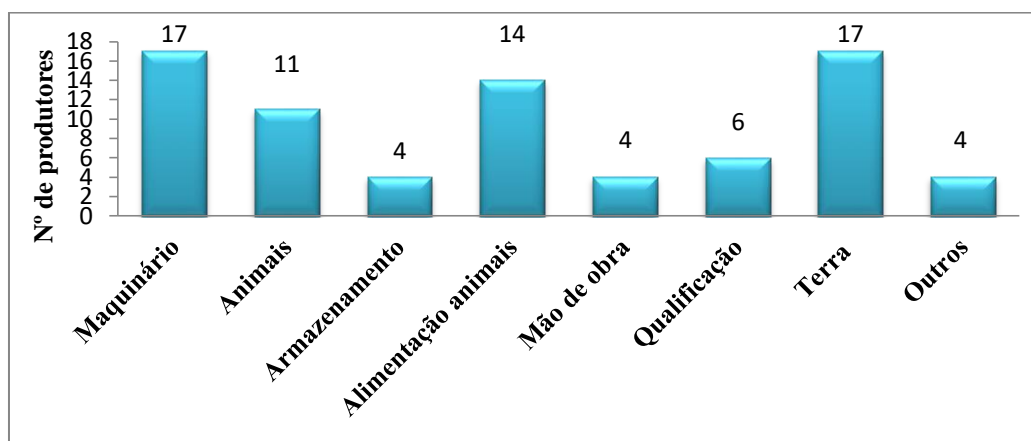
As famílias do estudo de Freitas (2015) sobre a importância dessas outras rendas e atividades além da fumiicultura, 42% (105) das 250 famílias perceberem estas outras fontes de rendas/atividades como “muito importantes” e 37% (92 famílias) qualificaram estas rendas/atividades como “importantes. Ainda, rendas/receitas provenientes de aposentadorias e transferências sociais (bolsa família) tornaram-se essenciais para as famílias produtoras de tabaco, pois se caracterizam como fonte de pagamento dos custos mensais familiar.

No estudo de Viera (2016) 18 entrevistados manifestaram que a renda familiar é proveniente apenas de atividades agrícolas, outros três afirmam que a atividade agrícola é responsável por 70% da renda familiar, apenas um jovem afirma que a renda é 60% agrícola e para 2 jovens, a renda agrícola representa a metade da renda total da unidade familiar.

Outra questão analisada é se os produtores e suas famílias fazem investimentos (financiamentos) para melhorar a produção agropecuária conforme o Gráfico 16. A maioria dos entrevistados afirma fazer investimentos anuais e sempre que precisam, com destaque para os tratos culturais e solo.

Destaca-se os setores que são mais priorizados no momento do investimento pelos produtores é maquinário, terra (solo, adubação, aquisição) e outros (infraestrutura, galpão, sala de ordenha; tecnologia).

Gráfico 16: Setor priorizado no momento do investimento.



Fonte: Elaborado pelo autor.

De modo geral, verifica-se maquinário e terra são os setores de investimentos mais levados em consideração na parte da agricultura e na parte da pecuária são os animais e alimentação. Estas prioridades de investimentos são ressaltadas nas falas abaixo.

[...] Maquinário, animais e qualificação técnica (cursos etc..) [...] (Entrevistado 2).

[...] Muito forte em armazenamento, maquinário quando precisa, terra, qualificação técnica [...] (Entrevistado 6).

[...] Animais, alimentação para animais, pastagem azevém, terra [...] (Entrevistado 7).

[...] Maquinário e terra. Solo tem que ter que estar equilibrado para ter produção[...] (Entrevistado 11).

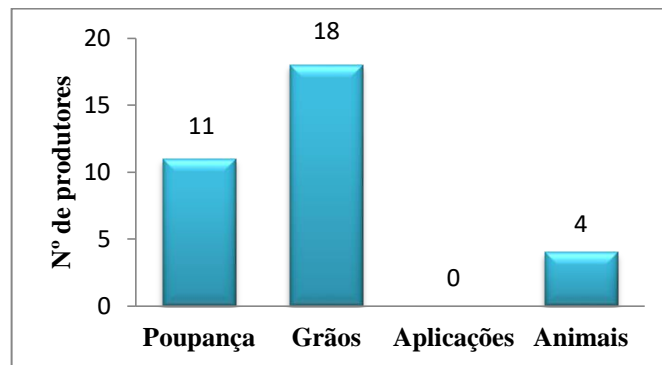
[...] Alimentação para animais, terra e onde há carência [...] (Entrevistado 14).

[...] Animais, mão de obra, qualificação técnica, alimentação dos animais, terra adubação [...] (Entrevistado 30).

No caso de Freitas (2015), pode-se dizer que em relação à posse de tratores, 69,2% das famílias diversificadas possuem esta máquina, 63% das quase diversificadas também; 56,5% das pouco diversificadas e 32,3% das Especializadas têm trator como uma máquina agrícola.

Para encerrar os capitais financeiros indaga-se os entrevistados sobre os meios que costuma utilizar para guardar ou aplicar dinheiro conforme os resultados observados no Gráfico 17, e os meios que recorrem em um momento de aperto financeiro, ou quando necessita de dinheiro em espécie para compra ou pagamento de algo em ocasiões especiais.

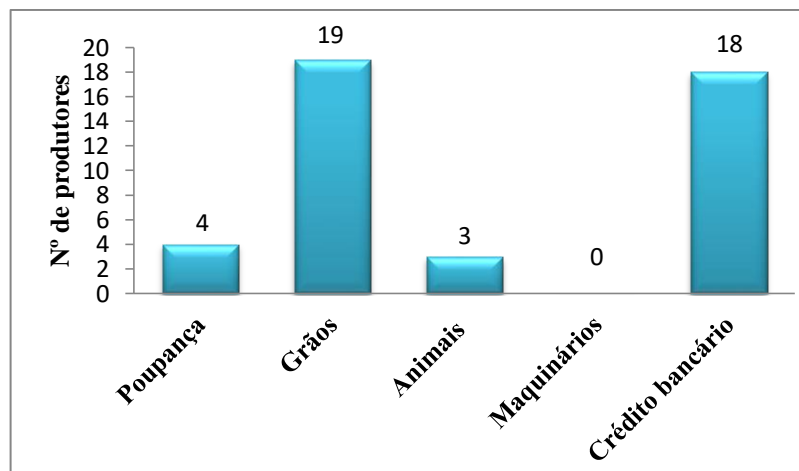
Gráfico 17: Meios para aplicar dinheiro.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Este arranjo visa demonstrar as atitudes tomadas pelos produtores para dispor de dinheiro em espécie. Cerca de 19 produtores optam por vender os grãos armazenados que têm à disposição, e 18 costumam pegar dinheiro no crédito bancário, 4 recorrem à poupança, três à venda de animais, e ninguém recorre a venda de maquinários.

Gráfico 18: Meios para obter moeda (dinheiro em espécie).



Fonte: Elaborado pelo autor.

. Estes são os meios utilizados para dispor de moeda em algum momento de aperto financeiro ou para adquirir algum bem ou ativo para sua subsistência.

Nas entrevistas abaixo segue alguns trechos que confirmam os dados do (GRÁFICO 17 e 18) ilustrado acima.

[...] Poupança, grãos armazenados. Recorre a poupança, ou crédito do banco e venda de grãos [...] (Entrevistado 4, 15).

[...] Armazena grãos e no momento de aperto vende os grãos [...] (Entrevistado 8).

[...] Procuo guardar grão e coloco dinheiro na poupança também. No aperto vendo grão [...] (Entrevistado 10).

[...] Poupança. Recorre a poupança, venda de grãos e crédito bancário [...] (Entrevistado 21).

[...] Armazena grãos. Recorre a venda de grãos e crédito bancário [...] (Entrevistado 5; 6; 11; 12; 23; 25; 26).

A maioria dos entrevistados 18 destes costuma deixar os grãos armazenados quando sobra e 11 aplicam dinheiro na poupança. Apenas quatro investem em animais diferenciados. E ninguém recorre a aplicações diferentes como mercado futuro ou bolsa de valores.

Nos resultados de Vieira (2016), mostram que 75% dos jovens já acessaram algum tipo de crédito, sendo o percentual maior para jovens do sistema agroecológico. No geral, são utilizadas linhas do Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF para custeio e ou investimento na propriedade, mas também o acesso do Pronaf Mais Alimentos, para a compra de tratores, micro tratores e implementos agrícolas foram apresentados por um grande número de entrevistados.

4.2 ESTRATÉGIAS DE FOMENTO A SUCESSÃO GERACIONAL

Os elementos desse tópico visam responder o segundo objetivo dessa dissertação que é analisar, a partir dos capitais disponíveis, quais estratégias são utilizadas pelos pais para manter a sucessão geracional das propriedades rurais. O capítulo está estruturado em tópicos, sendo o primeiro relativo à caracterização dos sucessores, o segundo trata da ocupação agrícola realizada pelos sucessores e o terceiro da questão da herança e do patrimônio.

A estratégia de meios de vida é um processo que se abre no tempo e proporciona resultados que afetam os ativos individuais. Observa-se assim que o foco nos ativos se tornou fundamental na abordagem dos meios de vida, o “acesso” é uma questão-chave que caracteriza as pesquisas que utilizam essa abordagem (PERONDI; SCHNEIDER, 2012).

Ellis exemplifica que Scoones (1998) identificou três tipos de estratégias que são a intensificação agrícola; diversificação dos meios de vida; e migração. O primeiro tipo corresponde à dependência contínua ou crescente da agricultura como estratégia, seja pela intensificação do uso de recursos em combinação com uma determinada área terrestre, seja pela colocação de novas terras em cultivo ou pastagem. O principal bem aqui é a terra e, para

a intensificação agrícola, a atenção é direcionada às instituições e organizações que facilitam a mudança técnica na agricultura. O segundo tipo, dentro da definição restrita de diversificação empregada, direciona a atenção para o emprego rural não agrícola como uma questão política chave (agroindústria). O terceiro tipo direciona a atenção para a migração e as remessas como uma estratégia específica adotada pelos membros das famílias rurais, implicações particulares para o status de ativos daqueles deixados para trás, a posição das mulheres e a utilização ou não de recursos externos para realizar investimentos de fazenda que aumentam a produtividade (ELLIS, 2000).

Portanto, Ellis (2000) afirma que os ativos podem ser aumentados ou diminuídos temporariamente, corroídos gradualmente ao longo do tempo, ou destruídos em um acidente vascular cerebral por um evento catastrófico. Uma estratégia de subsistência rural bem-sucedida é aquela em que a quantidade, a qualidade e a mistura de ativos são tais que os eventos adversos podem ser resistidos sem comprometer a sobrevivência futura. Isso requer flexibilidade e substituibilidade entre os ativos. Segundo Ellis (2000, p.57), os fatores determinantes da diversificação dos meios de vida rurais são variados e podem estar relacionados a aspectos edafoclimáticos ou socioeconômicos que se manifestam através da sazonalidade, dos riscos, da vulnerabilidade, das migrações, dos efeitos do mercado de trabalho, do acesso ao crédito e a outros ativos.

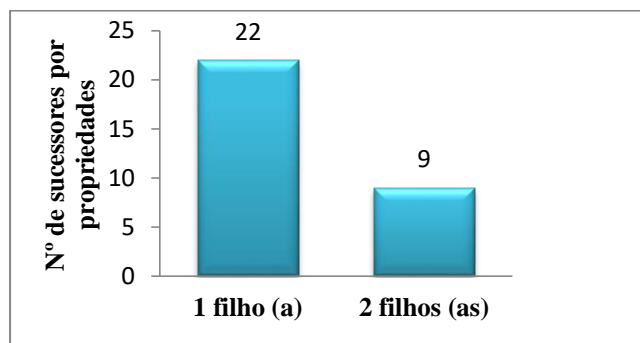
4.2.1 Caracterização dos sucessores

A caracterização dos sucessores envolve questões relacionadas ao número de sucessores por propriedades, sexo e posição de nascimento, estado civil e o local de moradia. Entendê-los como parte do meio de vida, para entender a sucessão.

Com relação ao número de sucessores por propriedades, conforme Gráfico 19 os dados da pesquisa mostram que em 22 propriedades apenas um filho é o sucessor, enquanto em nove propriedades serão dois filhos os sucessores.

Considerando a posição de nascimento dos sucessores, na maioria das propriedades (17 propriedades) o primeiro filho (ou o mais velho) é o sucessor, enquanto em 14 propriedades é o segundo filho, e em apenas oito propriedades o terceiro filho se tornou o sucessor.

Gráfico 19: Número de sucessores por propriedades.

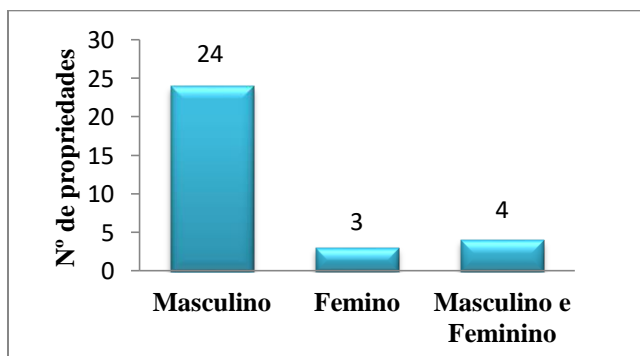


Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme Abramovay (1998); Kischener, Kiyota e Perondi (2015) estes fatos são vistos desde meados da década de 1970, no qual o processo de sucessório se fazia mais pela tradição cultural do que pela lei, onde uma parte da família ficava fora do processo, principalmente as mulheres. A prioridade no processo sucessório na propriedade rural é dada ao filho mais velho (na primogenitura) ou ao mais jovem (minorato).

Em nove propriedades os produtores possuem um único filho (a) que serão seus sucessores. Ou seja, o produtor (a) só tem um filho. Com relação ao sexo do sucessor no Gráfico 20.

Gráfico 20: Sexo do sucessor.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os estudos sobre sucessão, de modo geral, reforçam a preferência pelos filhos homens para dar continuidade aos negócios e ao patrimônio paterno. Neste trabalho, em 24 propriedades apenas os filhos do sexo masculino serão os sucessores. Em três propriedades os

sucedores são do sexo feminino, e em quatro propriedades os sucedores são do sexo masculino e feminino, ou seja, tem dois filhos sucedores. Isso significa dizer que a maioria dos produtores optou por fazer de seu sucessor o filho do sexo masculino, reforçando as evidências já apontadas pela literatura. São dados relevantes que podem ser explicados pela cultura da região, e pelas atividades produtivas desenvolvidas, como, por exemplo, agricultura e pecuária. Pois antes do filho ser o provável sucessor, ele é considerado mão de obra na propriedade, ou seja, um colaborador com privilégios, pois é filho do proprietário e como nos argumentos da maioria dos produtores “eles estão trabalhando no que vai ser deles”.

A maioria das propriedades em que apareceu as filhas como sucedoras são de atividades produtivas relacionadas à pecuária, mais precisamente a leiteira. Apenas duas propriedades grandes terão as filhas como sucedoras, uma de pecuária de corte e outra com produção de grãos. São propriedades de pequeno porte, onde as filhas são responsáveis pela gestão e mão de obra na propriedade, em especial pela ordenha. Em propriedades médias e grandes onde os pais têm como principal atividade a agricultura, eles argumentam que não escolheriam uma filha como suas sucedoras. Dizem que poderia ser, mas não a escolheriam.

Tal fato pode ser explicado pela tradição cultural associada à pouca escolaridade dos pais, na qual, contribuiu para que se tornasse quase naturalizada a condição de preferência de um filho em detrimento de uma filha. Mesmo assim, as estratégias em relação às jovens mulheres consistiam no casamento com filhos de outros agricultores (com parentesco preferencialmente) ou avanço nos anos de estudos, favorecendo a saída do meio rural e a busca empregos na cidade (KISCHENER, KIYOTA, PERONDI, 2015).

Conforme Kischener, Kiyota e Perondi (2015), a atividade leiteira é uma alternativa para manter as filhas e os filhos na propriedade rural. No entanto Souza et al., (2012) e Kischener, Kiyota e Perondi (2015) afirmam que a obtenção de uma renda possibilita manter os jovens no meio rural. O autor assegura que “a atividade leiteira proporciona uma renda fixa, assemelhando-se a renda urbana” (Souza et al., 2012 p.15).

Ressalta-se que “o ingresso de renda mensal permite maior mobilidade econômica para os sucedores, além do planejamento de novos investimentos” (Milani, Spanevello, Zorzi, 2012 p.12).

[...] Sim, poderia ter sido uma filha, estudaram e saíram, porém não teria escolhido uma filha, as incentivei a estudarem, são professoras [...] (Entrevistado 1).

[...] Sim, não escolheria uma filha, elas teriam condições, mas pelo estudo não ficaram, casaram e foram morar na cidade, uma filha é professora e a outra veterinária. Esta mora no Mato Grosso a veterinária [...] (Entrevistado 2).

[...] Sim, ficou o filho desejado, o resto é mulher, tinha que ser o filho homem. Elas trabalham na cidade, não houve nenhum incentivo para que elas ficassem [...] (Entrevistado 7).

[...] Sim, poderia ser uma filha, até no momento estão achando interessante, mas acho que não cabe quatro sócios. Na época delas não tinha esses trator cabinado e confortável, e elas não quiseram trabalhar na terra, hoje elas ficariam, mas na época que elas saíram para estudar não. Não teria escolhido uma filha, mas elas teriam condições pela formação [...] (Entrevistado 8).

No estudo precursor de Ellis (2000) argumenta-se que as desigualdades de gênero fazem sua marca na agricultura como fazem em outras facetas dos meios de vida rurais. Por exemplo, a preeminência (predomínio) das mulheres no cultivo e na colheita na África subsaariana não é complementada pela apropriação de recursos, pelo controle sobre o uso de recursos, ou pela capacidade de tomada de decisão, que tendem a permanecer firmemente dentro da esfera masculina. No caso deste estudo percebe-se quase a mesma lógica, as mulheres continuam em segundo plano com relação à sucessão, tomada de decisões e continuam atuando como mão de obra, principalmente na atividade leiteira, logo na agricultura não se tem a atuação feminina, é deixada de lado, mesmo tendo qualificação e instrução.

A última questão feita aos pais produtores rurais é sobre o filho (a) desejado para a sucessão, se ficou na propriedade ou não, se poderia ter sido outro ou uma filha, se elas teriam preparo para assumir, se houve incentivo conforme o Quadro 6. Os pais responderam que:

Quadro 6: Desejo a respeito da filha sucessora.

	Resposta dos Pais	Produtores
Ficou o Filho (a) desejado?	Sim, poderia ter sido uma filha, tem estudo, mas não á escolheria.	4
	Sim, poderia se fosse a escolha dela.	15
	Sim. Estou contente com meus filhos.	10
	Sim. Não escolheria uma filha.	1
	Não respondeu.	1
	Resposta dos Pais	Produtores
Houve incentivo para que a filha se tornasse a sucessora?	Houve incentivo.	21
	Não houve incentivo.	6
	Não respondeu, não tem filha.	4

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim como no Quadro 6 as falas ressaltam os resultados.

[...] Sim, o filho foi o mais interessado, as filhas foram criadas nesse ambiente teriam condições de tocar, a Ângela faz pecuária, atua em outra propriedade com o marido, achei melhor a qualidade de vida pra elas, porque mulheres são diferentes de homens, a pecuária intendo muito desde criança, e as filhas também [...] (Entrevistado 24).

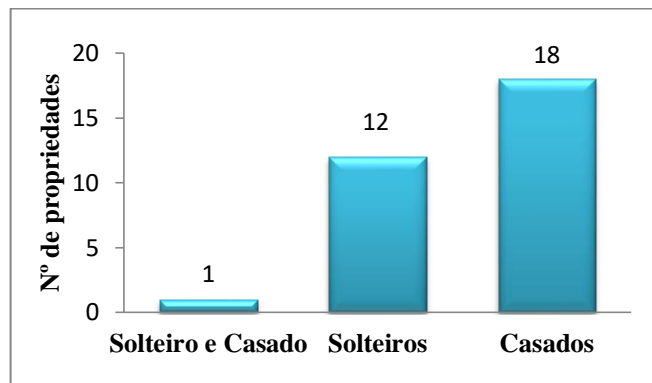
[...] Sim, as coisas vão acontecendo naturalmente, a filha buscou outras atividades, casou com uma pessoa fora daqui, ela teria a mesma preparação que o filho. Não houve incentivo [...] (Entrevistado 25).

[...] Sim, ficou o filho desejado, as filhas não quiseram. E não tem preparação, não houve incentivo [...] (Entrevistado 28).

Percebe-se que nas propriedades rurais, onde ocorre sucessão geracional, ficou o filho desejado como provável sucessor, a maioria dos pais afirma que se as filhas quisessem poderiam ser as sucessoras, porém a maioria das propriedades têm filhos do sexo masculino como sucessor. A maioria dos pais afirma ter incentivado a filha a ser as prováveis sucessoras das propriedades.

A maioria dos sucessores são casados, o que demonstra ter uma vida social já estabelecida conforme o Gráfico 21.

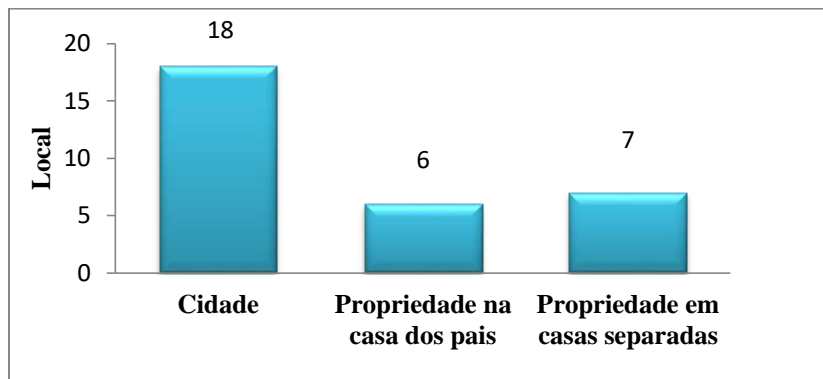
Gráfico 21: Estado civil dos sucessores por propriedades.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto ao local de residência dos sucessores, conforme o Gráfico 22, abaixo, segundo a maioria dos entrevistados, é o meio urbano. Vale destacar que os sucessores que residem nas propriedades, seis deles residem na casa dos pais e em sete deles em casas separadas. No total, 13 sucessores residem nas propriedades rurais.

Gráfico 22: Local de residência dos sucessores



Fonte: Elaborado pelo autor.

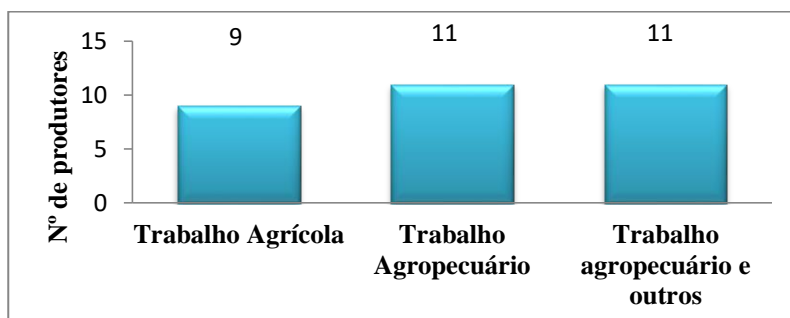
Outra questão analisada é sobre o local de residência dos demais filhos, onde a maioria afirma que os demais filhos não sucessores residem na cidade, optaram por trabalhos e vida urbana, e apenas três residem em outras propriedades rurais, tal fato deu-se pelo casamento com os cônjuges do meio rural.

4.2.2 Sucessores e a ocupação agrícola

Este item trata de apresentar as questões relativas à principal atividade exercida e o tempo dedicado ao exercício destas atividades pelos sucessores.

Referente à análise da atual atividade exercida pelo sucessor, os entrevistados foram questionados se: eles desenvolvem o trabalho agrícola (apenas na propriedade paterna, ou na sua propriedade rural).

Gráfico 23: Atividade atualmente exercida pelos sucessores.

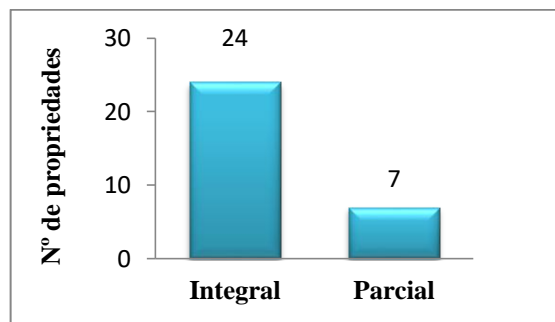


Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se no Gráfico 23 que a grande maioria dos sucessores desenvolvem trabalhos nas propriedades do pai, nove sucessores desenvolvem apenas trabalhos agrícolas, ou seja, só trabalham com lavouras, e 11 sucessores desenvolvem o trabalho agropecuário na propriedade do pai, lavoura e pecuária, enquanto em 11 propriedades, os sucessores trabalham na propriedade do pai e prestam serviços em outras propriedades ou tem mais um trabalho ou profissão, com destaque para assistência agrônômica, professor, caminhoneiro e estudantes.

Outra questão solicitada aos entrevistados é sobre o tempo que os sucessores dedicam às atividades agropecuárias, tanto entre a propriedade do pai como suas atividades (GRÁFICO 24).

Gráfico 24: Tempo que o sucessor dedica às atividades agropecuárias.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A maioria dos produtores afirma que os sucessores dedicam tempo integral a propriedade rural, enquanto apenas sete dizem que os filhos dedicam tempo parcial, dividindo-se entre a propriedade e demais atividades.

Com relação ao tempo ou experiência que o sucessor possui executando as atividades agropecuárias, verifica-se que os entrevistados responderam que os filhos têm uma trajetória de dedicação a estas atividades iniciando desde quando crianças ou ainda quando estudavam. Ou seja, a inserção nas atividades foi marcada muito antes do momento em que foram considerados sucessores, conforme o Gráfico 25 abaixo.

Esta trajetória está diretamente relacionada socialização para o trabalho, onde o filho desenvolve a aptidão para o trabalho. Este filho desde pequeno vivendo a agropecuária, ou seja, a atividade desenvolvida pelo pai na propriedade rural pode ser ela, agricultura como pecuária.

Gráfico 25: Dedicção às atividades.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O pai instiga e leva o filho para o rumo desejado por ele, e esta vivência faz com que o filho tenha uma propensão para este caminho.

A qualificação e preparação do sucessor para a atividade foi analisada da seguinte maneira, de acordo com o Quadro 7: oito produtores afirmaram que o filho apreendeu a atividade com os pais desde criança; dois produtores dizem que o filho apreendeu com os pais, mas fez cursos técnicos rápidos (de planejamento, gestão, entre outros) para se aperfeiçoar; quatro produtores destacam que o filho apreendeu com os pais e fez cursos técnicos (especialmente na área da Agropecuária) ou outro.

Quadro 7: Qualificação e preparação do sucessor para a atividade.

Apreendeu a atividade com os pais desde criança.	8 propriedades
Apreendeu com os pais, mas fez cursos técnicos rápidos (de planejamento, gestão...) para se aperfeiçoar.	2 propriedades
Apreendeu com os pais e fez ou está fazendo curso superior na área.	16 propriedades
Apreendeu com os pais e tem experiência de trabalho em outras propriedades.	1 propriedade

Fonte: Elaborado pelo autor.

No entanto, 16 produtores destacam que o filho apreendeu com os pais e fez ou está fazendo curso superior na área das ciências agrárias e um produtor afirmou que o filho apreendeu com os pais e tem experiência de trabalho em outras propriedades.

As falas a seguir retratam as convicções dos pais sobre a permanência dos filhos.

[...] Desde criança participa na propriedade, é uma tradição familiar pelo lado da minha esposa, pelo fato de ser dono e não arrendatário. Qualificaram-se para trabalhar na propriedade, agronomia, gostam da atividade, tem afinidade [...] (Entrevistado 3).

[...] Para o filho permanecer na propriedade, ele deve morar, se criar e viver na propriedade, você vai acabar gostando disso, eu consegui que o mais velho se criasse no campo, andando de moto, montando a cavalo, aprendendo dirigir trator, desde criança, esse cara hoje é minha mão direita, o recado que deixo é que nossos filhos e netos devem ter convívio diário no campo [...] (Entrevistado 5).

[...] Por amor, porque gostam desde a infância, sempre junto com o pai, isso anima e alegre, estão firmes na área da agricultura, creio que a amizade de família é um fator muito especial, cultivar a família é o que faz ficar na propriedade e por ver que a agricultura é uma área que pode oportunizar ganhos e meios para que eles fiquem na propriedade [...] (Entrevistado 13).

[...] Os filhos desde pequeno tinham que trabalhar junto, esse é nosso sistema, desde cortar grama, trabalhar na horta, sempre com responsabilidade, se quisessem sair teriam que cumprir as funções, o mais velho com 14 anos foi trabalhar na firma, o Cristiano quando fez 14 anos ia comigo para granja, e fez agronomia pegou gosto pela terra [...] (Entrevistado 14).

[...] Porque eles sentem prazer em fazer lavoura. O filho e a filha vivem lavoura, nos próprios domingos a gente almoça e vai a tarde ver lavoura, eles têm retorno, tem carro bom, tem conforto. A minha filha por exemplo fez engenharia química, fez estágio na Petrobrás em canoas e depois fez trainee na TERMASA, e não quis ficar, preferiu ficar aqui, pois viu os números que a lavoura representa e veem o resultado [...] (Entrevistado 29).

Destaca-se que a maioria dos produtores (27 entrevistados) aponta que o filho permanece na propriedade porque sempre trabalhou na propriedade e participou, desde criança, dos ensinamentos das atividades agropecuárias, seguindo uma tradição familiar. Além disso, 13 entrevistados afirmam que além do aprendizado em casa, os filhos estão buscando uma qualificação técnica em cursos técnicos e superiores. Por outro lado, uma minoria destaca que o filho está na propriedade porque é uma opção de renda. Portanto, é possível verificar que os pais, como estratégia, levaram os filhos para o lado da agropecuária, favorecendo a vivência no dia-dia do trabalho, creditando este fato o sucesso da sucessão.

A sucessão nas atividades agropecuárias é baseada em dois fatores centrais: “um processo com diferentes estágios/fases” (SPANVELLO, 2008, p. 44) e marcada pelo processo de socialização dos filhos desde pequenos com as atividades agrícolas das propriedades rurais (GASSON et al., 1988; SPANVELLO, 2008).

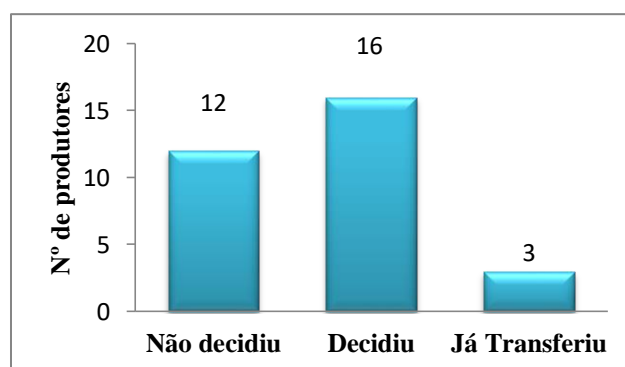
Uma nova geração de agricultores, segundo Gasson e Errington (1993, p. 217) é “formada por diferentes estágios divididos em socialização, aprendizado técnico, parceria e o controle pelo gestor”. O processo começa pela socialização se estende desde o nascimento dos filhos até a fase de realização do trabalho na propriedade em tempo integral. Os filhos desenvolvem sua personalidade e atitudes em relação à vida familiar e agrícola e, como

resultado, podem aprender/desenvolver muitas das habilidades básicas do trabalho da propriedade. Ou seja, a sucessão é fomentada desde muito cedo por meio de um processo denominado socialização para o trabalho em que muitos filhos e filhas aprendem o ofício ajudando os pais nas atividades da propriedade rural da família, e vão assumindo a responsabilidade sobre a propriedade até conquistarem a gestão plena (GASSON et al., 1988; SILVESTRO et al., 2001; SPANEVELLO; LAGO, 2007).

4.2.3 Transferência do patrimônio aos sucessores

Sobre o momento em que os pais pretendem transferir de forma definitiva sua propriedade para o controle dos seus filhos (GRÁFICO 26), a grande maioria das respostas apontam para um adiamento da transferência definitiva do negócio. A maioria afirma não ter pensado ou ter decidido sobre o assunto, outros justificam esperar o final da vida, o que significa estar ativo dentro dos negócios junto com o sucessor até o momento em que as capacidades físicas da idade o limitar ou se aposentar, enquanto outro entrevistado argumenta esperar apenas o filho se formar. Apenas três entrevistados afirmam já ter transferido o negócio.

Gráfico 26: Momento da transferência do patrimônio.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos que decidiram, cinco deles argumenta ser depois da aposentadoria, seis no final da vida, quatro quando não tiver mais saúde e se cansar, e um depois que o filho se formar.

Pode-se constatar, inclusive nas falas a seguir, que a indagação sobre o momento trouxe desconforto aos entrevistados, como percebe-se nos trechos abaixo:

[...] O momento está ligado à idade, minha capacidade produtiva e atrelado a capacidade deles, é meio subjetivo esse tempo [...] (Entrevistado 3).

[...] Não tenho resposta. Quando possível compro terras e já coloco no nome deles, e as que estão no meu nome e da esposa, um dia faremos um papel para dividir, mais entregar a propriedade totalmente, ainda não pensei. Não saberia dizer quando será esse dia [...] (Entrevistado 5).

[...] Quando ele se formar eu não vou dar a propriedade para ele tocar, mas vou dar uma fração, porque não quero me sentir inútil, até pra ele ter uma parte, para tocar, trabalhar e aprender, e em uma parte da área que não vá me comprometer, com ele errando, porque tem coisas que vou dar opinião e ele vai querer fazer do jeito dele, mas a gente tem que deixar, mesmo que saiba que vai dar errado, então tem que dar uma quantia de área para que ele que não me comprometa a estabilidade da propriedade, porque mesmo a pessoa com melhor boa vontade e interesse, tem que ter experiência, porque não é tão simples assim, mas ele tem que sentir na pele, pois se não sentir não vai aprender [...] (Entrevistado 7).

[...] Não tenho um momento, enquanto eu estiver com saúde vou trabalhando. E tendo capacidade de trabalhar vou ficando [...] (Entrevistado 4 e 11).

[...] Na verdade, trabalhamos junto e a tendência são eles irem mostrando a capacidade deles e no momento que eles tiverem melhor, e vai ser com o tempo, não penso em sair fora, e lutei para ter aquilo ali, pretendo diminuir a participação, mas sair fora não [...] (Entrevistado 29).

[...] Existem metas e planejamento, gosto do que faço, não pretendo me afastar, pretendo trabalhar junto com elas, pretendo ficar mais uns 20 anos e depois entrego o bastão [...] (Entrevistado 31).

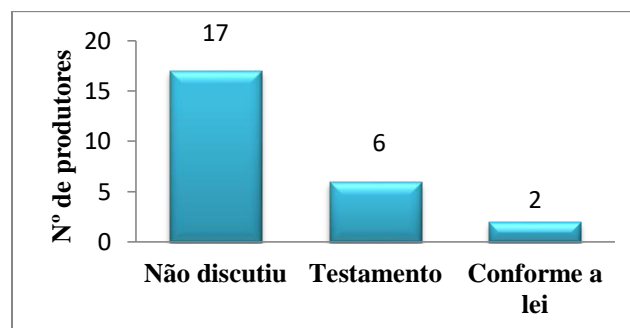
De modo geral, as respostas ilustradas acima demonstram que os pais devem passar o bastão da propriedade para o sucessor no final da vida, o que vai ao encontro do modelo sucessório brasileiro que é a sucessão tardia conforme já ressaltaram os trabalhos pioneiros sobre sucessão geracional de Abramovay et al., (1998) e Silvestro et al., (2001) no sul do Brasil. Isso significa dizer que o pai vai se manter no controle do negócio enquanto puder ou enquanto as limitações de saúde e idade não se tornar um agravante. Conforme Gasson e Errington (1993), o controle do pai sobre o negócio, em especial a demora para transferir este controle pode resultar sucessores menos preparados administrativamente para tocar o negócio, pois sempre estiverem a “sombra do pai”. Este retardo tem suas explicações: 1) Trata-se de uma questão cultural, os pais (atuais gestores) vem de modelos sucessórios semelhantes nas gerações passadas; 2) Segundo Paulilo (2004, p. 235), com o aumento da longevidade da população, especialmente dos mais idosos, “os que trabalham junto à família ficam na posição de dependente por longo tempo”, o que significa dizer que os pais ainda são a voz de comando na administração nas propriedades, mesmo os filhos estando preparados para assumir o negócio.

Abramovay et al., (1998) afirma que embora pais e filhos tenham contato como trabalhadores dentro das propriedades durante longos anos, muitas vezes os pais conduzem as

propriedades sem a efetiva participação dos filhos, vendo-os mais na função de mão de obra do que gestores. Esta constatação merece uma análise mais criteriosa quando confrontada com os dados resultantes deste estudo detalhados, por exemplo, no Quadro 05 referente a autonomia do sucessor. Os dados mostram que os pais entrevistados reforçam, de modo geral, a divisão das tarefas e das tomadas de decisões de forma igualitária ou com alguma participação dos filhos, inclusive considerando a distribuição de renda gerada na propriedade. No entanto, esta participação “igualitária” não parece gerar entre os entrevistados mudanças no referente a passagem do negócio, sendo esta majoritariamente tardia conforme já aponta a literatura.

Outra questão relacionada a passagem dos negócios diz respeito a discussão em torno da herança, se já foi discutido dentro do núcleo familiar os arranjos que serão feitos em torno da divisão do patrimônio e em que momento isso irá ocorrer (Gráfico 27).

Gráfico 27: Acertos em torno da herança.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 27 mostra que a grande maioria não discutiu como vão ser feitos os acertos e nem o momento em que isso irá ocorrer. Outros entrevistados afirmam como farão o processo sem declarar o momento, através de testamento (sem especificar os acertos), outros ponderam seguir as leis jurídicas para se embasar, enquanto entrevistados argumentam que farão uma divisão igualitária.

Os trechos destacados abaixo, reforçam estas questões:

[...] Não, mas já é comentado que filhos são todos iguais, o gasto com as filhas em estudo, é um investimento, e que eu darei ao filho em outra coisa. E vai ser tudo proporcional, não vai ter isso de porque é pia ganha mais, vai ganhar mais se tiver trabalhando lá e fizer por merecer, explorando as coisas dele [...] (Entrevistado 8).

[...] Sim, se ele cuidar bem de nós é tudo dele, se não a irmã vai intervir, porque consegui uma terra para minha filha, para que essa fique com ele e ela fique com a dela [...] (Entrevistado 15).

[...] Metade da área doamos a filha que nos cuida, e ficará com os pais e a outra metade ela pagará os irmãos [...] (Entrevistado 16).

[...] Transformei as áreas em cotas, pessoas jurídicas, a propriedade é uma empresa, as pessoas não são mais donos de área de terra e sim de cotas. Para que a propriedade não se fracione [...] (Entrevistado 31).

As falas acima representam as possibilidades de arranjos a serem efetivadas pelos pais. Conforme Carneiro (2001), a forma como os pais planejam a distribuição da herança entre os filhos obedecem a uma série de critérios segundo cada produtor. Estes critérios levam em conta a dedicação dos filhos a atividade agrícola, o interesse do pai na sucessão do filho, a possibilidade de o filho amparar na velhice, o sexo dos filhos que vai permanecer, entre outros. Spanevello e Lago (2010) discutem que os arranjos feitos pelos pais são variados, podendo os filhos receber patrimônio (geralmente a propriedade fica com o sucessor), pagamentos pelos estudos, áreas de terras fora da propriedade, imóveis urbanos, entre outros. No caso do estudo proposto, a diversidade de arranjos também é constatada. As falas retratam o investimento em estudo como compensador da herança, com diferentes compensações entre filhos e filhas; a terra como herança em troca dos cuidados na velhice e a necessidade de um arranjo entre irmãos, sendo este arranjo associado muito mais a uma condição moral (obrigação dos filhos em amparar os pais com o avanço da idade) conforme já ressaltado nos estudos de Carneiro (2001) e Spanevello e Lago (2010). No caso do Entrevistado 31, destacado acima, o produtor rural têm 90 hectares próprios. O produtor transformou a propriedade em uma empresa familiar, onde sua mãe e duas tias maternas são suas sócias. Com o receio que a propriedade se fracione o produtor em comum acordo com as tias que não tem sucessor propôs uma sociedade, transformando as áreas de terra de cada um em cotas na sociedade (empresa). A empresa chama-se Cereais Casa Branca, onde o produtor é o responsável por tudo, paga um arrendamento as tias de acordo com o tamanho de suas cotas. O arranjo prevê que quem queira sair da sociedade, receberá o valor por sua cota dentro da empresa, não podendo vender a terceiros. Portanto, hoje as terras pertencem a Cereais Casa Branca, uma empresa agrícola dentro de Cruz Alta.

Quanto à questão de como os pais visualizam o futuro da propriedade, tendo os sucessores à frente, verifica-se que dos 31 entrevistados, 17 afirmam que os filhos darão continuidade, seguindo a mesma forma de trabalho, dois entrevistados apontam o

fracionamento da propriedade pelos filhos, 10 acreditam que os filhos vão seguir prosperando, enquanto dois dos pais pensam que os filhos vão diminuir a atividade e quem sabe, se desfazer da propriedade, pois as áreas são pequenas, dificultando a sua inserção em sistemas de produção e mercados mais competitivos.

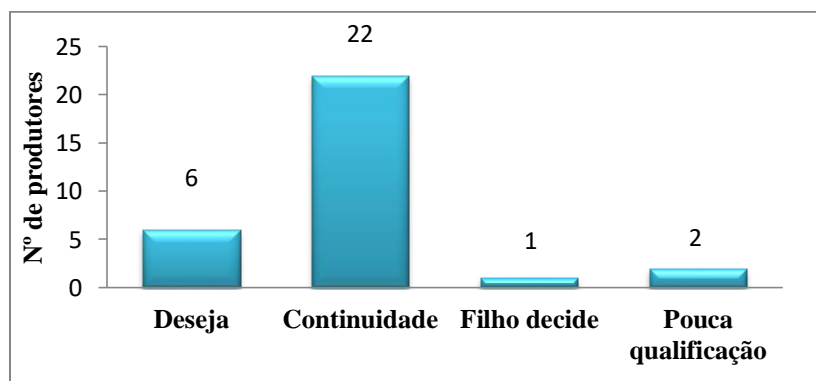
4.2.4 Estratégias paternas e a consolidação do processo sucessório

As estratégias estão relacionadas ao acesso e disponibilidade de ativos que os pais têm, e as condições de mobilizá-los para manter a sucessão geracional.

Uma das primeiras questões abordadas neste item é sobre o desejo dos pais em ter a sucessão nas propriedades conforme o Gráfico 28.

Conforme o Gráfico 28, a maioria dos produtores, 22 deles, (representando 71% dos entrevistados) dizem que sim, com o objetivo de dar continuidade a propriedade, considerando a necessidade de manter a unidade familiar, o apego a terra e a qualificação dos filhos para tocar os negócios.

Gráfico 28: Desejo e motivação dos pais pela sucessão.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Outros seis produtores destacam o desejo que os filhos permaneçam sem justificar as motivações, 01 produtor espera a decisão por parte do filho, enquanto 01 entrevistado afirma que a permanência do filho é desejada na medida que o mesmo não tem qualificação necessária para seguir para o meio urbano. No caso de Kischener, Kiyota e Perondi (2015 p.11) os resultados corroboram com este estudo:

[...] Observa-se que 76% das famílias entrevistadas na Comunidade Barra do Santana têm perspectivas na agricultura e veem futuro para suas famílias nesta atividade, 68% das famílias manifestaram que gostariam que seus filhos seguissem na profissão de agricultor. Em 56% das unidades de produção, há a previsão de algum membro da família (filho ou outro) que darão continuidade às atividades dos atuais gestores. Em 72% destas famílias, não há filhos ou familiares que desejam emigrar para a cidade. Considerando as cinquenta famílias nas duas comunidades [...] observa-se que, a perspectiva de futuro em relação à agricultura e o desejo de que os filhos sucedam os pais apresentam-se numericamente superiores em relação à perspectiva negativa.

No entanto, nas considerações deste trabalho observa-se que nas duas comunidades rurais há mais pais querendo que algum de seus filhos o sucedam em relação àqueles que acham melhor que os filhos busquem alternativas. Entretanto, apenas a metade das famílias já tem assegurada o seu sucessor e 36% não tem um membro que queira assumir a unidade de produção (KISCHENER, KIYOTA; PERONDI, 2015).

De modo geral, apesar de uma diversidade de respostas, percebe-se que os pais têm muito apego à terra, a propriedade enquanto tradição familiar, que vem de geração para geração e querem a sua continuidade. As falas a seguir registram estas questões:

[...] Por que sempre o levei junto para fora, sempre participei, mostrei o lado bom e ruim da atividade, ano passado quando ele terminou o primeiro grau ele tomou a iniciativa de ir para escola agrícola em Palmeira das Missões, tem muita dificuldade quarto coletivo, banheiro coletivo, em casa ele tinha um suíte, e mesmo assim ele quer final de semana vem para casa doente para ir para fora trabalhar, eu no sábado tenho que deixar o meu lazer que é jogar boxa, para levar ele pra fora, trabalhar com trator e fazer as coisas, e faço para que ele continue gostando de lavoura [...] (Entrevistado 8).

[...] O Felipe desde que nasceu participava lá fora era a paixão dele, gosta da natureza, gostava de andar a cavalo, participar na horta, estar com a família. Os pais faziam gosto em ensinar o filho a participar no meio rural. O contato com o que tem de mais puro, quando era criança ele chegava do colégio e queria ir para fora e nós o levávamos, eu me dispunha a levar ele, e o fato dele ter continuado é a prova de que tudo deu certo, o rumo que a gente colocou ele e ele escolheu, apostou e acreditou e nos aprovou nesse sentido. Ele aceitou esse mundo para ele, e faz com a dedicação que via com que nós fazíamos, a prova dele continuar é a prova dos nossos objetivos de vida, que ele escolheu [...] (Entrevistado 9).

[...] Tenho plena convicção que o dia que eu faltar eles vão assumir, porque eles veem desde pequeno, tem raízes na agricultura, tem a procedência dos pais e dos avós e hoje estão exercendo a atividade dentro do agronegócio, o dia que eu parar eles vão assumir [...] (Entrevistado 10).

[...] É uma atividade que eles estudaram para isso, e estão trabalhando na propriedade que um dia vai ser deles e vão dar seguimento, era do meu pai, a gente agrago mais, agora é com eles, pois foi iniciado por mim e minha esposa, desde criança trabalham aqui, fazem isso porque gostam [...] (Entrevistado 11).

[...] Acho que é o melhor pra eles, pois eles não tem estudo para trabalhar em alguma firma ou outro lugar, desde criança trabalham aqui fora [...] (Entrevistado 17).

[...] A princípio é assim o filho foi com 14 anos para Porto Alegre, daí desde os 16 anos ele trabalhava na XP investimentos, e daí achei como maneira dele vir pra cá era construindo a empresa de recebimento de grãos, fertilização e produção de sementes, para atrair ele, eu comprei o terreno visando isso, daí esperei ele se formar, e construí para ele vir para cá, pois só para a agricultura ele não viria então no momento que construí a empresa isso se tornou interessante para ele em vir ajudar a cuidar. Isso que fiz para ele vir para cá. Ele não tinha a aptidão para agricultura, hoje com a empresa ele é totalmente envolvido, pela questão da produção de sementes e venda de insumos e recebimento, é totalmente rural [...] (Entrevistado 20).

[...] Foram criadas desde pequenas na propriedade com o pai, o pai sempre incentivou e quer que elas tenham conhecimentos sobre a propriedade. Criaram-se e foram forjadas aqui fora [...] (Entrevistado31).

Conforme já apontado no capítulo referente à revisão bibliográfica, os estudos referentes à sucessão geracional têm mostrado a crescente desistência dos filhos em seguir na ocupação de agricultor. Neste cenário, a perspectiva que todo filho de agricultor seria agricultor não tem se concretizado (CHAMPAGNE, 1986). Atualmente, a continuidade das propriedades através da sucessão geracional passa por uma série de fatores que não necessariamente é mais a obrigação moral de ficar tocando o mesmo negócio e o mesmo patrimônio da família (SPANEVERELLO, 2008; SILVESTRO et al., 2001, ABRAMOVAY, et al., 1998).

Com isso, os filhos de produtores passam a olhar o meio rural como um campo de escolhas, pois ficar na agricultura passou a ser uma possibilidade frente à proximidade do meio rural com o meio urbano, o maior acesso ao educação e determinados bens (SPANEVERELLO, 2008; SILVESTRO et al., 2001, ABRAMOVAY, et al., 1998). Para Woortmann (1995, p. 196), “o “nós” coletivo da família tende a ser substituído pelo “eu” de cada indivíduo” e aponta um impasse quanto à reprodução devido aos projetos individuais dos filhos estarem em oposição aos projetos coletivos familiares. Neste sentido, segundo a autora, aos pais resta cativar um sucessor, ou seja, é preciso “ajudar” os filhos a despertar o desejo pela agricultura e pelo morar no meio rural.

Hoje é necessário cativar um sucessor, modernizando a unidade de produção e realizando a transmissão da propriedade mais cedo, apesar das consequências para os mais velhos. É preciso também, ou melhor, principalmente, “cativar” uma noiva para ele, suprimindo a casa com eletrodomésticos e outros símbolos modernos. Se é difícil reter o herdeiro ou convencer alguém a aceitar tal posição, mais difícil ainda é conseguir-lhes uma esposa disposta a permanecer na colônia, pois as mulheres também migram. Esse quadro faz com que em muitas casas reste apenas um herdeiro celibatário e seus velhos pais (WOORTMANN, 1995, p. 197).

Para Spanevello et al., (2014) a manutenção da sucessão geracional das propriedades está relacionada com as estratégias que os pais montam no sentido de garantir a sucessão

geracional. Segundo os autores, as estratégias estão diretamente ligadas às possibilidades simbólicas e materiais que os mesmos podem dar aos filhos. Ou seja, para garantir a continuidade dos estabelecimentos os pais procuram “segurar” os filhos lançando mão de distintas estratégias. Estas estratégias, afirmam os autores, são caracterizadas como simbólicas e materiais. Na dimensão simbólica destaca-se, especialmente, a percepção positiva da ocupação agrícola e a garantia da autonomia na gestão do estabelecimento ou mesmo na execução de algumas atividades por parte dos filhos. Na perspectiva material, os pais garantem bens (terra, imóveis, automóveis, modernização da atividade, novas atividades geradoras de renda) para favorecer a permanência de pelo menos um sucessor.

Os dados desta pesquisa apontam que os pais entrevistados lançam mão de distintas estratégias, podendo ser encontrado mais de uma estratégia por entrevistado. Para facilitar a compreensão das estratégias utilizadas por cada entrevistado e o tipo de estratégia de cada um fez-se uso da descrição das mesmas em Quadros detalhados a seguir.

No total, foram registrados seis tipos de estratégias: 1) Estratégia motivacional ligada a ocupação; 2) Estratégias de autonomia; 3) Estratégia de novos investimentos; 4) Estratégia de fornecimento de estudo; 5) Estratégia de ocupação urbana e 6) Estratégia de doação de bens.

4.2.4.1 Estratégia motivacional ligada à ocupação

Diz respeito ao estímulo que os pais dão aos filhos no sentido da percepção positiva da ocupação agrícola, do fato dos filhos gostarem da atividade por participarem dela desde crianças, através da socialização do trabalho, da percepção dos filhos que viver no campo implicando em melhores facilidades e condições de trabalho comparativamente ao meio urbano e a infraestrutura disponível nas propriedades, conforme explicitado no (Quadro 08).

A partir das entrevistas realizadas, constata-se que a grande maioria dos entrevistados, apontou três estratégias motivacionais: gostar da atividade, melhores condições de trabalho no campo e infraestrutura da propriedade. Apenas 01 entrevistado não citou fazer uso desta estratégia motivacional, três citaram apenas gostar da atividade,

Considerando que uma motivação para permanecer é gostar da atividade, Champagne (1986) já afirmava entre os agricultores franceses que o desejo dos filhos ficar no lugar dos pais está diretamente relacionado com a aprendizagem e o desenvolvimento pelo gosto da ocupação. Spanevello (2008) afirma que o discurso positivo dos pais sobre a ocupação e suas

vantagens em relação ao trabalho urbano e estratégico no despertar da vontade dos filhos permanecer, pois tende a imprimir nos filhos uma visão positiva sobre trabalhar e viver no campo, funcionando como estímulo a permanência. Por outro lado, discursos negativos que relatam apenas as dificuldades do trabalho, da renda e do viver no meio rural podem favorecer a saída dos filhos.

Outra estratégia motivacional a permanência diz respeito à visão que o trabalho no campo é melhor que o trabalho urbano. Esta classificação como “melhor” diz respeito ao fato que o renda da propriedade pode ser até mesmo superior ao trabalho urbano, além do fato do trabalho agrícola poder ser realizado com horário flexível dentro da ideia que o produtor é seu próprio patrão. Conforme Champagne (1986), as decisões de ficar ou sair do campo estão atreladas as perspectivas relacionais com que os produtores se comparam, especialmente com grupos urbanos. Neste caso, ao acionar o comparativo, os produtores visualizam como vantagem para os seus filhos exercer o trabalho agrícola devido a autonomia de horário ou flexibilidade e a possibilidade de gerar renda superior.

A terceira estratégia ligada ao campo motivacional mais citada é a questão da infraestrutura da propriedade. Aqui situam-se os produtores como maior área ou área mais mecanizada, com maquinário e possibilidade de contar com mão de obra assalariada. Soma-se ainda a esta infraestrutura, o acesso a itens de lazer como internet, TV, entre outras.

Verifica-se que apenas um entrevistado não apresentou esta estratégia. Portanto, percebe-se que os pais têm o desejo de ter sucessor na propriedade rural, bem como utilizam de estratégias variadas para que este tenha a aptidão para a agropecuária, estimulando o convívio, frequentando a propriedade, trabalhando na terra, pois é uma tradição familiar, passar a propriedade de geração para geração, e dar a continuidade no trabalho de vida dos pais no campo. Conforme o Quadro 8, os pais destacam algumas estratégias que estão fazendo uso para manter o sucessor na propriedade.

Quadro 8: Estratégia ligada a ocupação.

(continua)

E	Estratégia 1 - Motivações pessoais
(E) 1	Gostar e saber trabalhar na atividade, melhores condições de trabalho no campo, infraestrutura da propriedade.
(E) 2	Gostar e saber trabalhar na atividade, melhores condições de trabalho no campo, infraestrutura da propriedade.
(E) 3	Gostar e saber trabalhar na atividade, melhores condições de trabalho no campo, infraestrutura da propriedade.
(E) 4	Gostar e saber trabalhar na atividade, melhores condições de trabalho no campo,

	infraestrutura da propriedade.
(E) 5	Gostar e saber trabalhar na atividade, melhores condições de trabalho no campo, infraestrutura da propriedade.
(E) 6	Gostar e saber trabalhar na atividade, melhores condições de trabalho no campo, infraestrutura da propriedade.
(E) 7	Gostar da atividade.
(E) 8	Gostar e saber trabalhar na atividade, melhores condições de trabalho no campo, infraestrutura da propriedade.
(E) 9	Gostar da atividade.
(E) 10	Gostar e saber trabalhar na atividade, melhores condições de trabalho no campo, infraestrutura da propriedade.
(E) 11	Não se aplica.
(E) 12	Gostar e saber trabalhar na atividade, melhores condições de trabalho no campo, infraestrutura da propriedade.
(E) 13	Gostar e saber trabalhar na atividade, melhores condições de trabalho no campo, infraestrutura da propriedade
(E) 14	Gostar e saber trabalhar na atividade, melhores condições de trabalho no campo, infraestrutura da propriedade.
(E) 15	Gostar da atividade, infraestrutura da propriedade.
(E) 16	Gostar e saber trabalhar na atividade, melhores condições de trabalho no campo, infraestrutura da propriedade.
(E) 17	Gostar da atividade; melhores condições de trabalho no campo.
(E) 18	Gostar da atividade, só saber trabalhar na agricultura; melhores condições de trabalho no campo.
(E) 19	Gostar da atividade; melhores condições de trabalho no campo.
(E) 20	Gostar da atividade; melhores condições de trabalho no campo, infraestrutura da propriedade.
(E) 21	Nova oportunidade de negócio e trabalho.
(E) 22	Gostar da atividade; melhores condições de trabalho no campo, infraestrutura da propriedade.
(E) 23	Melhores condições de trabalho no campo.
(E) 24	Melhores condições de trabalho no campo.
(E) 25	Gostar da atividade
(E) 26	Gostar da atividade; melhores condições de trabalho no campo, infraestrutura da propriedade.
(E) 27	Gostar da atividade; melhores condições de trabalho no campo, infraestrutura da propriedade.
(E) 28	Gostar da atividade; infraestrutura da propriedade.
(E) 29	Gostar da atividade; melhores condições de trabalho no campo, infraestrutura da propriedade.
(E) 30	Gostar da atividade; melhores condições de trabalho no campo, infraestrutura da propriedade.
(E) 31	Gostar da atividade; melhores condições de trabalho no campo, infraestrutura da propriedade.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim os pais proporcionaram, e motivaram os filhos a permanecer em 27 propriedades, e o motivo é por gostarem da atividade, tal fato dá-se pelo convívio, renda (capital financeiro), tradição (cultura), trabalho (capital humano) e aptidão (cultura). Em cinco propriedades, é pelos filhos só saberem trabalhar na agricultura e não ter experiência em outro trabalho. Em 22 casos os pais afirmam que os filhos avaliam que trabalhar no campo é melhor que na cidade (salário melhor, horário flexível). Em 21 casos os pais têm boas condições de área e infraestrutura na propriedade para dispor aos filhos, e em 13 casos têm boas condições de internet, TV, servem como influenciador e em apenas uma propriedade foi pôr uma nova oportunidade de negócio.

4.2.4.2 Estratégias ligadas à autonomia

Diz respeito ao estímulo que os pais dão aos filhos a estar à frente na realização do trabalho, no gerenciamento da atividade produtivas e dos negócios que a envolvem e no gerenciamento da renda gerada. Os resultados gerados mostram que a quase totalidade faz uso das estratégias de autonomia, seja na realização do trabalho, no gerenciamento dos negócios e na renda, podendo fazer uso de mais de uma estratégia, conforme detalhado no (Quadro 9) a seguir.

De modo geral, a quase totalidade apresenta uma estratégia de divisão de trabalho considerada igual entre os pais e os sucessores. Na maioria das propriedades, em 21 casos, a estratégia adotada é a divisão de tarefas de forma igualitária, não sobrecarregando nenhum. Em 07 propriedades o pai deixou o filho tocar o trabalho sozinho com autonomia, e o pai apenas ajuda. Em 03 propriedades os pais ficam com a maior parte do trabalho e o filho ajuda quando precisa, e em apenas em 01 propriedade o filho não ajuda o pai, apenas trabalha na sua atividade independente.

A estratégia de gerenciamento dos negócios merece destaque tendo em vista as particularidades que apresenta. É preciso dizer que nenhum entrevistado afirmou que o sucessor possui gestão dos negócios de forma plena, ou seja, os sucessores apresentam autonomia em alguma atividade relacionada ao negócio como, por exemplo, realizar as tarefas produtivas, mas dividindo com as tarefas burocráticas (tais como serviços bancários) ou possuem autonomia.

Para melhor compreender esta questão, dividiu-se a gestão dos negócios em dois aspectos: a) Gestão burocrática – diz respeito a organização dos custos da propriedade, da

responsabilidade sobre o bloco de produtor, dos serviços bancários, de decidir investimentos e de aplicar recursos, responsabilidade pela manutenção da casa; contratação de mão de obra; b) Gestão produtiva – responsabilidade sobre decisões referentes aos sistemas produtivos (época de plantio, escolha variedades, adubação, tratos culturais, colheita). Ainda que os sucessores atendam de forma integral ou parcial à gestão burocrática e produtiva, nenhum sucessor detém a posse da terra ou o patrimônio, conforme já detalhada no item 4.3 relativo à transferência do patrimônio.

Outro item que contempla a estratégia de autonomia diz respeito ao gerenciamento da renda. A gestão financeira refere-se ao gerenciamento da renda gerada contemplando a possibilidade dos sucessores dividir os lucros da produção ou receber um salário ou outra forma de remuneração ou, então, a renda fica concentrada nas mãos dos pais que repassam valores aos sucessores conforme demanda ou necessidade.

Quadro 9: Estratégias ligadas a autonomia¹⁰.

(continua)

E	Estratégia 2 - Autonomia na gestão sobre o trabalho, negócios e renda.
(E) 1	Gestão do trabalho plena do sucessor, gestão burocrática parcial; gestão produtiva parcial, com gerenciamento de renda.
(E) 2	Gestão do trabalho plena do sucessor, gestão burocrática parcial, gestão produtiva parcial, com gerenciamento de renda.
(E) 3	Gestão do trabalho plena do pai, gestão burocrática plena do pai, gestão produtiva plena do sucessor (agrônomo) e sem gerenciamento de renda.
(E) 4	Gestão do trabalho parcial; gestão burocrática plena do sucessor, gestão produtiva plena do sucessor, com gerenciamento de renda.
(E) 5	Gestão do trabalho parcial; gestão burocrática plena do pai, gestão produtiva parcial (agrônomo), sem gerenciamento de renda.
(E) 6	Gestão do trabalho plena do pai; gestão burocrática plena do pai; gestão produtiva plena do sucessor (agrônomo) e com gerenciamento de renda.
(E) 7	Gestão do trabalho plena do sucessor, gestão burocrática plena do pai; gestão produtiva parcial, sem gerenciamento de renda.
(E) 8	Gestão do trabalho plena do pai; gestão burocrática plena do pai, gestão produtiva plena do pai (cursando técnico agrícola), sem gerenciamento de renda.
(E) 9	Gestão do trabalho plena do sucessor, gestão burocrática parcial; gestão produtiva (agrônomo) plena do sucessor sem gerenciamento de renda.
(E) 10	Gestão do trabalho plena do sucessor, gestão burocrática plena do sucessor, gestão produtiva (agrônomo) plena do sucessor, com gerenciamento de renda (paga arrendamento ao pai).
(E) 11	Gestão do trabalho plena do pai, gestão burocrática plena do pai, gestão produtiva plena do sucessor (agrônomo), com gerenciamento de renda (salário).
(E) 12	Gestão do trabalho parcial; gestão burocrática parcial; gestão produtiva parcial (agrônomo) e com gerenciamento de renda (lucros).
(E) 13	Gestão do trabalho plena do sucessor, gestão burocrática plena do sucessor, gestão produtiva plena do sucessor, e com gerenciamento de renda (lucros).
(E) 14	Gestão do trabalho plena do pai, gestão burocrática plena do pai, gestão produtiva plena do pai (cursando técnico agrícola), sem gerenciamento de renda.

¹⁰ Observação:

Gestão burocrática - documentação, blocos, banco, dinheiro, investimentos, alimentação.

Gestão produtiva - tratos culturais, variedades, época de plantio, adubação, culturas.

Gestão operacional - realização de tarefas, trabalho, mão de obra, plantar, colher.

(E) 15	Gestão do trabalho plena do sucessor, gestão burocrática plena do pai, gestão produtiva plena do sucessor e com gerenciamento de renda (salário).
(E) 16	Gestão do trabalho parcial, gestão burocrática parcial, gestão produtiva parcial e com gerenciamento de renda (lucros). Experiência de trabalho em outra propriedade. Independente financeiramente.
(E) 17	Gestão do trabalho plena do sucessor, gestão burocrática plena do sucessor, gestão produtiva plena do sucessor, com gerenciamento de renda.
(E) 18	Gestão do trabalho plena do sucessor, gestão burocrática plena do sucessor, gestão produtiva plena do sucessor, com gerenciamento de renda.
(E) 19	Gestão do trabalho parcial; gestão burocrática plena do sucessor e gestão produtiva parcial, com gerenciamento de renda (salário).
(E) 20	Gestão do trabalho parcial, gestão burocrática plena do pai, gestão produtiva parcial e com gerenciamento de renda (lucros e comissões).
(E) 21	Gestão do trabalho plena do sucessor, gestão burocrática plena do sucessor, gestão produtiva (economista) plena do sucessor, com gerenciamento de renda (atividade independente).
(E) 22	Gestão do trabalho plena do sucessor, gestão burocrática plena dos pais, gestão produtiva plena do sucessor, com gerenciamento de renda (lucros e comissão).
(E) 23	Gestão do trabalho parcial, gestão burocrática plena do pai, gestão produtiva plena do sucessor, sem gerenciamento de renda.
(E) 24	Gestão do trabalho parcial, gestão burocrática plena do sucessor, gestão produtiva (cursando superior) plena do sucessor e com gerenciamento de renda.
(E) 25	Gestão do trabalho plena do sucessor, gestão burocrática plena do sucessor, gestão produtiva plena do sucessor, com gerenciamento de renda.
(E) 26	Gestão do trabalho parcial, gestão burocrática plena do sucessor, gestão produtiva (agrônomo) parcial, sem gerenciamento de renda.
(E) 27	Gestão do trabalho parcial, gestão burocrática plena do pai, gestão produtiva parcial, com gerenciamento de renda.
(E) 28	Gestão do trabalho plena do sucessor, gestão burocrática plena do pai, gestão produtiva (agrônomo) plena do sucessor, com gerenciamento de renda.
(E) 29	Gestão do trabalho plena do pai, gestão burocrática plena do sucessor, gestão produtiva (agrônomo) plena do sucessor, sem gerenciamento de renda.
(E) 30	Gestão do trabalho parcial, gestão burocrática parcial, gestão produtiva (agrônomo) parcial e sem gerenciamento de renda.
(E) 31	Gestão do trabalho plena do pai, gestão burocrática parcial, gestão produtiva (cursando agronomia) plena do pai e sem gerenciamento de renda.

A gestão do trabalho trata-se da realização das atividades na propriedade e no negócio, de quem realiza ou executa as atividades. O trabalho operacional (mão de obra) e a realização de tarefas do dia-a-dia (plantar, colher) da propriedade em 07 propriedades é o pai quem faz este tipo de gestão, em 13 propriedades a gestão do trabalho plena fica a cargo do sucessor, enquanto em 11 propriedades a gestão sobre o trabalho é parcial, dividida entre o sucessor e pai.

A gestão burocrática diz a respeito à organização dos custos da propriedade, da responsabilidade sobre o bloco de produtor, dos serviços bancários, de decidir investimentos e de aplicar recursos, responsabilidade pela manutenção da casa; contratação de mão de obra. Em 13 propriedades, a gestão burocrática plena fica sobre responsabilidade do pai. Em 11 propriedades, a gestão burocrática plena fica a cargo do sucessor. E em 07 propriedades, a gestão burocrática fica a cargo do sucessor e do pai.

A gestão produtiva refere-se à responsabilidade sobre decisões referentes aos sistemas produtivos (época de plantio, escolha variedades, adubação, tratos culturais, colheita), onde 11 propriedades a gestão entre o pai e o sucessor é parcial. Em 17 propriedades, a gestão produtiva plena é do sucessor. E em 03 propriedades o pai faz a gestão plena produtiva da propriedade.

A gestão financeira refere-se à autonomia do sucessor no gerenciamento da renda podendo ser através de uma atividade independente (ficando com os lucros) ou dividir os lucros com o pai, ou através de um salário ou pró-labore. Na maioria (em 20 propriedades - E1; 2; 4; 6; 10; 11; 12; 13; 15; 16; 17; 18; 19; 20; 21; 22; 24; 25; 27 e 28) o sucessor recebe recursos financeiros pelo trabalho de recebimento de salário fixo, de comissões sobre a produção, de comissões sobre a venda de produtos, de dividir os lucros com o pai ou ainda de ficar com a renda gerada pela atividade que gerenciam. Nestes casos, os pais afirmam que o valor recebido proporciona a autonomia financeira do sucessor, podendo o mesmo destinar o recurso para seus gastos pessoais ou outra forma que achar conveniente sendo que o valor recebido, segundo os entrevistados, ocasiona a independência financeira do sucessor. No entanto, é preciso ponderar que a renda passa primeiro “pelas mãos dos pais” que remuneram os sucessores partir dos acordos da divisão dos lucros ou do fornecimento do salário.

Em 11 propriedades (E3; 5; 7; 8; 9; 14; 23; 26; 29; 30 e 31) a gestão financeira fica a cargo do pai que é o controlador da renda, onde ele remunera o sucessor conforme a necessidade do mesmo. Neste caso, os filhos recebem “mesada” ou recebem de acordo com as

necessidades. A referência à remuneração na forma de “mesada” é dada pelos entrevistados que possuem os filhos ainda estudando (situação de 03 propriedades).

Em síntese, os sucessores que recebem renda através da divisão dos lucros ou de salários, apresentam mais chances de receber mais recursos do que os sucessores que recebem dos pais conforme a necessidade. Este diferencial pode ocasionar, inclusive, a possibilidade de uma independência financeira dos sucessores, podendo investir em novos negócios voltados a produção agropecuária ou não ou até mesmo em seu bem-estar.

Conforme trabalhos de Brumer (2017), Spanevello et al., (2011), Weisheimer (2009), a falta de autonomia dos filhos para executar atividades na propriedade seja relacionada à produção ou à gestão acabam desestimulando os filhos a seguir na atividade. A posição de dependente do pai (que na visão dos filhos pode ser tecnologicamente ultrapassada), não permite as novas gerações “experimental” a aplicação de novas ferramentas de gestão e tecnologia. Esta condição é particularmente incomoda entre os jovens que passam por cursos técnicos ou cursos superiores e não tem do pai a receptividade da aplicação dos novos conhecimentos na propriedade. Da parte dos pais, conforme mostra o trabalho de Spanevello (2008) existe o receio que a inexperiência dos futuros gestores coloque em risco as condições financeiras das propriedades ou até mesmo a manutenção do patrimônio. Este receio justifica muitas das ações efetivadas pelos pais dentro das propriedades em relação aos sucessores: gestão parcial ou a gestão de algum negócio específico, pagamento pelo trabalho através de um valor considerado salário, comissão ou pró-labore ou a liberação de um recurso conforme a demanda a necessidade do sucessor.

4.2.4.3 Estratégia de novos investimentos

Diz respeito ao estímulo que os pais dão aos filhos no sentido da motivação pelo investimento em alguma atividade produtiva ou empreendimento. Compete trazer em destaque, que a estratégia utilizada pelos pais em algumas propriedades é investimentos em atividades diferenciadas, em 11 propriedades as famílias investiram na atividade leiteira como forma de gerar mais renda, motivação e permanência dos mesmos na propriedade rural. Em três, as famílias investiram em empreendimentos (empresas na cidade) como pneus; unidade recebimento de grãos; insumos agrícolas. Outras três investiram em atividades diferenciadas como cavalos crioulos; Agricultura (soja); Pecuária de corte (gado PO Angus). Dois

produtores investiram em áreas de terra para os filhos, e 12 não investiram em nada ou não usaram esta estratégia.

O investimento em atividade leiteira, segundo Niderle; Grisa, (2008 p.59), “possibilita a garantia de uma renda mensal que possibilita maior estabilidade financeira e faça frente a um conjunto de gastos mensais (energia elétrica, telefone, etc.) tem sido um dos principais motivos para a adoção desta estratégia”. No entanto, comparativamente às demais estratégias, os ativos determinantes ou relacionados a esta atividade são os capitais físico e natural. Além do crédito, a produção leiteira demanda outros itens de capital produzido, como estábulo, sala de ordenha, ordenhadeira, resfriador, implantação de pastagens e montagem dos piquetes. Logo, o capital natural para a atividade leiteira não demanda de grandes áreas de terra (comparativamente a soja), permitindo o desenvolvimento em pequenas propriedades (NIDERLE; GRISA, 2008 p.59). O Quadro 10 a seguir demonstra os investimentos dos entrevistados.

Quadro 10: Estratégias ligadas a investimento.

E	Estratégia 3 – Atividades diferenciadas
(E) 1; 2; 3; 4; 6; 7; 8; 9; 12; 26; 29	Não se aplica.
(E) 5; 28.	Compra área de terra para os filhos.
(E) 10.	Cavalos crioulos.
(E) 11.	Empresa de insumos agrícola para os filhos.
(E) 13; 14; 16; 17; 18; 19; 20; 22; 23; 24; 27.	Leite.
(E) 15.	Empresa na cidade (pneus).
(E) 21.	Unidade de recebimento de grãos em Cruz Alta.
(E) 25.	Lavoura. A família sempre foi pecuarista.
(E) 30.	Gado de raça PO Angus.
(E) 31.	A família está pensando em investir em outras atividades.

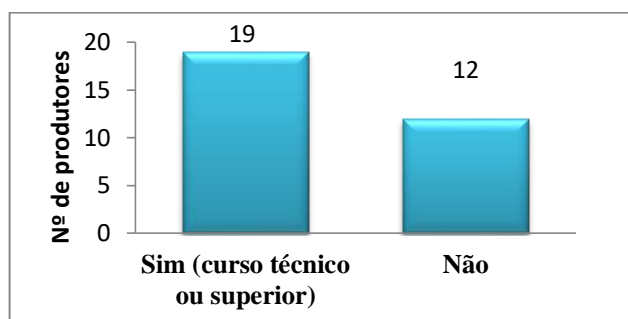
Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2.4.4 *Estratégia de fornecimento de estudo*

Trata do estímulo que os pais dão aos filhos no sentido da motivação pela a permanência depois de passar pelo ensino técnico ou superior. O estudo (técnico ou superior) foi ativo bastante usado pelos pais onde 19 produtores possibilitam aos filhos, curso técnico ou superior, pensando no futuro do filho e da propriedade. Destaca-se os Entrevistados (E):

E3; E5; E6; E7; E8; E9; E10; E12; E14; E15; E16; E19; E23; E25; E26; E28; E29; E30 e E31 que citaram este ativo como estratégia para manter o sucessor. Assim através deste ativo ocorre o desenvolvimento e a qualificação pessoal dos sucessores o que resultara no desenvolvimento da propriedade rural.

Gráfico 29: Estratégia pela qualificação profissional.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ressalta-se que em (19 produtores) propriedades entrevistadas os pais afirmam que o estudo técnico e superior motivou a permanência do filho como sucessor na propriedade. A Educação (capital humano), a qualificação para exercer a profissão de agricultor rural são estratégias usadas pelos pais para manter a sucessão.

[...] Sim, está estudando para ser o possível sucessor, está fazendo o técnico agrícola e esta pensando em fazer agronomia [...] Entrevistado 8.

[...] Já trabalhava na propriedade, estudaram o que eles vão praticar aqui [...] Entrevistado 11.

[...] Sim, foi se qualificar para tocar a atividade [...] Entrevistado 19.

[...] Fernando estudou agronomia para aplicar seus conhecimentos [...] entrevistado 24.

Logo, o estudo foi usado como forma estratégica para manter ou condicionar a sucessão, os cursos destacados foram Técnico agrícola; Agronomia, Administração e Economia.

Os resultados de Panno e Machado (2014), se contrapõem a estes, pois neste estudo é uma estratégia de qualificação, para que os sucessores fiquem na propriedade e deem seguimento. Na pesquisa de Panno e Machado (2014), os filhos estudam para sair da propriedade. Este trabalho foi realizado na região do Médio Alto Uruguai, caracterizada por ser essencialmente agrícola e tem na agricultura familiar sua característica mais expressiva. A

microrregião de Frederico Westphalen faz parte deste contexto, contemplando centros de qualificação importantes no setor agrícola, com cursos de Ensino Médio, Tecnológicos e de Graduação para a área. A maioria dos jovens que buscam esse aperfeiçoamento, principalmente no curso superior, depois de formados não têm retornado para as propriedades da família para desenvolvê-la com as técnicas e conhecimentos adquiridos. Pelo contrário, o fato de terem estudado os direciona para o mercado de trabalho urbano, tido como mais seguro e menos oneroso, oportunizando maior tempo para si, entre outros atrativos urbanos. No entanto os jovens só pensaram em voltar se não estiverem bem colocados como engenheiro agrônomos.

4.2.4.5 Estratégia de ocupação urbana

Essa estratégia diz respeito à motivação realizada com os filhos para que voltassem à propriedade para ser o sucessor. Destaca-se que é sobre uma motivação devido à experiência negativa na cidade, em que os filhos resolveram tentar outra forma de vida. Em 4 propriedades os filhos tentaram aventurar uma nova realidade, mas não deu certo, e resolveram voltar para ser o sucessor.

[...] Sim. Foi trabalhar em Chapecó, trabalhou na Aurora, mas não deu certo [...] (Entrevistado 15).

[...] Sim a filha foi trabalhar na cidade, porém não deu certo e preferiu voltar [...] (Entrevistado 21).

[...] Sim, trabalhou na cidade e voltou [...] (Entrevistado 22).

[...] Sim, na cidade eles viram que não é o lugar deles [...] (Entrevistado 29).

Evidencia-se que 03 propriedades, em que os sucessores saíram, são caracterizadas como minifúndios onde a escala de produção, tamanho de área é menor. Pode ser um motivo que tenha levado a esta saída, aventurar uma nova possibilidade tendo em vista as condições produtivas e de renda das propriedades. No caso do entrevistado 29, a filha sucessora (graduada em Engenharia Química), retornou após experiências de trabalho urbano em empresas multinacionais. Esta situação de retorno, segundo o entrevistado, deve-se ao fato sua propriedade ser considerada de grande porte e os “números que a lavoura representa”, levou a filha a considerar que os ganhos na propriedade eram melhores que os da cidade, por isso, a filha voltou. Além dos ganhos, a possibilidade de o pai oferecer carro e outros benefícios que permitem a mobilidade da sucessora e sua independência também se somam nesta escolha de

retorno. Conforme afirma Champagne (1986), hoje os jovens acionam um campo de escolhas sobre as ocupações que desejam ter acionando um comparativo entre o que é rentável para eles.

4.2.4.6 Estratégia de doação de bens

Sua característica é estímulo que os pais dão aos filhos no sentido da motivação pela doação de bens (capital físico). Destacam-se entre estes bens: carro; moto; área de terra; casa separada na propriedade dos pais; maquinários; poupança; salário; casa na cidade; auxílio financeiro para instalar uma atividade independente dentro da propriedade ou fora dela (animais).

Esta é principal estratégia usada pelos pais para motivar a sucessão onde à doação de bens, ou seja, os capitais físicos através dos ativos como carro, casa na cidade, terra, infraestrutura, maquinários tiveram grande relevância. O capital financeiro com os ativos salário ou remuneração e auxílio financeiro para instalar uma atividade independente dentro da propriedade ou fora dela (para compra animais), também acentuada nas entrevistas.

Os pais proporcionaram aos seus sucessores investimentos, dentre eles nove investiram em maquinários, e 11 em terra (solo, adubação e aquisição) a doação de um pedaço de terra para fixar o filho na propriedade. Além dos bens que utilizam como estratégias para permanência dos filhos nas propriedades 19 afirmam doar carro para os filhos e dois motos. Analisando no geral tal estratégia percebida nas pequenas propriedades que hipoteticamente teriam menos condições de oferecer bens e infraestrutura. Logo, 08 produtores doaram uma casa (capital físico) na cidade. Nove deram auxílio financeiro para instalar uma atividade independente dentro da propriedade (animais) ou fora dela (empreendimento) (capital físico). No entanto sete deram salário (capital financeiro) ou remuneração para permanência dos filhos e três casas separada na propriedade. Nenhum doou poupança para os filhos e um possibilitou o intercâmbio para as filhas.

Portanto, em todas as propriedades com sucessão houve algum tipo ativos, através de bens ou investimentos para os filhos, que proporcionaram a permanência do sucessor na propriedade. Spanevello et al., (2014) afirmam que a sucessão pode ser motivada por questões materiais e objetivas, podendo ser a doação de bens que garantam a mobilidade dos sucessores, tais como carros, motos ou mesmo terras colocadas no nome dos filhos, conforme ilustrado no (Quadro 11).

Quadro 11: Estratégias ligadas aos bens materiais.

(continua)

E	Estratégia 6 – Bens materiais
(E) 1	Terra, máquinas e casa na cidade.
(E) 2	Carro, terra, casa separada na propriedade dos pais, maquinários e auxílio financeiro para instalar uma atividade independente (animais).
(E) 3	Carro, salário e casa na cidade.
(E) 4	Maquinários e salário.
(E) 5	Carro, área de terra e casa na cidade.
(E) 6	Carro e casa na cidade.
(E) 7	Carro, moto, salário e remuneração pelo trabalho e casa separada na propriedade.
(E) 8	Moto, salário.
(E) 9	Carro, maquinários e casa na cidade.
(E) 10	Carro.
(E) 11	Carro, área de terra, casa da cidade, auxílio financeiro para instalar uma atividade independente (animais).
(E) 12	Carro e maquinários.
(E) 13	Área de terra, casa na propriedade separada dos pais e maquinários.
(E) 14	Não se aplica
(E) 15	Carro, salário, casa na cidade, auxílio financeiro para o filho instalar uma atividade independente (empresa de revenda de pneus).
(E) 16	Não se aplica.
(E) 17	Terra para quem ficasse com os pais na velhice.
(E) 18	Área de terra. Auxílio financeiro para o filho instalar uma atividade independente na propriedade.
(E) 19	Carro e salário.
(E) 20	Salário e remuneração pelo trabalho.
(E) 21	Auxílio financeiro para o filho instalar uma atividade independente fora da propriedade. (empresa para o filho)
(E) 22	Carro e Animais (vacas).
(E) 23	Investimento na atividade do leite.
(E) 24	Carro; maquinário; auxílio financeiro para instalar uma atividade independente na propriedade.
(E) 25	Carro e área de terra.
(E) 26	Carro; área de terra e casa na cidade.
(E) 27	Carro; área de terra, maquinário e casa na cidade.

(E) 28	Carro e auxílio financeiro para o filho instalar uma atividade independente na propriedade.
(E) 29	Carro maquinário e terra.
(E) 30	Carro e casa na cidade.
(E) 31	Intercâmbio.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir de todas as estratégias destacadas acima, é possível sistematizar as motivações que levaram os pais a adotar tais estratégias considerando os capitais e os ativos existentes na família e nas propriedades, conforme ilustrado no Quadro 12. Em suma foram sintetizados os capitais do item 2.1.1 são cinco as principais categorias de capital que constituem os ativos: capital natural, físico, humano, financeiro e social, conforme detalhado a seguir.

Quadro 12: Síntese das análises dos ativos e da formação das estratégias facilitadoras da sucessão geracional.

(continua)

Ativos das Famílias	Atividades agropecuárias	Estratégias
Capital Humano: Educação, trabalho (mão de obra), Autonomia e tomada de decisão.		<ul style="list-style-type: none"> - A maioria das famílias contratam mão de obra de terceiros para tarefas relacionadas ao trabalho operacional, braçal, o que favorece a atuação dos entes da família em trabalhos voltados a gestão e técnicos, em 21 propriedades. Em 10 propriedades não são contratadas mão de obra, fato visto em pequenas propriedades, com atividades voltadas a pecuária leiteira. Logo a estratégia de contratar mão de obra pode favorecer o sucessor a ficar, pois fara menos trabalhos relacionados à mão de obra. - Em 52% das propriedades o pai divide os lucros com os filhos, o que é uma estratégia interessante onde o filho se sente valorizado. - A maioria das propriedades tem em seus entes estudo médio e superior, as propriedades médias e grandes têm nos filhos o incentivo a educação como estratégia até para dar continuidade na atividade. - A maioria das propriedades as decisões produtivas, relacionadas às técnicas de produção são divididas entre pai e filho, resultando em certo grau de autonomia ao filho na tomada de decisões. - A busca de inovação e o incentivo a inovação em 71% das propriedades fica sob responsabilidade do filho sucessor, o que demonstra incentivo e responsabilidade que o pai atribui ao filho. - A maioria das propriedades dispõe meios que possibilitam o acesso ao lazer aos filhos.

<p>Capital Social: Relações familiares, com a comunidade, culturais, entre indivíduos.</p>	<p>Agricultura (Soja, Milho, Trigo, Aveia e Azévem)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - As relações familiares são boas e ótimas nas propriedades, os pais primam pela relação familiar. - Os filhos e os pais participam de organizações sociais que possibilitam troca de experiências, cultura e conhecimento (sindicatos, associações, cooperativas). - As propriedades recebem assistência técnica, pais e filhos consideram importante pois reflete diretamente na produção e produtividade.
<p>Capital Natural: Recursos ambientais, área, solo, terra, água na propriedade</p>	<p>Pecuária de Leite</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Das propriedades rurais 23 são caracterizadas como médias e grandes, 8 minifúndio e pequenas; a maioria dos entrevistados áreas grandes e 90% considera a área suficiente para manutenção da família. - A soja é a principal atividade produtiva das propriedades economicamente, mesmo as propriedades de bovinocultura de leite, tem ela como associação - As propriedades tem acesso a água de boa qualidade. - Não há condições adversas a produção agrícola que preocupem as famílias que sejam empecilho a sucessão, única é o clima que é uma variável incontornável.
<p>Capital Físico: Moradia, infraestrutura da propriedade, bens.</p>	<p>Pecuária de corte</p>	<ul style="list-style-type: none"> - As propriedades são próximas a cidade em média 19 quilômetros, o que faz com que a família resida na cidade e faça o deslocamento diariamente. - 29 propriedades dispõem de trator e outros implementos o que demonstra que o investimento em maquinário é uma estratégia de sucessão, mesmo as propriedades menores buscam mecanizar para diminuir o trabalho braçal. - 30 Propriedades fazem o uso de tecnologias e práticas produtivas diferenciadas (sementes melhoradas, animais de genética) resultando em melhor aproveitamento da área e aumento da produção. - As propriedades dispõem de energia elétrica, estradas e rede de comunicações.
<p>Capital Financeiro: Receitas agrícolas e não agrícolas, ganhos financeiros da família</p>		<ul style="list-style-type: none"> - As atividades agropecuárias em 19 propriedades possibilita uma renda mensal de mais que 5 s.m e 6 propriedades de 3 a 4 salários e 5 propriedades de 2 a 3 s. m. A renda que as atividades possibilitam, mesmo em propriedades de menor escala é o atrativo aos sucessores, sendo melhor que o emprego urbano. - 18 Propriedades tem renda fora da atividade agropecuária (aposentadoria rural). - As famílias investem e fazem investimentos nas atividades agropecuárias, mostrando interesse em inovar. Os investimentos são em maquinário, animais, alimentação dos animais e terra. - As famílias têm como estratégia para aplicar guardar dinheiro o armazenamento de grãos e a poupança. E nos momentos de necessidade faz a venda dos grãos e opta pelo crédito bancário.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme o capital social, os grupos sociais, a convivência faz com que os entes estejam envolvidos com pessoas do meio rural ou outros, são estratégias que podem envolver negócios futuros ou facilidade no acesso de certos eventos, pessoas, informações. O status “agricultor”, em alta na região, é algo pujante na sociedade, que abre portas. Destaca-se, também, a importância dada aos técnicos e suas contribuições no desenvolvimento das propriedades.

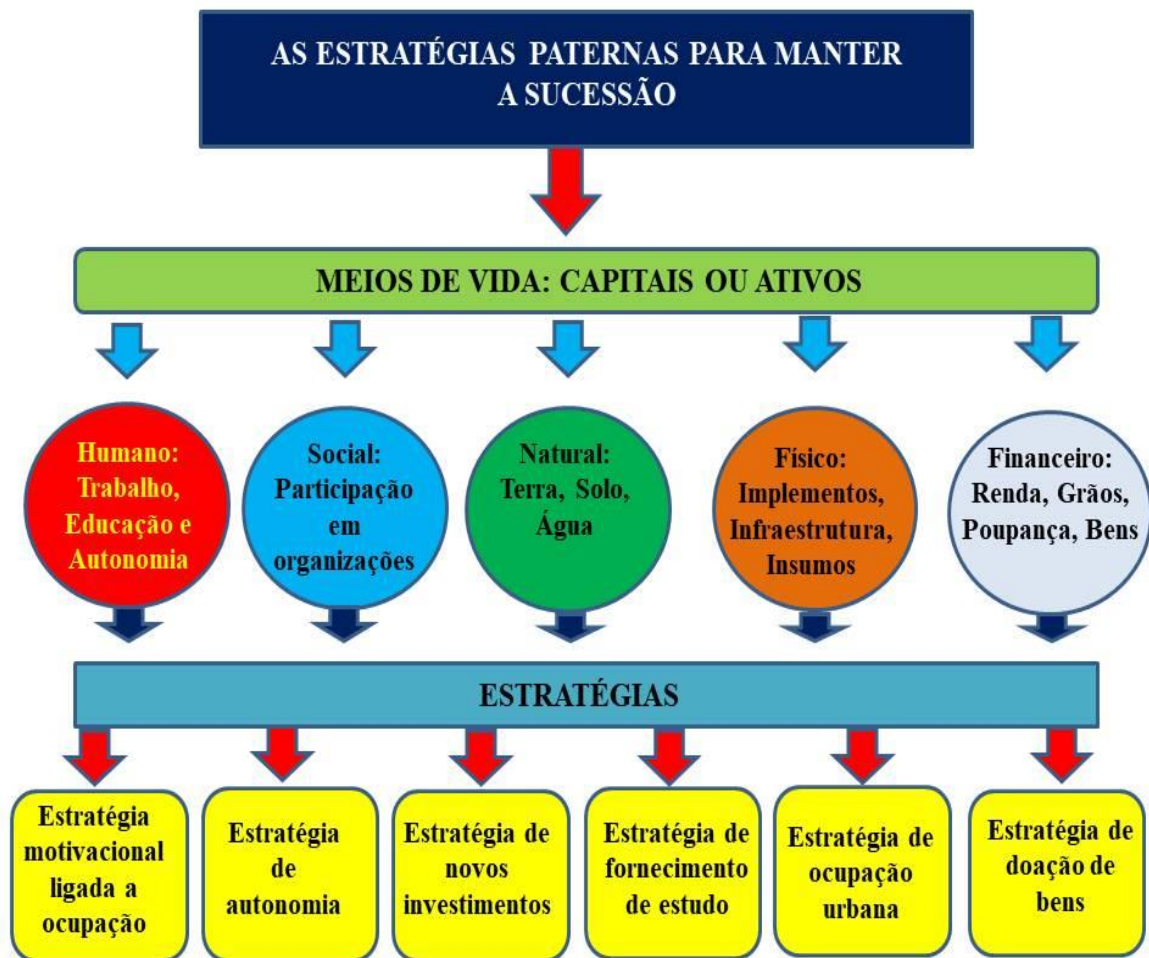
Evidencia-se que as participações em palestras, cursos, dias de campo para capacitação e aprendizagem, oriundos do capital social potencializam o capital humano, originando conhecimento, desenvolvimento e qualificação para as atividades agropecuárias.

Conforme Ellis (2000), o capital humano e social facilita a diversificação, aumentando a gama de oportunidades a partir das quais a escolha pode ser feita. A diversificação também pode ser usada como instrumento para aquisição ou aumento de ativos, por exemplo, geração de renda em dinheiro que é investida em educação ou melhorias no capital físico da propriedade. Quanto mais fácil for converter um tipo de ativo em outro, mais opções são abertas para a geração de meios de vida e maior a possibilidade de substituíbilidade entre as atividades. Por exemplo, se o capital natural (terra, arrendamento)) pode ser facilmente convertido em capital humano (educação, saúde, habilidades), isso aumenta o alcance das opções de subsistência abertas para a propriedade. Nitidamente, o mais substituível de todos os ativos é o dinheiro sob a forma de poupança ou crédito disponível. Isso pode ser usado para aumentar ou melhorar a qualidade de qualquer outro recurso sob controle familiar ou da propriedade.

A renda é muito importante, pois os pobres tendem a possuir baixo capital humano sob a forma de habilidades e níveis de educação que efetivamente os destrói em mercados de trabalho com melhor remuneração. Esta relação é confirmada principalmente por estudos de caso realizados na Ásia rural e na América Latina, com um exemplo da África. Estes estudos de caso correspondem a situações em que a propriedade da terra ou a falta dela é o principal fator de ativos que separa os pobres rurais com terra dos pobres rurais sem terra. Aqueles que possuem terra podem continuar a obter a maior parte de seus rendimentos da agricultura, enquanto aqueles que não têm terra devem buscar a sobrevivência em outras atividades. A África rural, o aumento dos níveis de renda está associado a uma maior diversidade de meios de vida. Estes estudos de caso correspondem a situações em que o gado e o capital humano são os bens que separam os pobres rurais com terra dos pobres rurais sem terra (ELLIS, 2000).

No estudo de Ellis (2000), os membros mais jovens são mais inovadores e com maior grau de escolaridade e quando migram a propriedade perde ou reduz a capacidade de trabalho físico e habilidades agrícolas. A migração também enfraquece a capacidade das comunidades rurais de pequenas propriedades de se defender politicamente. Conforme Silvestro et al., (2001), as comunidades rurais e as propriedades perdem quando saem os jovens, pois perdem a capacidade inovadora de gerir novos negócios nas propriedades ou de melhorar os já existentes. Ainda, segundo os autores, as estruturas sociais comunitárias também se reduzem escolas, igrejas e centros comunitários vão se terminando sem a presença de jovens e sem a presença de formação de novas famílias.

Figura 4: Síntese das estratégias paternas.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base em todos os dados a Figura 4 resume a primeira e segunda parte desta dissertação. Ou seja, o objetivo um e dois deste trabalho.

4.3 MODELOS SUCESSÓRIOS

As informações desse tópico visam responder o terceiro objetivo dessa dissertação que trata de apresentar os modelos sucessórios existentes nas propriedades rurais analisadas. A elaboração destes tem como espelho os modelos sucessórios sugeridos por Gasson e Errington (1993). O capítulo está estruturado em dois itens, sendo os primeiros relativos aos modelos sucessórios propostos por Gasson e Errington (1993), enquanto o segundo apresenta os modelos encontrados a partir dos resultados da pesquisa proposta nesta dissertação.

4.3.1 Modelos sucessórios propostos por Gasson e Errington (1993)

Conforme já detalhado no item 2.2.1, os modelos sucessórios sugeridos pelas autoras são basicamente quatro:

Primeiro modelo: é marcado pela autonomia do filho em residir em uma propriedade rural “separado do pai e estabelece uma forma própria de gestão e exerce o processo de tomada de decisão de forma independente. Também é independente financeiramente, mas assume o estabelecimento paterno em caso de aposentadoria do pai”; o filho pode compartilhar máquinas com a propriedade rural do pai de modo cooperativo em horários alternativos. Pode até começar a construir uma base de capital separada para pagar os pais ou irmãos quando ele tomar posse da propriedade rural da família (SPANEVERELLO, 2008 p.43).

Segundo modelo: o filho possui um “negócio separado” na propriedade e “tem boa autonomia na atividade que realiza, podendo ser, por exemplo, uma criação de suínos. O filho aprende a desenvolver ou aprimorar as habilidades que aprendeu com o pai e possui relativa independência financeira, o que lhe permite construir algum capital próprio” (SPANEVERELLO, 2008 p.44).

Terceiro modelo: “o filho reside com o pai e eles trabalham em forma de parceria. O filho vai gradualmente aumentando sua responsabilidade na realização de algumas atividades, com possibilidade de tomada de decisão em determinadas tarefas em comum acordo com o pai” (SPANEVERELLO, 2008 p.44).

Quarto modelo: “O filho mora com o pai, mas participa muito pouco do processo de tomada de decisões das atividades do estabelecimento, apesar de conviver e trabalhar com seu pai e sua família por muitos anos” na mesma propriedade. “O filho é tido como uma força de trabalho importante na propriedade rural e assume como sucessor em caso da morte ou aposentadoria do pai”, podendo apresentar dificuldades na gestão dos negócios devido a dependência do pai por longo tempo (SPANEVERELLO, 2008 p.44).

Para classificar estes modelos, os autores usam ou lançam mão de variáveis como autonomia do negócio, local de moradia e gerenciamento de renda, sendo o primeiro modelo o que retrata uma autonomia administrativa e financeira maior, inclusive como local de moradia fora da propriedade, enquanto o segundo e terceiro modelo retratam uma autonomia relativa do sucessor, tendo autonomia em parte da gestão do negócio e em parte da renda, enquanto o quarto modelo aponta para a ausência de autonomia colocando o sucessor na posição de dependente do pai.

É importante ressaltar que estes modelos propostos retratam a realidade do Reino Unido e foram elaborados a quase duas décadas. No entanto, isso não significa que a proposta não tenha validade para outros contextos rurais ou que sejam modelos ultrapassados. Conforme as autoras mesmo ressaltam, a forma como cada família e propriedade fazem a sucessão envolve uma série de questões produtivas, econômicas, sociais e culturais em momentos distintos da sua trajetória que dificultam inclusive a elaboração de “modelos puros” Conforme Spanevello (2008, p.44):

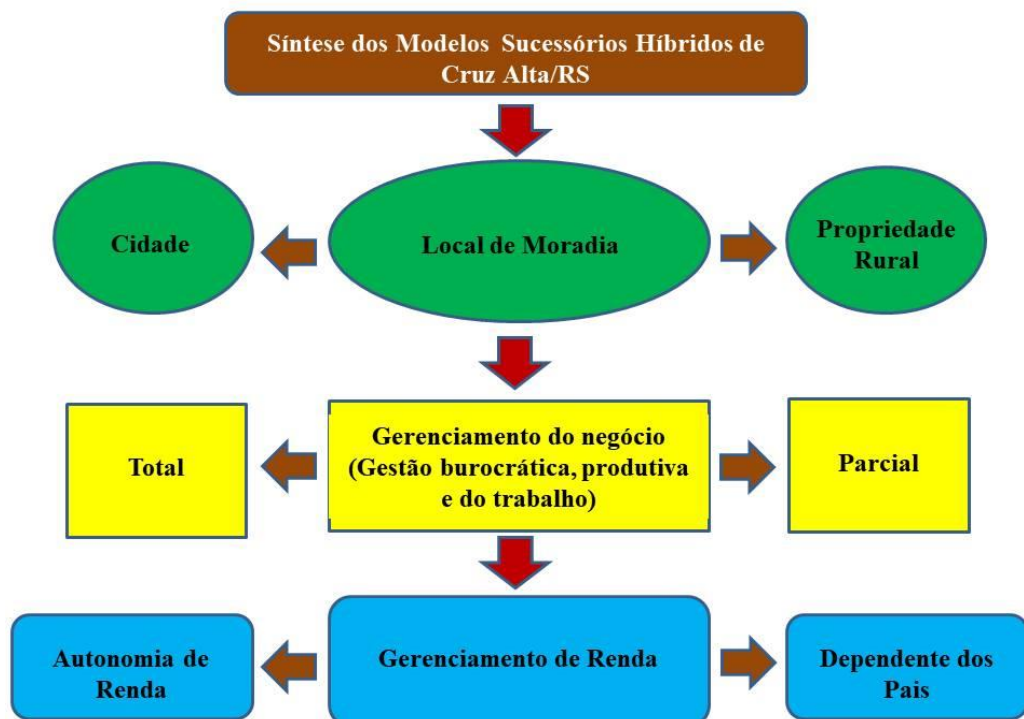
Na realidade, os padrões sucessórios combinam um ou vários elementos de um tipo ou de outro. O que move essas combinações são as particularidades individuais das famílias e dos filhos, mas também as variações geográficas e temporais. Ademais, embora prevaleçam as normas sociais e legal em torno da transferência dos estabelecimentos é provável que o ambiente econômico (diversificação produtiva, tamanho da área) também favoreça ou defina as oportunidades ou restrições à sucessão dos estabelecimentos.

Considerando as questões pontuadas por Ellis (2000), as condições ou os capitais que levam as famílias a diversificar os meios de vida como forma de garantir a sua reprodução social e econômica também implica na construção de diferentes formas e arranjos sucessórios. A diversidade de situações como, por exemplo, o sucessor ter autonomia no gerenciamento da renda ou receber parte dos lucros ou até mesmo salário do pai ou ainda ficar pedindo ao pai quanto precisa sugerem uma seara bastante grande de possibilidades internas de arranjos ou modelos sucessórios só a partir da variável renda. Só a partir desta variável teríamos a possibilidade de montar três modelos.

4.3.2 Modelos sucessórios propostos a partir dos dados da pesquisa

Para a elaboração dos modelos foram selecionadas três variáveis: 1) Local de moradia; 2) Administração do negócio; 3) Gerenciamento da renda. A seleção do local de moradia (variável utilizada no modelo de Gasson e Errington (1993)) diz respeito ao fato do sucessor residir na propriedade (meio rural) ou na cidade. Observou-se nesta pesquisa, um número de sucessores que estão à frente dos negócios paternos apresenta como local de moradia a cidade. Esta condição sugere outra perspectiva a tradicional forma de sucessão que ocorria nas propriedades nas gerações passadas que era viver no e do rural. Nestes casos, vive-se do rural, mas sem fazer do rural o local de moradia. A variável administração dos negócios leva em conta o que os sucessores fazem na questão da administração burocrática e produtiva da propriedade de forma geral.

Figura 5: Variáveis dos modelos sucessórios de Cruz Alta/RS.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A quase totalidade dos entrevistados afirma que os sucessores apresentam autonomia para a realização de alguns aspectos da gestão administração dos negócios, o que significa dizer que a autonomia é dada ou estimulada pelos pais, mas de forma parcial. Em apenas

cinco propriedades, os filhos têm autonomia total administrativa dos negócios. A variável gerenciamento de renda, implica na forma como os pais distribuem a renda gerada pelos negócios da propriedade considerando a forma como os sucessores são remunerados pelo trabalho executado. Foram identificadas três formas de gerenciamento da renda, sendo a primeira àquela que os pais dividem ou remuneram os sucessores, a segunda trata do gerenciamento da renda ser de propriedade do sucessor e a terceira refere-se ao fato dos sucessores não apresentarem gerenciamento apresentando uma condição de dependente do pai.

Ao longo da presente pesquisa foram encontrados seis modelos sucessórios distintos, onde as principais variáveis levadas em consideração são: o local de moradia – propriedade ou cidade; gerenciamento dos negócios (gestão burocrática, produtiva) – parcial ou total; e gerenciamento da renda – autonomia de renda ou dependente dos pais. Conforme a (FIGURA 5) os modelos foram formados. A partir da análise destas variáveis construiu-se os seguintes modelos sucessórios, exibidos no Quadro 13:

Quadro13: Modelos sucessórios do município de Cruz Alta.

Modelos	Características
Modelo 1 Entrevistado 2, 10, 24,	Residência na propriedade em casas separadas (sendo que um entrevistado reside na cidade) com autonomia na administração do negócio e com gerenciamento de renda.
Modelo 2 Entrevistados (9,15)	Residência na cidade, com autonomia na administração do negócio e sem gerenciamento de renda.
Modelo 3 Entrevistados (1,4,6,8,11,12,21,25, 27 e 28)	Residência na cidade, com gerenciamento parcial do negócio e com gerenciamento de renda.
Modelo 4 Entrevistados (7,13,16,17,18,19,20,22)	Residência na propriedade, com administração parcial do negócio e com gerenciamento de renda.
Modelo 5 Entrevistados (3,5,26,29, 31)	Residência na cidade, com gerenciamento parcial do negócio, sem gerenciamento da renda.
Modelo 6 Entrevistados (14,23 e 30)	Residência na propriedade, com administração parcial e sem gerenciamento de renda.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerando as características internas de cada um dos modelos verifica-se haver diferenças em cada um, conforme destacado a seguir.

Modelo 1 – Residência na propriedade, com autonomia na administração do negócio e com gerenciamento de renda.

Neste modelo enquadra-se os entrevistados 2 e 24. As propriedades são consideradas grande (Entrevistado 2) e média (Entrevistado 24). Residem na propriedade e casas separadas, ambos são casados, sendo que o Sucessor 2 é formado em Técnico Agrícola, e o 24 tem ensino superior incompleto. No caso do Entrevistado 24, a família investiu na atividade leiteira como estratégia de fomento à sucessão. Os sucessores desenvolvem o trabalho agropecuário em tempo integral, aprendeu a atividade com o pai desde criança.

A responsabilidade sobre os negócios ou sobre o gerenciamento dos negócios é dos sucessores no tocante à atividade específica que está sob seu comando. Ou seja, os sucessores gerenciam atividades pontuais dentro da propriedade. No caso do Entrevistado 24, é a atividade leiteira. Considerando a situação do Entrevistado 2, o mesmo gerencia a produção de grãos de 100 hectares de uma área doada pelo pai. A renda da atividade que gerenciam é de total domínio dos sucessores.

No caso do Entrevistado 10, o que o diferencia é o fato de residir na cidade. O sucessor é do sexo masculino, casado, formado em Medicina Veterinária. Ressalta-se que além da atividade agrícola é Professor Universitário (o que representa outro ingresso de renda além da atividade agrícola da propriedade). O local de residência é na cidade, desenvolvem o trabalho agropecuário na propriedade em tempo parcial pois conta com mão de obra paga para auxiliar na atividade que aprendeu com o pai desde criança. Quanto às estratégias para motivar a sucessão, o Entrevistado 10 afirma ter investido em cavalos crioulos para incentivar a permanência do sucessor.

Neste caso, o sucessor está à frente dos negócios da propriedade especialmente na produção de grãos. Ou seja, o sucessor possui um negócio ou uma atividade independente (produção de grãos) dentro da propriedade que está sob sua responsabilidade.

Considerando a produção de grãos como uma atividade independente do sucessor, o mesmo têm autonomia administrativa de tocar todo o processo gerencial da atividade (incluindo gestão burocrática e produtiva). Quanto ao gerenciamento da renda, o sucessor também apresenta independência dos pais. O filho fica com dinheiro da atividade que gerencia e paga arrendamento para o pai.

Modelo 2 - Residência na cidade, com autonomia na administração do negócio e sem gerenciamento de renda.

São enquadradas neste modelo, duas propriedades (Entrevistados 9 e 15). São consideradas grandes propriedades. Os sucessores são do sexo masculino, sendo um solteiro e outro casado, sendo ambos Engenheiros Agrônomos. Ressalta-se que além da atividade agrícola, sucessor pertencente ao Entrevistado 15 tem uma revenda de pneus (o que representa outro ingresso de renda além da atividade agrícola da propriedade).

Ambos residem na cidade, sendo que o sucessor do Entrevistado 9 dedica-se a atividade em tempo integral e o 15 em tempo parcial devido a outra atividade não agrícola, ambos pagam mão de obra para auxiliar na execução do trabalho agrícola. Os sucessores aprenderam com o pai desde criança o exercício da atividade. Uma particularidade deste modelo é a presença das mães nos negócios agrícolas junto com os sucessores nas propriedades. As propriedades têm sua origem na herança materna. Os pais têm empreendimentos não agrícolas no meio urbano. As mães entrevistadas afirmam ter partido delas o incentivo à sucessão levando os filhos a ter contato com a propriedade apoiando a cursar Agronomia

Neste modelo, o sucessor está à frente dos negócios da propriedade, especialmente na produção de grãos no tocante ao gerenciamento produtivo e burocrático. Quanto ao gerenciamento da renda, o sucessor também apresenta dependência da mãe, pois o controle financeiro das entradas de renda passa pelas mãos maternas. No entanto, as entrevistadas afirmam fornecer uma “ajuda de custo” aos sucessores.

Modelo 3 - Residência na cidade, com gerenciamento parcial do negócio e com gerenciamento de renda.

As características das propriedades que compõem este modelo são de propriedades grandes (em média 400 hectares) e apenas duas podem ser consideradas médias (com área em torno de 80 hectares). Todos os sucessores são do sexo masculino. A maioria são casados, sendo que cinco sucessores (metade das propriedades enquadradas neste grupo) possuem formação em Engenharia Agrônômica. A residência é urbana e boa parte desenvolve somente o trabalho agrícola na propriedade em tempo integral, sendo que a agricultura é uma atividade que aprendeu desde criança.

São propriedades em que os pais fizeram uso da estratégia de investir em outros negócios para cativar os sucessores (tais como investimentos em lavoura – família produzia gado de corte; área de terra, empresa de insumos agrícolas, unidade de recebimento de grãos e atividade leiteira). Nota-se que os investimentos para os sucessores estão voltados para o negócio agrícola, em dois casos, os investimentos não contemplam necessariamente a

atividade realizada na propriedade como é o caso dos investimentos na empresa de insumos agrícolas e unidade de recebimento de grãos.

Salienta-se que a administração dos negócios pelos sucessores é parcial. Isto se deve ao fato que nenhum dos sucessores assume esta tarefa na sua totalidade. O que se observa é existir uma divisão de tarefas entre os pais e os sucessores. Por exemplo, as questões produtivas: plantar, fazer os tratos culturais, entre outras tarefas, estão sob responsabilidade dos filhos (especialmente onde os sucessores são agrônomos), mas decisões sobre comercialização, investimentos são tomadas de comum acordo com os pais, ou decididas apenas pelos pais ou pelos filhos. Em outros casos, as decisões sobre a comercialização da produção; sobre fazer investimentos e uso do dinheiro sobre uma atividade produtiva na propriedade sob sua responsabilidade verifica-se que os filhos estão à frente. O fato é que neste modelo, a administração dos negócios não tem os sucessores a frente de forma plena.

Quanto à participação no gerenciamento da renda, observa-se que os pais dividem os lucros com os sucessores ou até mesmo pagam salário. Nestes casos, os filhos recebem pelo trabalho executado, apresentando autonomia no uso e destino da renda gerada na propriedade, podendo destinar até mesmo para bens de consumo próprio.

Modelo 4 – Residência na propriedade, com administração parcial do negócio e com gerenciamento de renda.

Este modelo retrata que os sucessores pertencem a propriedades de distintos tamanhos: quatro configuram entre minifúndio e pequenas propriedades e quatro se enquadram como médias e grandes. A residência dos sucessores também apresenta particularidades: cinco residem na propriedade rural em casas separadas, sendo que apenas três apenas na casa dos pais. Quanto ao sexo, três sucessores são mulheres. A escolaridade dos sucessores três é ensino fundamental; dois apresentam ensino médio, um está cursando Administração e dois já estão formados em Administração. Todos desenvolvem o trabalho agropecuário na propriedade em tempo integral, sendo que as atividades agropecuárias aprenderam desde criança.

Uma estratégia marcante desde grupo para garantir a sucessão é o investimento na atividade leiteira como geração de renda, sendo esta estratégia utilizado por sete entrevistados dos oito que compõem este grupo.

Os sucessores apresentam uma administrativa parcial dos negócios, dividindo as atividades com os pais, ou seja, sem uma autonomia de todo o processo. No entanto, quando se trata do gerenciamento da renda, verifica-se situação distinta. Em quatro propriedades os

pais dividem os lucros com os sucessores, em duas os sucessores recebem salários, e outras duas os filhos tem autonomia da renda da atividade que gerenciam. Aqui se encontra a situação do Entrevistado 17, onde é a filha sucessora que gerencia o negócio e fica com a renda. Situação semelhante é o do Entrevistado 22 que também apresenta a filha sucessora (que vivenciou uma experiência de trabalho urbano e retornou), dividindo a gestão dos negócios e a renda com o irmão. Outra situação é apresentada pelo Entrevistado 13, na qual a filha compartilha a sucessão com o irmão, dividindo os lucros da propriedade com o irmão e o pai.

Modelo 5 - Residência na cidade, com gerenciamento parcial do negócio, sem gerenciamento da renda.

As características das propriedades neste modelo são cinco grandes propriedades. Quanto ao estado civil, quatro sucessores são casados, sendo três formados em Engenharia Agrônômica e dois cursando esta graduação. Três sucessores são do sexo masculino e duas feminino. Todos residem na cidade, sendo que os estudantes dedicam tempo parcial e o restante destinam todo o tempo para a atividade agrícola. O Entrevistado 5 afirma ter investido em terra como fomento a permanência do sucessor.

A autonomia da gestão administrativa é parcial, ficando a cargo dos sucessores a realização de algumas atividades pontuais, especialmente na parte produtiva em razão da qualificação profissional. No entanto, quando se analisa o gerenciamento da renda, verifica-se que os pais afirmam dividir os lucros com os filhos. Porém, os pais detêm o controle da conta, liberando o dinheiro de acordo com a necessidade do sucessor. Importante ressaltar que esta característica inclui não apenas os filhos sucessores que ainda estudam, mas inclusive os sucessores já casados e com residências separadas. Conclui-se que a autonomia é relativa dentro destes casos, pois a independência acontece nos espaços da moradia, nos demais espaços (inclusive da renda) o pai busca permanecer com o controle.

Modelo 6 - Residência na propriedade, com administração parcial e sem gerenciamento de renda.

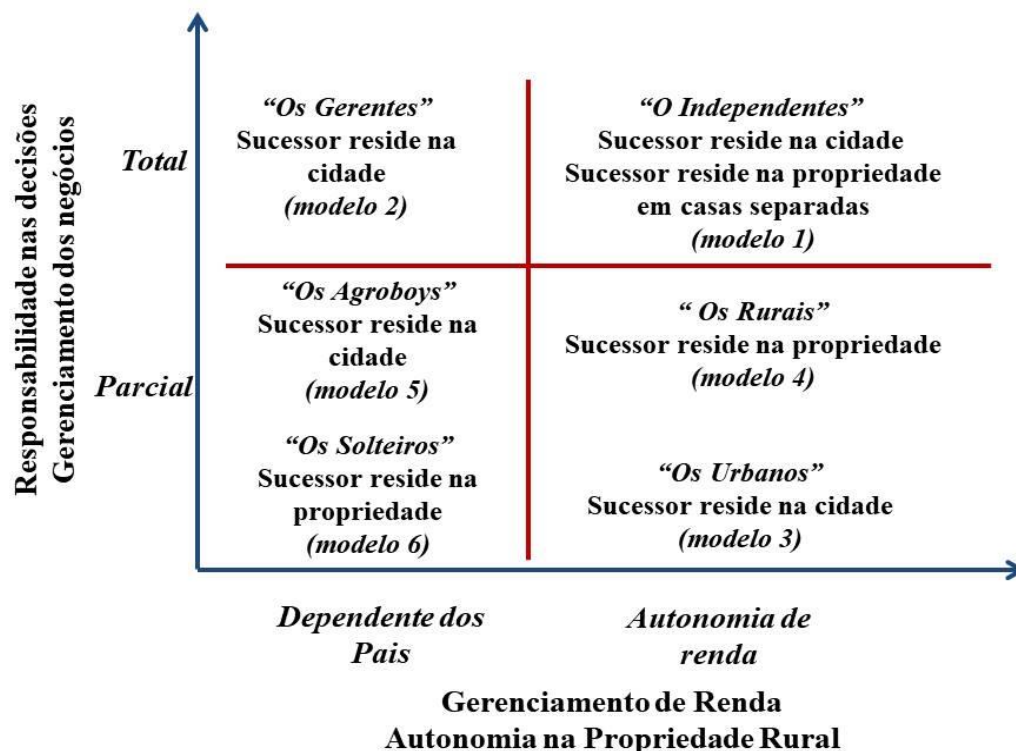
Neste modelo, encontram-se duas propriedades consideradas pequenas e uma grande. Todos residem na propriedade na casa paterna e são solteiros. Quanto ao sexo, duas propriedades tem as filhas como sucessoras e a outra é o filho. A escolaridade do filho sucessor é Curso Técnico Agrícola incompleto, uma sucessora é Médica Veterinária e a outra faz Ensino Médio. O tempo dedicado a atividade agrícola é parcial (para os sucessores que estudam) e integral para o outro caso. Sobre os investimentos, os Entrevistados 14 e 23

investiram em leite e o Entrevistado 30 em bovinos de corte PO da raça Angus visando a permanência dos filhos na propriedade.

A autonomia dos negócios é parcial, pois os filhos ficam responsáveis por determinadas tarefas, sem apresentar autonomia absoluta em qualquer uma das atividades burocráticas ou produtivas. Considerando a autonomia financeira, os sucessores recebem “ajuda financeira” ou mesada dos pais, podendo variar de conforme a capacidade financeira da propriedade e da família. No entanto, o controle da conta fica a cargo do principal gestor.

Portanto, com base nos modelos foi desenvolvida síntese dos modelos representados na (FIGURA 6), com destaque para as variáveis selecionadas nos modelos: autonomia, renda e local de residência.

Figura 6: Síntese dos modelos sucessórios de Cruz Alta/RS.



Fonte: Adaptado de Gasson e Errington (1993).

O nome dos modelos foi construído considerando a questão dos sucessores, através de suas características pessoais, como por exemplo, o modelo seis, onde os sucessores são solteiros, estudantes e residem na propriedade rural, intitulei “Os Solteiros”. Assim como o modelo um “O independente” onde este sucessor é casado, toca toda propriedade, ainda é

professor universitário e reside na cidade. O modelo seis “Os Agrobos” estes sucessores são formados em Agronomia, fazem a gestão produtiva, residem na cidade, mas são dependentes financeiramente do pai. E assim por diante, estes nomes são apenas para uma referência caricata, que leva em conta poucas características dos modelos, ficando evidenciado, que podem ser desconsiderados estes nomes. No entanto no texto os modelos são apresentados como Modelo 1; Modelo 2; Modelo 3; Modelo 4; Modelo 5 e Modelo 6 (FIGURA 6).

A partir da exposição e descrição dos modelos encontrados na pesquisa, ponderam-se algumas questões e análises. Primeiramente, os modelos apresentados nesta dissertação são semelhantes aos quatro modelos de Gasson e Errington (1993). É preciso ponderar as dificuldades em construir os modelos, dado a diversidade de situações em cada propriedade. Pode-se dizer que os modelos são “híbridos”, sendo difícil encontrar modelos puros conforme salienta Gasson e Errington (1993).

Outra questão que perpassa todos os modelos é uma característica já apontada por estudos sobre sucessão geracional no sul do Brasil que é a “sucessão tardia”. Segundo Abramovay (1998); Stropasolas (2006); Spanevello (2008) este modelo tem como principal característica o encaminhamento e a divisão do patrimônio “transmissão dos bens patrimoniais” ao final da vida dos pais, ou quando estes estão incapazes física ou mentalmente de gerir a propriedade. Os autores destacam que tende a ser um processo prolongado. Percebe-se que mesmo passando-se 20 anos destas constatações, lá nos primeiros estudos, o mesmo é percebido nesta dissertação, onde os pais de uma forma ou outra estão no controle da propriedade e a maioria não decidiu o momento da sucessão. Os pais alegam que ocorrerá só depois da aposentadoria, uns dizem ser no final da vida e por fim outros afirmam que só transferirão quando não tiverem mais condições de saúde. Neste estudo, apenas três produtores já transferiu ao sucessor. Os resultados corroboram com os autores, percebe-se a sucessão em processo de encaminhamento, ou seja, longe de ocorrer a sucessão plena na maioria dessas propriedades. Os sucessores apresentam grande parte da autonomia produtiva sobre o negócio da família, porem muito poucos apresentam o gerenciamento sobre as finanças e renda da propriedade, os pais estão muito presentes neste controle.

A herança nestes casos, na grande maioria das propriedades, não foi discutida, em outras, por sua vez, será conforme a lei ou testamento, e em algumas a divisão será igualitária. Ou seja, o encaminhamento da herança e da sucessão esta muito ligada ao apego do pai a terra e a propriedade. A sucessão e herança neste trabalho tem sido vista na forma “encaminhada” no sentido de os patriarcas mobilizarem os sucessores a permanecerem na propriedade na

forma de mão de obra ou “pseudo” gestores de produção, ou no sentido de provocar o sucessor a trabalhar em algo que será deles no futuro próximo. Ocorre na maioria das propriedades a falta de planejamento sucessório, ou seja, só ocorrera com a falta de condições dos pais tanto física como mentalmente na maioria dos modelos.

No campo dos apontamentos resultantes dos modelos, nas propriedades as sucessoras (filhas) seguem em segundo plano, a prioridade é pelo filho (homem). O que corrobora com o estudo de Gasson e Errington (1993) na qual, concluem que na sua pesquisa as evidências claramente demonstraram que a tradição é contínua na Inglaterra, que a sucessão da propriedade rural é através da linha masculina. Em seguida a característica do negócio agrícola e particularmente a sua dimensão (tamanho) são condicionantes da sucessão. Neste estudo, percebe-se que a sucessão feminina tem ocorrido em propriedades caracterizadas como minifúndios e pequenas propriedades, onde a principal atividade produtiva é a pecuária leiteira, fomentadora da sucessão feminina. O investimento nesta atividade tem sido a principal estratégia mobilizadora da sucessão neste tipo de propriedade.

Nos resultados de Gasson e Errington (1993), o tamanho das propriedades influencia diretamente a identificação de um sucessor. O principal viés nas últimas pesquisas demonstra que as propriedades maiores são mais propensas a identificar um sucessor. O tamanho da propriedade é relatado tanto Gasson (1984) como Errington e Trander (1991 apud GASSON, ERRINGTON, 1993), que descobriram na amostra de sua pesquisa que em 35% das propriedades de 50 hectares ou menos identifica-se um sucessor, enquanto em propriedades de 500 hectares ou mais em 62% identificaram um sucessor. No entanto estes resultados são vistos neste estudo, onde propriedades maiores tem mais condições de formar ou ter um sucessor disposto a assumir a propriedade com a falta do pai, os sucessores são preparados para o “cargo” nas propriedades de melhores condições, são formados em cursos que lhes darão a autonomia produtiva da propriedade e a gestão plena só com a retirada do pai.

O interesse de ter um sucessor expõe o desejo a respeito da busca individual pela imortalidade. O negócio fica tão ligado à identidade pessoal que sua manutenção em gerações futuras preserva essa identidade. Fornece um meio para a presente geração influenciar o futuro das novas gerações. O sentido de identidade está associado não tanto com o negócio da família, mas com a terra que ela ocupa (GASSON; ERRINGTON; 1993).

Nestes modelos sucessórios aqui caracterizados são poucos os modelos em que os sucessores apresentam gestão plena ou autonomia sobre os negócios da família ou da propriedade rural. Os pais detém o controle sobre a renda e grande participação sobre a gestão

administrativa da propriedade. Os pais condicionam a qualificação profissional dos sucessores, com estudos técnicos e superiores voltados a linha das agrárias, porém o mesmo detém o controle financeiro dos lucros da propriedade ou da atividade, o apego a propriedade e a terra é grande. Os sucessores, em suma, são grandes gestores produtivos, neste caso entra as técnicas produtivas, como tratos culturais, variedades, época de plantio, adubação, ficando no encargo da busca de inovações e tecnologias voltadas a agropecuária, visando a produção e produtividade da propriedade. Logo o financeiro, a distribuição dos lucros é responsabilidade dos pais, na qual condicionam ou são os grandes responsáveis pela gerencia destes valores.

No geral, o modelo 1, encontrado nesta dissertação se assemelha bastante ao segundo modelo de Gasson e Errington (1993), onde os filhos tem um negócio próprio na propriedade rural da família, porém em separado, reside nela e tem boa autonomia na atividade que realiza, reside em casas separadas e tem autonomia sobre este negócio, tem certa independência financeira, tem experiência nas atividades, pois desenvolveram desde criança .O filho desenvolveu e aprimorou as habilidades que aprendeu com o pai e possui relativa independência financeira, o que lhe permite construir algum capital próprio. No caso desta dissertação tem autonomia na administração do negócio (produtiva, burocrática e trabalho) e com gerenciamento de renda.

Os modelos 3 e 4 encontrado neste trabalho em partes parecem bastante com o modelo 3 da Gasson e Errington (1993), os filhos residem na propriedade na casa dos pais, desenvolve somente trabalho agropecuário em tempo integral, aprendeu a atividade com o pai desde criança trabalham em parceria. “O filho vai gradualmente aumentando sua responsabilidade na realização de algumas atividades, com possibilidade de tomada de decisão em determinadas tarefas em comum acordo com o pai” (SPANEVERELLO, 2008 p.44). Assim como neste o filho desenvolve a gestão do trabalho parcial, gestão burocrática e produtiva parcial, porem a gestão financeira é plena do pai. “A tendência é o filho ir gradualmente aumentando sua responsabilidade na realização das atividades, com possibilidade de tomada de decisão em comum acordo com o pai” (SPANEVERELLO, 2008 p.44).

Os modelos 5 e 6 são muito parecidos com o modelo 4 de Gasson e Errington (1993). O filho mora com o pai, mas participa muito pouco do processo de tomada de decisões das atividades da propriedade rural, “apesar de conviver e trabalhar com seu pai e sua família por muitos anos no mesmo estabelecimento. O filho é tido como uma força de trabalho importante na propriedade rural e assume como sucessor em caso da morte ou aposentadoria do pai” (SPANEVERELLO, 2008 p. 44). Porém, neste caso, os filhos estão se preparando para atividade,

todos fizeram ou estão fazendo curso de agronomia, ou seja, terão preparo para assumir a gestão produtiva, mas é menos preparado para assumir a propriedade rural em razão da pouca experiência administrativa realizada durante sua vida conforme salienta Abramovay et al., (1998).

Os modelos em algumas características são muito semelhantes, mas modelos puros não foram encontrados, se cumpríssemos fielmente as características das propriedades e todas as variáveis teríamos 31 modelos ao invés de seis. Foram priorizadas três variáveis, consideradas muito importantes, principais para o estudo, onde gerou estes seis modelos.

5 CONCLUSÃO

Esta dissertação abordou o tema dos meios de vida e da sucessão geracional no contexto da agricultura, pecuária leiteira e pecuária corte em propriedades rurais do Município de Cruz Alta/RS. Para responder os objetivos propostos usou-se duas abordagens: a primeira delas, os “Meios de Vida” de Frank Ellis, visando identificar os ativos e capitais que os pais mobilizam, no intuito de garantir a subsistência da família e manter um futuro sucessor na propriedade; a segunda, é a abordagem sobre sucessão e “Modelos Sucessórios” de Gasson e Errington que serve de espelho para identificar os modelos de sucessão propostos neste município.

O primeiro objetivo específico buscou apontar os capitais e os ativos que caracterizam as famílias e as propriedades analisadas. Os capitais são denominados como capital humano, social, natural, físico e financeiro. Os resultados apontaram que todos os produtores entrevistados apresentam todos estes tipos de capitais ainda que os ativos variam entre eles. É possível concluir que quanto maior o portfólio de capitais e da quantidade de ativos disponível nos meios de vida dos produtores, maior a facilidade de manter um sucessor na propriedade rural. Portanto, estes ativos e capitais são usados como estratégias mobilizadoras de sucessão geracional nas propriedades rurais.

O segundo objetivo tinha como foco analisar os quais estratégias são utilizadas pelos pais para fomentar a sucessão geracional a partir dos capitais. Os resultados apontam para um leque de suas estratégias, ligadas ao campo do discurso motivacional dos pais para a permanência dos filhos e o repasse do gosto pela ocupação, referente ao estímulo que os pais dão aos filhos no sentido da percepção positiva da ocupação agrícola, do fato dos filhos gostarem da atividade por participarem dela desde crianças, através da socialização do trabalho, da percepção dos filhos que viver no campo implicando em melhores facilidades e condições de trabalho comparativamente ao meio urbano e a infraestrutura disponível nas propriedades. Uma segunda estratégia ligada ao campo da autonomia referindo-se ao estímulo que os pais dão aos filhos a estar à frente na realização do trabalho, no gerenciamento da atividade produtivas e dos negócios que a envolvem e no gerenciamento da renda gerada.

A terceira estratégia aponta para realização de novos investimentos, refere-se ao estímulo que os pais dão aos filhos no sentido da motivação pelo investimento em alguma atividade produtiva ou empreendimento. A pesquisa demonstrou que algumas famílias investiram na atividade leiteira como forma de gerar mais renda, motivação e permanência

dos mesmos na propriedade rural. Outras famílias investiram em empreendimentos (empresas na cidade) como pneus; unidade recebimento de grãos; insumos agrícolas. Outras investiram em atividades diferenciadas como cavalos crioulos; Agricultura (soja); Pecuária de corte (gado PO Angus) e áreas de terra para os filhos. Esta estratégia mobilizou ativos financeiros e físicos para manter a sucessão.

A quarta estratégia tem como norte o fornecimento de estudo que os pais dão aos filhos no sentido da motivação pela a permanência depois de passar pelo ensino técnico ou superior. O estudo (técnico ou superior) foi ativo bastante usado pelos pais para motivar a sucessão. Através deste ativo ocorre o desenvolvimento e a qualificação pessoal dos sucessores o que resultara no desenvolvimento da propriedade rural. Ou seja, é um ativo muito importante que forma o capital humano. A quinta estratégia, refere-se à motivação que fez com que os filhos voltassem à propriedade para ser o sucessor, tudo isso devido à experiência negativa na cidade. Os jovens perceberam que as condições que a propriedade proporciona são melhores do que tinham na cidade, mesmo este caso sendo visto na maioria em propriedades de menor escala. Já a última estratégia, trata da doação de bens. Destaca-se entre estes o carro; moto; área de terra; casa separada na propriedade dos pais; maquinários; poupança; salário; casa na cidade; auxílio financeiro para instalar uma atividade independente dentro da propriedade ou fora dela (animais). Esta é principal estratégia usada pelos pais para motivar a sucessão onde à doação de bens, ou seja, os capitais físicos através dos ativos como carro, casa na cidade, terra, infraestrutura, maquinários tiveram grande relevância. O capital financeiro com os ativos salário ou remuneração e auxílio financeiro para instalar uma atividade independente dentro da propriedade ou fora dela (para compra animais), também acentuada nas entrevistas. Portanto, em todas as propriedades com sucessão houve algum tipo de motivações material, através de bens ou investimentos para os filhos, que proporcionaram a permanência do sucessor na propriedade.

O que estas estratégias destacadas acima revelam é que a sucessão geracional perde o caráter de “acontecimento natural” como era nas gerações passadas quando os filhos ficavam por obrigação moral, pelo amor a terra e para manter a coletividade da família e a reprodução do patrimônio ao longo das gerações. Hoje, os produtores entrevistados mostram que é preciso motivar a sucessão entre os filhos, seja através do discurso, de bens materiais, de envolvimento na atividade, entre outras. Cada entrevistado mostrou distintas estratégias, sendo mais de uma por propriedade. Esta condição mostra que os pais estão preocupados com

a manutenção dos negócios e do patrimônio e fazem um esforço para este processo acontecer ou se manter entre os filhos.

No terceiro objetivo, com base nos estudos de Gasson e Errington, buscou-se sistematizar, a partir das estratégias de mobilização dos capitais de Ellis, os modelos sucessórios existentes nas propriedades rurais de Cruz Alta/RS. Foram encontrados seis modelos sucessórios distintos, onde as principais variáveis levadas em consideração são: o local de moradia – propriedade rural ou cidade; gerenciamento dos negócios (gestão burocrática, produtiva) – parcial ou total; e gerenciamento da renda – autonomia de renda ou dependente dos pais. No total, foram gerados seis modelos. Na maioria dos modelos os sucessores não têm a gestão plena sobre o negócio, tanto administrativa como sobre a renda da família, é grande a presença do patriarca, principalmente sobre a gestão financeira da propriedade. Os sucessores tem grande participação na gestão produtiva da propriedade, pois os pais financiam ou mobilizam esta qualificação através de cursos técnicos e superior, pensando no futuro da propriedade.

As relações de gênero nestes modelos e nas estratégias, ou a escolha que justifica a preferência pelos filhos a sucessão, tem sido totalmente voltada ao filho (homem), as filhas cabem na maioria dos casos o estudo e a qualificação em outras áreas e a vida urbana. Os pais são muito apegados a tradição familiar, a terra, a propriedade, quase sempre destinando ao filho homem a continuidade da propriedade. Ademais, a chance das filhas serem sucessoras se resume praticamente aos casos onde elas são mão de obra na propriedade, trabalhando especialmente na atividade leiteira e em sua maioria vistas em propriedades caracterizadas como pequenas ou minifúndios onde a atividade é tida como estratégia mobilizadora e fomentadora da sucessão. As filhas passam a ter direito igualitário a terra quando o patrimônio entra em processo de herança (divisão do patrimônio) nas propriedades, ou em caso de morte ou falta de condições de saúde do patriarca, através da divisão sobre a área pela forma da lei.

Uma das principais conclusões deste trabalho e que apesar dos esforços ou das estratégias dos pais em mobilizar os capitais para efetivar a sucessão das propriedades rurais, a forma ou modelo sucessório que surge mostram que “existir adaptações” do modelo de sucessão tardia. Os pais “cedem” algumas coisas para os filhos na forma de estratégias, mas não cedem a gestão efetiva e nem o patrimônio e nem tem nas filhas a preferência pela sucessão. No total das propriedades analisadas a frente dos negócios estão apenas cinco sucessores. Ainda, ressalta-se nesta pesquisa a figura mais evidente do sucessor – gestor do

que propriamente o sucessor como mão de obra. Particularmente em propriedades maiores, a presença do sucessor como gestor do negócio ficou mais evidente, desobrigando-a a atuar como mão de obra devido as possibilidades financeiras das propriedades permitir contratação de mão de obra. Outra constatação é que um percentual de gestores não reside no meio rural, o que significa dizer que é cada vez mais evidente pensar que a sucessão geracional está atrelada, de forma conceitual, na sucessão do negócio e não do viver na propriedade e no meio rural.

No entanto, é preciso ponderar que as discussões dos modelos sucessórios aqui apresentados precisam ser relativizados, pois a temática da sucessão geracional é complexa e os dados apresentados tratam de um universo localizado, necessitando de outras pesquisadas para aprofundar os resultados encontrados. Mesmo assim, entende-se este estudo como importante para pensarmos ações e políticas públicas para a reprodução socioeconômica do agronegócio e do desenvolvimento rural como um todo. É preciso compreender estas mudanças em torno da sucessão geracional, que tenta se manter revestida de uma série de adaptações tais como a maior presença do sucessor gestor que reside no meio urbano.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições Unesco, 1998.

ABRAMOVAY, R. et al. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39, 2001, Recife, PE. **Anais...** Recife, PE: SOBER, 2001. Disponível em: <http://www.gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ANDREATTA, T. **Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, – Porto Alegre, 2009. 241 p.

ANJOS, F. S; CALDAS, N. V; COSTA, M. R. C. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 44, 2006, Fortaleza, CE. **Anais...** Fortaleza, CE: SOBER, 2006. CD ROM. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/ags/sobr06/145057.html>>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Nº 11.326**, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Acesso em 2017.

BRASIL. **Lei Nº 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Acesso em 2017.

BRUMER, A. et al. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. In: CONGRESSO INTERNACIONAL RURAL SOCIOLOGY ASSOCIATION (IRSA), 10. 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IRSA, 2000.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J; GUARANÁ, E. (Orgs.) **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

CAMARANO, A. A; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. 1998. **Revista Brasileira de Estudos da População, Brasília**, v. 15, n. 2, p. 45-66, 1998.

CAMPOS, C. J. G. et al. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista brasileira de enfermagem**, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5>>

CAMPOS, C.S.S; MEDEIROS, R. M. V. Pobreza feminina: um subproduto pouco visível da riqueza do agronegócio: caso de Cruz Alta/RS. **Ensaio FEE**, v. 33, n. 1, 2012.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55, jun./dez. 2001.

CAVICCHIOLI, D. et al. What factors encourage intrafamily farm succession in mountain areas? Evidence from an Alpine valley in Italy. **Mountain Research and Development**, v. 35, n. 2, p. 152-160, 2015. Disponível em: <<http://www.bioone.org/doi/abs/10.1659/MRD-JOURNAL-D-14-00107.1>>

CHAMPAGNE, P. La reproduction de l'identité. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 65, p. 41-64, nov. 1986.

COSTA, M. R. C. **Agricultura familiar e sucessão hereditária: estudo de caso no município de Morro Redondo, RS**. 2006. 107f. Dissertação (Mestrado em Agronomia). Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=346>.

CURIA, L. R. et al. **Vade Mecum OAB e concursos**. Obra coletiva de autoria da editora Saraíva, colaboradores Luiz Roberto Curia, Lívia Céspedes e Juliana Nicoletti. 5.ed. atual e amp – São Paulo: Saraíva, 2015. ISBN 978-85-02-61655-4.

DE MERA, C. M. P. **População rural na Região do Alto Jacuí/RS: análise sob a perspectiva do desenvolvimento agrícola**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, – Porto Alegre, 2011. 263 p.

DE MERA, C. M. P. NETTO, C. G. M. População rural na região do Alto Jacuí/RS: análise sob a perspectiva do desenvolvimento agrícola. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, 2012.

DE MERA, C. M. P.; NETTO, C. G. M. Diminuição da População Rural na Região do Alto Jacuí/RS: Análise sob a Perspectiva dos Segmentos Rurais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 27, p. 216-263, 2014.

DE MERA, C. M. P.; NETTO, C. G. M. Envelhecimento dos produtores no meio rural na região do Alto Jacuí/RS e consequente migração. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 759-774, 2014.

DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes, Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora).- Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDO SOCIOECONÔMICOS. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. Estudos e Pesquisas Nº 74 - Outubro de 2014. Disponível em: <<https://revistapoliticasoialedesenvolvimento.files.wordpress.com/2014/11/trabalhorural.pdf>>

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ELLIS, Frank; BIGGS, Stephen. Evolving themes in rural development - 1950s-2000s. **Development Policy Review**, v. 19, n. 4, p. 437-448, 2001.

ERRINGTON, A. Handing over the reins: A comparative study of intergenerational farm transfers in England, France and Canada. **Zaragoza (Spain)**, v. 28, p. 31, 2002.

FISCHER, H; BURTON, R. JF. Understanding farm succession as socially constructed endogenous cycles. **Sociologia ruralis**, v. 54, n. 4, p. 417-438, 2014.

FREITAS, T. **A diversificação dos meios de vida como expansão das capacitações: por uma sociologia das condições de vida na fumicultura no Rio Grande do Sul**. Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2015.

FREITAS, T. D; RAMBO, A. G; SARTORELLI, A. Os meios e as condições de vida no espaço rural: o caso das famílias produtoras de tabaco em Arroio do Tigre (RS) e Laranjeiras do Sul (PR). **Redes: revista do desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul, RS. Vol. 20, n. 3 (2015), p. 138-162, 2015.

FREITAS, T. D; RAMBO, A. G; SCHNEIDER, S. Meios de vida e produção de tabaco: uma análise das condições de vida na perspectiva do desenvolvimento humano. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 4, n. 1, p. 247-273, 2016.

FROEHLICH, J. M et al. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.41, n.9, p.1674-1680, set, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cr/v41n9/a10411cr3002.pdf>> Acesso em: 9 mai. 2017.

GARCIA, J. R. Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso. In: BUAINAIN, Antônio M. et al. (Editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014, p. 559-589.

GASSON, R. et al. The farm as a family business: a review. **Journal of Agricultural Economics**, v. 39, n. 1, p. 1-41, 1988.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar : como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 9ª ed.-Rio de Janeiro: Record, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Tamanhos das propriedades rurais**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>>. Acesso, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cruz-alta/pesquisa/24/76693>> Acesso 30/08/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Histórico de Cruz Alta-RS**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/cruzalta.pdf>> Acesso. 21 de Maio de 2017.

JÚNIOR, W. C. F. **Análise de conteúdo. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, p. 380, 2005.

KWANMUANG, K. Succession Decisions on Family Farms in Nakhon Si Thammarat Province, Thailand. **Journal of Developments in Sustainable Agriculture**, v. 6, n. 2, p. 181-188, 2011.

KERBLER, B. Factors affecting farm succession: the case of Slovenia. **Agricultural Economics/Zemledska Ekonomika**, v. 58, n. 6, 2012.

KIYOTA, N; PERONDI, M. A. Sucessão Geracional na agricultura familiar: Uma questão de renda? In: BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA José Maria da; NAVARRO, Zander. (editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21 : a formação de um novo padrão agrário e agrícola** – Brasília, DF : Embrapa, 2014. p. 1012-1047.

KISCHENER, M. A. **A sucessão geracional na agricultura familiar num contexto de mercantilização e modernização: um estudo em duas comunidades do Sudoeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco 2015.

KISCHENER, M. A; KIYOTA, N; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo agrário**, v. 16, n. 33, p. 00-00, 2015.

LURHS, D. E. Consider the daughters, they are important to family farms and rural communities too: family-farm succession. **Gender, Place e Culture**, 23(8), p. 1078-1092, 2016.

MATTE, A. **Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul**. 2013. 176f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Tim May; trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares.-3ed.- Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELLO, M. A. et al. Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo**, SP, v.50, n.1, p.11-24, 2003.

MILANI, R.; SPANEVELLO, R. M.; ZORZI, A. M. de. (2012). A sucessão geracional em propriedades produtoras de leite. In: CONGRESSO DA SOBER, 50º, Vitória, ES. **Anais...** Goiânia, UFES, 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10.ed. – São Paulo: Hucitec, 2007.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

MISHRA, A. K; EL-OSTA, H.S. Factors affecting succession decisions in family farm businesses: evidence from a national survey. **Journal of the American Society of Farm Managers and Rural Appraisers**, v. 7, p. 1-10, 2007.

MORAIS, M; BORGES, J. A. R; BINOTTO, E. Using the reasoned action approach to understand Brazilian successors' intention to take over the farm. **Land Use Policy**, v.71, p. 445-452, 2017.

NIEDERLE, P. A; GRISA, C.. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 5, n. 61, 2008.

PANNO, F; MACHADO, J. A. D.. Influências na Decisão do Jovem Trabalhador Rural Partir ou Ficar no Campo. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 27, 2014.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

PERONDI, M. A. Estratégias de reprodução social da família rural no Brasil. 1. ed. **Saarbrücken: NEA - Novas Edições Acadêmicas**, v. 1. 166p. 2016.

PERONDI, M. A; SCHNEIDER, S. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. **Redes**, v. 17, n. 2, p. 117-135, 2012.

SAVIAN, M. **A sucessão geracional na agricultura familiar de Ponte Alta-SC**. 2011. 102f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95353>>.

SCOONES, I. Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis. **IDS Working paper**, n. 72, Brighton: IDS, 1998.

SEN, A. K. **Desigualdade Reexaminada**. Tradução e apresentação de Ricardo Doninelli Mendes. 2. ed., Rio de Janeiro: Record, 2008. 301p.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.

SILVA, A. H. **Rituais corporativos como estratégia de legitimação dos valores organizacionais em empresas familiares**. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

SILVESTRO, M, et al. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Brasília: Florianópolis: **EPAGRI-NEAD**, 2001.

SIQUEIRA, L. H. S. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**. 2004. 125f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/7053>>.

SITOE, T. A. A abordagem dos modos de vida como ferramenta de análise das estratégias de sobrevivência no meio rural africano. **Desenvolvimento em Questão**, v. 9, n. 17, p. 39-60, 2011.

SOARES DA SILVA, P. C. S. et al. Comportamento da juventude estudantil rural do Oeste Paranaense em relação as atividades desenvolvidas pela agricultura familiar. **Revista Cultivando o Saber**, Cascavel/PR, v. 4, n. 2, p. 173-187, 2011.

SOUZA, G. et al. Análise e perspectivas da sucessão geracional em unidades de produção familiar com atividade leiteira. In: CONGRESSO DA SOBER, 50º, Vitória, ES. **Anais...** Goiânia, UFES, 2012.

SPANEVELLO, R. M.. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese de doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

SPANEVELLO, R.M.; LAGO, A. As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Londrina. **Anais** do XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina, 2007. p. 1-19

SPANEVELLO, R.M.; LAGO, A. Arranjos e encaminhamentos da herança na agricultura familiar. In: XLVI Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre. **Anais** do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, 2008.

SPANEVELLO, R. M. et al. As perspectivas sucessórias de gestão dos negócios e do patrimônio entre agricultores familiares sem sucessores. **Revista do CCEI**, Bagé, v. 14, n. 26, p.54-71, 2010.

SPANEVELLO, Rosani Marisa; LAGO, Adriano. A transmissão do patrimônio na agricultura familiar: uma análise a partir da compensação das filhas. **Revista Interdisciplinar INTERthesis**, v. 7, n. 1, p. 222-241, 2010.

SPANEVELLO, Rosani Marisa et al. Migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas** (UFSC), v. 45, p. 291- 304, 2011.

SPANEVERELLO, Rosani M. et al. As estratégias para manter a sucessão em estabelecimentos familiares. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clovis. (Orgs.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, p. 163-188. 2014.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa et al. A Problemática do Envelhecimento no Meio Rural sob a Ótica dos Agricultores Familiares sem Sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 40, p. 348-372, 2017.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 253-267, 2004.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

VIEIRA, A. C. B. **Os jovens rurais do litoral norte do Rio Grande do Sul: os modos de vida e a construção das estratégias para permanência no campo**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2009.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes no Nordeste**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.

APÊNDICE**APÊNDICE A - ROTEIRO ENTREVISTA****ENTREVISTA APLICADA AOS PRODUTORES RURAIS DE CRUZ ALTA-RS****PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS – UFSM***Roteiro de Entrevista – SUCESSÃO GERACIONAL 2018**Sandro da Luz Moreira – Mestrando PPGAGR/UFSM**Rosani Marisa Spanevello - Orientadora*

Data:.....Município:.....Localidade:.....

Entrevistado:.....Idade:.....

Entrevistador:.....

I – DEFINIÇÃO DOS CAPITAIS E ATIVOS***I.1 – Capital Humano*****1. Quantas pessoas da família residem na propriedade? _____**

Quantas pessoas da família trabalham na propriedade? _____

2. Contrata mão de obra? () Sim () Não

Quanto? _____ Com que frequência? _____

Para que atividade?: _____

3. Como é a divisão de tarefas na família?**4. Como é a divisão da renda líquida?****5. Qual o maior grau de escolaridade entre os membros da família que residem na propriedade?****6. Como são tomadas as principais decisões produtivas, todos os membros participam ou apenas um?****7. Qual membro da família mais participa quando é preciso buscar inovações?****8. Realizam contabilidade ou controle nos custos de produção? () Sim () Não**

De que forma isso é feito? _____

Qual membro da família é responsável por este trabalho? _____

9. Que oportunidades de lazer a família dispõe dentro da propriedade?

() computador com internet; () TV paga; () sinal para funcionamento de celular

() encontro com familiares, amigos ou vizinhos; () outra situação. Qual?

E fora da propriedade: _____

10. A família foi marcada por algum evento durante a sua trajetória que mudou o rumo da produção ou mesmo da própria permanência da família nesta propriedade?

I.II – Capital Social

11. Como é sua relação com seu(s) filhos(as)?

12. Organizações que participam e quais integrantes da família estão envolvidos:

- () Sindicado Rural _____
- () Associação de produtores _____
- () Clubes, Grupos sociais para lazer e diversão _____
- () Cooperativas de crédito _____
- () Cooperativas agropecuárias _____
- () Outra: _____

Em que essa participação é importante? _____

13. Recebe assistência técnica de () órgão público ou () empresa privada?

Em que medida isso é importante?

I.III – Capital Natural

14. Quantidade de terra em hectares: Própria _____ Arrendada _____

15. Considera a área de terra que possui suficiente para a manutenção da família?

16. Qual a área agricultável/mecanizada: _____

17. Quais as principais atividades produtivas desenvolvidas na propriedade?

Inverno: _____

Verão: _____

Ano todo: _____

Economicamente, qual a principal atividade produtivas? _____

18. Se realiza criação de animais, utiliza pastagem? () Sim () Não. Se sim, qual?

() Nativa () Cultivada _____

19. Como é o acesso à água:

a) Potável (para consumo): _____

b) Para atividades agrícolas (animais, irrigação, etc): _____

20. Quais são as condições naturais adversas para a produção agrícola da sua propriedade?

- () clima: restrição hídrica ou inverno rigoroso; () pragas agrícolas; () invasoras;
 () erosão; () solo com baixa fertilidade; () escassez de água; () Acesso a propriedade.

I.IV – Capital Físico

21. Qual a distância da propriedade até o meio urbano? _____

- a) Como e com que frequência acontece esse deslocamento?
 b) Quem o faz?

22. Bens referentes a maquinário existentes na propriedade e as quantidades:

- () Trator tracionado; () trator comum ; () colheitadeira; () plantadeira;
 () pulverizador; () ordenhadeira; () silo de armazenamento e secagem de grãos
 () GPS; () equipamentos para agricultura de precisão; () caminhão; () outros:

23. Práticas produtivas e tecnologias adotadas na propriedade:

- () Sementes melhoradas; () animais de genética diferenciada; () irrigação
 () semeadura direta; () adubação química; () defensivos agrícolas
 () agricultura de precisão; () Outros: _____

24. Bens Infraestrutura disponível na propriedade:

- () estradas em boas condições de trafegabilidade; () Rede de comunicações
 () Rede de recebimento de Energia elétrica; () Geração de energia na propriedade
 () Canais de irrigação; () Outros: _____

I.V – Capital Financeiro

25. Renda mensal aproximada das atividades agropecuárias?

- () 1 a 2 salários mínimos ; () 2 a 3 salários mínimos; () 3 a 4 salários mínimos
 () 4 a 5 salários mínimos; () mais que 5 salários mínimos.

26. Renda de fora da atividade agropecuária?

- () Não; () Sim. Atividade exercida? _____ Qual membro da família? ____

27. A família faz investimentos (financiamentos) para melhorar a produção agropecuária?

- () Sim; () Não. Por que?

a) Com que frequência?

- () mensais; () anuais; () sempre que preciso; () não faz investimentos a mais de uma ano; () não faz investimentos a mais de dois anos.

28. Que setor é priorizado no momento do investimento?

() Maquinário; () Animais; () Armazenamento; () Alimentação dos animais; () mão de obra; () qualificação técnica; () Terra; () Outros: _____

Por que? _____

28.1 Que meios utiliza para guardar ou aplicar dinheiro?

() poupança; () armazena grãos; () aplicações na bolsa; () investe em animais diferenciados.

29. Quais meios o senhor costuma utilizar para obter dinheiro em espécie em ocasiões especiais?

() Poupança; () Venda de grãos; () Venda de animais; () Venda de maquinários;
() Crédito bancário. Outros quais?

II – ESTRATÉGIAS E MODELOS SUCESSÓRIOS

30. Por que você acha que seu filho(s)/filha(s) permanece na propriedade?

31. Sobre o sucessor (situação atual):

- a) Quantos filhos residem na propriedade _____
- b) Quantos são sucessores _____
- c) Sexo do sucessor (s) _____
- d) Qual a posição de nascença do sucessor _____
- e) Estado civil do sucessor _____ Cônjuge do meio rural? _____
- f) Local de residência do sucessor? () na propriedade rural; () em outra propriedade rural; () na cidade; () Outro: _____
- g) Caso resida na propriedade rural, mora em casas separadas ou do pai _____
- h) Local de residência dos demais filhos (se houver)? () cidade; () propriedade; () outra propriedade; () outros _____

32. Atividade atualmente exercida pelo sucessor (na propriedade e fora dela):

33. Tempo que o sucessor dedica às atividades agropecuárias: _____

Considera suficiente? _____

34. Qualificação e preparação do sucessor para a atividade :

- () Apreendeu a atividade com os pais desde criança;
- () Apreendeu com os pais, mas fez cursos técnicos rápidos (de planejamento, gestão...) para se aperfeiçoar;
- () Apreendeu com os pais e fez cursos técnicos (Agropecuária) ou outro;
- () Apreendeu com os pais e fez ou está fazendo curso superior na área;

() Apreendeu com os pais e tem experiência de trabalho em outras propriedades.

() Outra situação: _____

35. Divisão e gestão do trabalho e dos negócios na propriedade entre os pais e o sucessor.

Listar as atividades diferenciando as referentes à mão de obra e gestão.

36. Desde quando o filho desenvolve estas atividades, desde que é sucessor ou começou antes?

37. Deseja que filho(s)/filha(s) permaneça na propriedade desempenhando atividades agropecuárias? Por que?

38. Na qualidade de pai aponte principais fatores responsáveis pela permanência do seu sucessor: Marque quantas respostas for necessário

38.1 Os Filhos quiseram ficar por conta própria.

() Gostam da atividade;

() Só sabem trabalhar na agricultura, não tem experiência em outro trabalho;

() Avalia que trabalhar no campo é melhor que na cidade (salário melhor, horário flexível);

() Boas condições de área e infraestrutura na propriedade;

() Boas condições de internet, TV...

() Outra situação:.....

38.2 Pela Motivação devido a divisão da gestão do trabalho.

() Pai é o responsável, filho ajuda;

() Dividem as tarefas de forma igualitária, não sobrecarregando nenhum;

() Pais ficam com a maior parte do trabalho e o filho ajuda quando precisa;

() Filho toca o trabalho sozinho com autonomia, pai ajuda;

() Filho não ajuda o pai, apenas trabalha na sua atividade independente;

() Outra situação:.....

38.3 Pela Motivação devido a gestão dos negócios.

() Filho tem autonomia nas decisões sobre os negócios (sobre a parte da produção);

() Filho tem autonomia nas decisões sobre a comercialização da produção;

() Filho tem autonomia sobre fazer investimentos e uso do dinheiro;

() Filho tem autonomia sobre uma atividade produtiva na propriedade sob sua responsabilidade;

() Filho dividem decisões sobre os negócios com os pais;

() Outra situação:.....

38.4 Pela Motivação devido ao recebimento de renda pelo trabalho.

- () Filho tem salário fixo. Valor:.....
- () Ganham comissões sobre a produção. Valor:.....
- () Ganham comissões sobre a venda de produtos. Valor:.....
- () Ficam com o dinheiro da atividade que gerenciam. Valor:..... ()
 Outra situação. Qual?.....
- O valor recebido torna o sucessor independente financeiramente?.....

38.5 Pela Motivação devido a investimentos em atividades diferenciadas

- () Família investiu na atividade leiteira como forma de gerar mais renda, motivando a permanência do filho;
- () Família investiu em geração de renda não agrícola;
- () Família investiu em atividades diferenciadas (piscicultura, hortifrúti....) como forma de gerar mais renda, motivando a permanência do filho.
- () Outra situação. Qual?.....

38.6 Pela Motivação a permanência depois de passar pelo ensino técnico ou superior?

Justifique:.....

38.7 Pela Motivação devido a experiência negativa na cidade?

Justifique:.....

38.8 Pela Motivação devido a doação de bens pelos pais:

- () Ganhou um carro;
- () Ganhou uma moto;
- () Ganhou uma área de terra;
- () Ganhou uma casa na mesma propriedade dos pais;
- () Ganhou maquinário;
- () Poupança;
- () Salário ou remuneração pelo trabalho;
- () Casa na cidade;
- () Maquinário e terra;
- () Maquinário, terra e moradia (independente);
- () Auxílio financeiro para o filho instalar uma atividade independente na propriedade;
- () Auxílio financeiro para o filho instalar uma atividade independente fora da propriedade;
- () Outra situação. Qual?.....

39. Em que momento pretende transferir forma definitiva sua propriedade para o controle dos seus filhos? O que justifica escolher este momento?

**40. Com relação a herança, já foi discutido como isso irá ocorrer? Em que momento?
Qual será a forma de divisão entre os filhos?**

41. Como vê o futuro da propriedade, quando essa estiver sob responsabilidade do sucessor?

42. Ficou o filho desejado na propriedade?

() Sim; () Não.

Poderia ter sido outro?

Razão para ser outro?.....

Poderia ter sido uma filha?.....

As filhas gostariam de ter ficado?.....

Você teria escolhido uma filha?.....

As filhas apresentam a mesma preparação para assumir a propriedade?.....

Que tipo de trabalho as filhas exercem na propriedade?.....

Houve incentivo da sua parte para uma filha assumir?.....

De que forma este incentivo foi dado?.....